



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS - CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

Fabiano Bernardes da Silveira

NARRATIVA URBANA:
Construindo uma Tapera na memória de Florianópolis

Florianópolis
2022

Fabiano Bernardes da Silveira

NARRATIVA URBANA:

Construindo uma Tapera na memória de Florianópolis

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Professor Doutor Milton Luz da Conceição

**Florianópolis, SC
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silveira, Fabiano Bernardes da

Narrativa Urbana: Construindo uma Tapera na memória de
Florianópolis / Fabiano Bernardes da Silveira ; orientador,
Milton Luz da Conceição, 2021.

151 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. História Oral. 3. Memória
e Cotidiano. 4. Bairro Tapera em Florianópolis.

5. Caiacanga Mirim. I. Conceição, Milton Luz da. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Fabiano Bernardes da Silveira

NARRATIVA URBANA

Construindo uma Tapera na memória de Florianópolis

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Professor Doutor Milton Luz da Conceição (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Doutora Karine Daufenbach
Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Doutor Luiz Eduardo Teixeira
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Coordenação do Programa de pós-graduação

Professor Doutor Milton Luz da Conceição
Orientador

Florianópolis, 2022

**Dedico este trabalho
à comunidade da Tapera da Caiacanga Mirim.
Por suas vivências, memórias e caminhos.**

AGRADECIMENTOS

Desde o início da graduação em Arquitetura e Urbanismo, em 2010, tenho curiosidade pela contemplação das nossas relações sociais. Possivelmente até antes, porém sem o amparo acadêmico necessário para ampliar alguns dos questionamentos.

Ao acessar o ensino superior, descobri meu interesse pela observação das relações cotidianas e de suas histórias construídas no contexto da cidade.

Apreendi, então - parafraseando o rapper Emicida - que “é no encontro que nossa existência faz sentido”. E nestes encontros (e desencontros) percorridos até aqui, agradeço:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), respeitável instituição fundada em 1951 visando a expansão e consolidação dos cursos de Mestrado e Doutorado no Brasil. Na modalidade de Bolsista, apoiou esta pesquisa com recursos públicos, oriundos da contribuição da força de trabalho de cada habitante deste país. Bem como à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição pública de ensino, e ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) ao oportunizar a realização desta pesquisa.

Agradecimentos especiais às professoras, professores e profissionais dedicados ao desenvolvimento da educação progressista em todas as instituições de ensino público, sobretudo as quais tive a oportunidade de realizar as minhas formações. Cujo conhecimento acumulado contribuiu na escrita desta dissertação.

Agradeço ao Professor Milton, pela paciência e serenidade no suporte à realização e orientação desta pesquisa, e com quem tive o prazer de realizar o Estágio em Docência no ano de 2019.

Agradeço aos membros da banca, desde a qualificação, pelo aceite do convite em contribuir na avaliação da pesquisa.

Aos meus pais, Vilma Maria Bernardes e David da Silveira, cuja humildade em conduzir a vida me inspira cotidianamente. A eles, agradeço pelas oportunidades ofertadas.

Agradeço à Fabiana Martins (Geógrafa) e à Rita de Cássia Dutra (Especialista em Economia Política e Gestão de Risco de Desastres), por trilharmos juntos alguns dos caminhos que nos conduziram aos achados aqui narrados.

Ao Guel Varalla, do Laboratório de Cinematografia (LABCINE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pelo auxílio e instrução no uso da filmadora disponibilizada pelo laboratório, para que fossem realizados os registros audiovisuais das entrevistas.

À Luciane Zanenga Scherer, Arqueóloga no Museu de Arqueologia e Etnologia – Oswaldo Rodrigues Cabral (MARQUE/UFSC), pela entrevista informal concedida e bibliografia disponibilizada. Materiais que elucidaram as questões acerca dos achados arqueológicos na Praia da Tapera e na Ponta da Caiacanga Mirim.

Aos vizinhos de bairro, por disponibilizarem seu tempo para relatar suas vivências e memórias. Expandindo, assim, a gama de informações-chave ao qual tivemos acesso.

Amplio os agradecimentos pontuais às pessoas e instituições que contribuíram em algum momento da minha vida, proporcionando a escrita deste trabalho.

Por fim, aos leitores que chegaram até aqui, ressalto que concluo este trabalho num mundo em tempos de pandemia da Covid-19. Em especial no contexto do Brasil, de intensas crises sociais e políticas. Desde 2017 os dias são desafiadores: Cortes em verbas de pesquisa e ensino público, sucateamento das instituições públicas e aumento da desigualdade social são algumas das questões as quais estamos enfrentando e esperamos superar brevemente.

Registro aqui que, inicialmente, a pretensão para o trabalho era construir junto desta pesquisa um minidocumentário com as filmagens produzidas ao longo das entrevistas. Porém, diante do cenário atual, este produto está reservado para um momento mais oportuno.

Sendo assim, a ideia objetivou-se em contribuir para o debate e a inserção desta comunidade na pesquisa acadêmica, de modo que possibilite a popularização de suas histórias, dispondo de material que estimule o desenvolvimento de novos trabalhos e que abordem a Tapera e as vivências pessoais como mote de pesquisa.

Portanto, este trabalho, ao qual chamarei de ensaio a partir daqui, tem o melhor do que pude contribuir nestes últimos três anos de investigações e trocas.

Com o acompanhamento psicológico, assistência vinda do Sistema Único de Saúde (SUS) e a paciência do orientador, neste momento, entrego o melhor de mim em cada linha.

Aprecie o caminho.

“[...] leitura do mundo precede a leitura da palavra”

Paulo Freire

RESUMO

As cidades são a evidência do modo de viver e da ocupação do território por uma determinada sociedade. A composição de diferentes signos, existentes nas construções e nas ruas, contribui para a formação de uma memória individual do ser. Esta relação socioespacial integra a história oral e a história cotidiana como parte da memória coletiva. Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, pode ser descrita a partir da leitura de seu território, seja na porção insular ou continental. A título de exemplo, houve uma política de criação de Freguesias, que subdividiu o seu território em núcleos de menor dimensão para ajudar na defesa do antigo povoado, originando os atuais Distritos Administrativos. Conforme a capital evolui e as atividades principais são expandidas para além do centro da cidade, uma urbanização polinuclear é impulsionada. Este modelo predomina nas zonas rurais da cidade, como é o caso da comunidade da Tapera, localizada na zona sul da ilha, que se insere neste contexto. Este bairro, aparentemente novo na história da cidade, enreda caminhos e memórias de seus habitantes ao longo de seu desenvolvimento. Os fragmentos históricos, obtidos em fotos, mapas, jornais etc., contribuem para a prática da história oral como manutenção da memória da cidade.

Palavras-chave: memória; história oral; urbanismo; cotidiano.

ABSTRACT

Cities are the evidence of the way of living and the occupation of the territory by a certain society. The composition of different signs, existing on the constructions and the streets, contributes to the formation of an individual memory of the being. This socio-spatial relation integrates the verbal and the everyday history as part of the collective memory. Florianopolis, capital of the Santa Catarina state, can be described from the reading of its territory, both the mainland and the island. As an example, there was a policy for the creation of Freguesias, which divided its territory into smaller centers to help in the defense of the old village, thus conceiving the current Administrative Districts. As the capital evolves and the main activities are expanded beyond the city center, a polynuclear urbanization is boosted. This model predominates in the rural areas of the city, such as the community of Tapera, located in the southern part of the island, which is inserted in this context. This seemingly new neighborhood in the city's history entangles pathways and memories of its inhabitants throughout its development. Historical fragments, obtained from pictures, maps, newspapers, etc, contribute to the practice of verbal history as maintenance of the city's memory.

Keywords: memory; verbal history; urbanism; everyday life.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Elevado do Rio Tavares..... | 50 |
| Figura 2: Obras do novo acesso do Aeroporto Internacional de Florianópolis, ao fundo o morro do Ribeirão da Ilha | 51 |
| Figura 3: Início da Rodovia Açoriana na parte sul do bairro, ao fundo o morro do Ribeirão da Ilha | 52 |
| Figura 4: Localização das primeiras freguesias na Ilha de Santa Catarina até o Séc. XVII | 41 |
| Figura 5: Registro da construção da Ponte Hercílio Luz..... | 43 |
| Figura 6: Localização dos Distritos de Florianópolis | 44 |
| Figura 7: Imagem de satélite da porção territorial sul da ilha com demarcações..... | 46 |
| Figura 8: Foz do Rio Tavares, ao fundo a Baía Sul | 48 |
| Figura 9: Planície entre mares..... | 54 |
| Figura 10: Sistema viário de acesso ao bairro..... | 55 |
| Figura 11: Identificação dos locais..... | 58 |
| Figura 12: Diagrama com o mapa da Ilha de Santa Catarina de 1776..... | 59 |
| Figura 13: Diagrama com o mapa da Ilha e porto de Santa Catarina de 1777 | 60 |
| Figura 14: Simulação do arquipélago Jurerê-mirim com as demarcações das localidades descritas e o Centro de Florianópolis..... | 62 |
| Figura 15: A construção de um aeródromo em Florianópolis..... | 64 |
| Figura 16: Linha Telefônica da Base ao Farol de Naufragados | 65 |
| Figura 17: Pista de aterrisagem em 1933 | 66 |
| Figura 18: Edital de desapropriação | 67 |
| Figura 19: Divulgação da demarcação do Centro de Aviação | 68 |
| Figura 20: Doação de terras na Ressacada e Caiacanga Mirim | 69 |
| Figura 21: Recorte de jornal - Matéria “Semana da Asa”, 1937 | 70 |
| Figura 22: Vista do Centro de Aviação Naval de Santa Catarina com a esquadrilha na praia em 01 de fevereiro de 1932 | 70 |
| Figura 23: Aviões na praia após a chegada em Santa Catarina em 01 de fevereiro de 1932 | 70 |
| Figura 24: Capela São Lucas dentro da Base Aérea..... | 73 |
| Figura 25: Caminhos Citados pelo Padre Dufner | 75 |
| Figura 26: Relato religioso sobre a Base Aérea | 76 |
| Figura 27: Casa no início da Rodovia Açoriana..... | 79 |
| Figura 28: Casa antiga na praia..... | 80 |
| Figura 29: Pontilhões na Tapera e Ressacada..... | 82 |
| Figura 30: Rio Chico Crioulo após alargamento das margens, em terras da Fazenda Experimental da UFSC..... | 83 |
| Figura 31: Seção eleitoral na Tapera..... | 84 |
| Figura 32: Edificação do antigo Armazém do Zeca do Candonga | 86 |
| Figura 33: Solicitação de baixa de imposto negócio de secos e molhados | 87 |
| Figura 34: Remanescente arquitetônico do Armazém da Praia (direita) | 88 |
| Figura 35: Localização dos armazéns, vendas e caminhos..... | 90 |
| Figura 36: Engenho do Seu Chico no Sertão do Ribeirão da Ilha | 92 |
| Figura 37: Solicitação de baixa de imposto de engenho de café | 93 |
| Figura 38: Localização dos engenhos..... | 94 |
| Figura 39: Resolução criando escolas no distrito do ribeirão | 95 |
| Figura 40: Notas Sociais - Resultado dos exames escolares | 96 |
| Figura 41: Número de alunos matriculados nas escolas | 97 |
| Figura 42: Em segundo plano, a antiga edificação da escola municipal da Caiacanga Mirim..... | 98 |
| Figura 43: Em segundo plano, a nova edificação..... | 98 |
| Figura 44: Foto da família na estrada no topo do Morro da Caiacanga Mirim | 99 |
| Figura 45: Vista da Escola Educação Básica Tenente Almáchio a partir da Capela São Lucas | 100 |
| Figura 46: Vista da Capela São Lucas a partir de uma sala de aula da Escola Tenente Almáchio... .. | 100 |

| | |
|--|-----|
| Figura 47: Localização da Escola da Caiacanga Mirim | 101 |
| Figura 48: Rio da Êra descoberto | 102 |
| Figura 49: Localização do Rio da Êra e sua comunidade | 103 |
| Figura 50: Rua do Conselho | 104 |
| Figura 51: Antiga edificação do posto de saúde, na Rua do Conselho | 105 |
| Figura 52: Fragmento do Rio da Êra nos anos 2000 | 106 |
| Figura 53: Foz do Rio da Êra, ao fundo Morro Cambirela em Palhoça (SC)..... | 106 |
| Figura 54: Foz do Rio da Êra, ao fundo ranchos de pescadores | 107 |
| Figura 55: Vista panorâmica da Praia da Tapera com o Rio da Êra..... | 107 |
| Figura 56: Primeiro contato pessoal do autor com as Oficinas Líticas da Ponta da Caiacanga Mirim, em terras da Base Aérea de Florianópolis | 109 |
| Figura 57: Oficinas Líticas da Ponta da Caiacanga Mirim, em terras da Base Aérea de Florianópolis | 109 |
| Figura 58: Localização do rio da êra, ao fundo a ponta e o Morro da Caiacanga Mirim | 110 |
| Figura 59: Publicação sobre os achados arqueológicos na Tapera em 1964..... | 110 |
| Figura 60: Publicação sobre os achados arqueológicos na Tapera em 1964 , continuação. | 111 |
| Figura 61: Crianças observam as escavações arqueológicas na Praia da Tapera, ao fundo a Ilha das laranjeiras | 112 |
| Figura 62: Registro do Sítio Arqueológico | 113 |
| Figura 63: Localização das regiões e suas ocupações..... | 115 |
| Figura 64: Vista parcial da Base Aérea de Florianópolis e da Tapera..... | 116 |
| Figura 65: Do morro do Peralta, vista da parte baixa do bairro, ao fundo o aeroporto e Morro da Costeira do Pirajubaé..... | 118 |
| Figura 66: Série histórica da ocupação do bairro | 119 |
| Figura 67: Rua das Areias (Barreira), ao fundo morro da Costeira do Pirajubaé..... | 120 |
| Figura 68: Pontes na Rua José Corrêa (Juca) em 2006..... | 122 |
| Figura 69: Enchente na Servidão Verde em 2006..... | 123 |
| Figura 70: Entrada da Tapera, portão sul da Base, ao fundo Morro do Ribeirão da Ilha | 124 |
| Figura 71: Portão de acesso sul da Base, ao fundo Escola Tenente Almáchio..... | 124 |
| Figura 72: Conjunto de casas, no local do Armazém do Ataíde..... | 125 |
| Figura 73: Vista da Rua do Sol Nascente (no alto do morro), em direção à Rua das Areias | 125 |
| Figura 74: Vista da Barreira à Rua das pérolas em direção à Rua José Corrêa (Juca),..... | 126 |
| Figura 75: Feira de Quarta | 126 |
| Figura 77: Topo da Rua da Ilha, ao fundo a Planície da Tapera | 127 |
| Figura 76: Remanescente da edificação da Padaria do Bebê, ao lado direito a Rua da Creche | 127 |
| Figura 78: No centro da imagem, a Escola Básica Escritor Salim Miguel | 129 |
| Figura 79: Creche Municipal Anna Spyros Dimatos (d) e feira de frutas e verduras(e), 2019. Ao fundo o Morro do Ribeirão da Ilha. | 130 |
| Figura 80: Rio Ribeirão do Porto (Vala da Rua José Corrêa - Juca)..... | 130 |
| Figura 81: Trevo da Tapera | 131 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Síntese classificatória da pesquisa..... | 21 |
|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAB - Associação e Memória da Aéropostale no Brasil

ANCAB - Associação Nacional de Concessionárias de Aeroportos Brasileiros

AVL - Área Verde de Lazer

BAFL - Base Aérea de Florianópolis

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DPNR - Divisão de Próprio Nacional Residencial

FAB - Força Aérea Brasileira

FCC - Fundação Catarinense de Cultura

FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

LABCINE - Laboratório de Cinematografia da Universidade Federal de Santa Catarina

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

TIRIO - Terminal de Integração do Rio Tavares

UEP – Unidade Especial de Planejamento

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 1 |
| CAPA | 1 |
| CONTRACAPA | 2 |
| FICHA DE IDENTIFICAÇÃO | 3 |
| FOLHA DE CERTIFICAÇÃO | 4 |
| DEDICO ESTE TRABALHO | 5 |
| AGRADECIMENTOS | 5 |
| EPÍGRAFE | 8 |
| RESUMO | 9 |
| ABSTRACT | 10 |
| LISTA DE FIGURAS | 11 |
| LISTA DE QUADROS | 13 |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 14 |
| SUMÁRIO | 15 |
| 1 - INTRODUÇÃO | 17 |
| 1.1 PROPOSIÇÃO | 18 |
| 1.2 OBJETIVOS | 19 |
| 1.3.1 OBJETIVO PRINCIPAL | 19 |
| 1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 19 |
| 1.3 ESTRUTURA | 19 |
| 2 QUESTÕES METODOLÓGICAS | 21 |
| 2.1 RELAÇÃO COM OS SUJEITOS, REGISTRO E TRATAMENTO DO MATERIAL | 25 |
| 2.2 DA MEMÓRIA À NARRATIVA | 29 |
| 3 - FLORIANÓPOLIS: ORIGENS DA ESTRUTURAÇÃO URBANA | 33 |
| 3.1 OCUPAÇÃO INDÍGENA DA ILHA: BREVE RELATO | 35 |
| 3.2 COLÔNIA PORTUGUESA NA ILHA DE SANTA CATARINA: DESTINOS | 37 |
| 3.3 DE DESTERRO A FLORIANÓPOLIS | 41 |
| 3.4 DISTRITO DO RIBEIRÃO DA ILHA | 45 |
| 3.5 HISTÓRIA EM CURSO | 48 |
| 4 - A TAPERA DA CAIACANGA MIRIM: PASSAGENS | 53 |
| 4.1 TAPERA, TAPERINHA OU CAIACANGA MIRIM? | 56 |
| 4.2 PRIMEIROS REGISTROS | 58 |
| 4.3 O CAMPO DE AVIAÇÃO NAVAL: ROTAS POSSÍVEIS | 62 |
| 4.4 REDESCOBRIMENTO DA CAIACANGA MIRIM: FRAGMENTOS DE UMA COMUNIDADE | 71 |
| 5 - CONSTRUINDO UMA TAPERA: HISTÓRIA LOCAL E COTIDIANO | 78 |
| 5.1 DOS CARREIROS AOS ARMAZÉNS | 81 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 5.2 | CULTIVO E ENGENHO | 91 |
| 5.3 | A ESCOLA E A CAPELA | 95 |
| 5.4 | RIO DA ÊRA: NASCENTE DE CONVÍVIO | 102 |
| 5.5 | SÍTIO ARQUEOLÓGICO: OS CANELUDOS DA PRAIA | 108 |
| 5.6 | A TAPERAS CRESCER! | 113 |
| 5.7 | FLANANDO PELA TAPERAS DE 2019 A 2021: EM PRIMEIRA PESSOA | 123 |
| 6 | - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 132 |
| 6.1 | POTENCIALIDADES DA DISSERTAÇÃO | 133 |
| 6.2 | DESAFIOS ENFRENTADOS | 134 |
| 6.3 | SINGELAS RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS | 134 |
| | REFERENCIAIS DE PESQUISA | 136 |

1

Introdução

“a história da cidade é a história da civilização”

(ROSSI, 2001)

A inspiração para este ensaio surgiu a partir das percepções pessoais como morador da Tapera, desde a infância, em 1991. Deste modo, o aspecto inovador desta pesquisa é focado nas questões históricas inerentes à formação da comunidade e suas relações socioespaciais, tendo como desafio a escassa disponibilidade de dados públicos sobre o assunto.

1.1 Proposição

Ao considerar o processo de formação de Florianópolis, o bairro Tapera está inserido no contexto urbano recente da cidade. Até a primeira metade do século XX a área era utilizada como campo rural. Hoje, configura-se como um bairro urbanizado composto por residências unifamiliares (FLORIANÓPOLIS, 2017) e dispendo de um comércio vicinal diverso.

Embora o aparato legal tenha buscado uma ordenação do território, como a instalação de equipamentos públicos-coletivos e a consolidação em Plano Diretor, como uma Zona Especial de Interesse Social - ZEIS¹ (FLORIANÓPOLIS, 2014), é no início dos anos 2000 que o bairro transcorre por significativas alterações em sua dinâmica espacial e, principalmente, populacional, a partir de movimentos migratórios intraurbanos e pendulares. No ano de 2005 a comunidade passa à condição formal de bairro. A Tapera é parte do processo de dinâmica das relações sociais, pelo crescimento populacional e das transformações urbanas ocorridas em Florianópolis até o presente.

A partir dessa condição, pretende-se, então, localizar o bairro no contexto histórico-social do município ao considerar que os moradores mais antigos carregam parte da história do bairro em suas jornadas de vida, as quais permanecem na oralidade. Pois, o que se conhece da história da comunidade, a partir da sua remoção do local onde hoje pertence à Base Aérea de Florianópolis, entre as décadas de 1940 a 1960, está na memória coletiva daquela população. Deste modo, Jardim (1995, p.2), argumenta que a memória, diferentemente da história, não se constitui de um conhecimento produzido de forma intencional, ela é a leitura do passado no presente.

¹ As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS são instrumentos urbanísticos criados com o objetivo de estabelecer um padrão urbano que atenda às necessidades da população de um determinado local, sejam em áreas já ocupadas por assentamentos populares precários, informais ou marcados por alguma forma de irregularidade (ROLNIK; SANTORO, 2014). A demarcação legal destas áreas no município permite a introdução de serviços de infraestrutura e equipamentos básicos (BRASIL, 2020), bem como a execução, pelo poder público, do processo de regularização fundiária e à provisão de Habitação de Interesse Social.

Esta leitura, mais ampla, contribuirá na relação dos fragmentos urbanos e na localização dos fatos históricos conforme orientados pelos objetivos da pesquisa.

1.2 Objetivos

Diante das questões expostas, os objetivos dividem-se em “objetivo principal” e “objetivos específicos”. A fim de estabelecer a narrativa pretendida, são eles:

1.3.1 Objetivo Principal

Caracterizar a Tapera através da análise espaço-temporal, obtendo o discurso dos moradores como articulador histórico do processo de formação do bairro.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a. **Dissertar** sobre a relação da memória com o espaço construído;
- b. **Compreender** a urbanização do município de Florianópolis;
- c. **Identificar** os aspectos do processo de formação socioespacial do bairro da Tapera;
- d. **Realizar** uma leitura do sítio físico do bairro Tapera, mediada pela história oral;

1.3 Estrutura

Compreendendo a correlação da história da vida das pessoas com o ambiente construído, defende-se que é possível situar a comunidade no panorama histórico, como comprovam os próprios processos de apropriação da população. Neste intuito, o pesquisador arquiteto-urbanista utiliza da observação como uma das ferramentas para a construção multidisciplinar da organização dos fatos históricos. Aparício (2004) destaca que, muitas vezes, observar é insistir no que não se vê, no que está oculto, ir além dos dados técnicos e absorver as questões oriundas das relações sociais.

Portanto, para construir a narrativa pretendida, caracterizando os estudos realizados de acordo com cada agrupamento temático, esta pesquisa dispõe de quatro capítulos fundamentais organizados de modo a facilitar a compreensão dos assuntos apresentados.

Inicia-se com o Capítulo 2 - Questões Metodológicas, no qual é apresentado o tema e seus aspectos gerais acerca do método aplicado no desenvolvimento do

ensaio, interessado na história oral e na memória como instrumentos de narrativa. Estes instrumentos são aplicados nos capítulos seguintes. No Capítulo 3 – Florianópolis: Origens da estruturação urbana, é realizada uma breve leitura do panorama histórico da urbanização de Florianópolis. O interesse deste capítulo está em dialogar com os diferentes registros, utilizando a percepção dos relatos de viajantes, bibliografias e documentos oficiais como materiais de investigação da memória. Principalmente pela formação do bairro Centro em direção ao Ribeirão da Ilha.

Situando a comunidade da Tapera e sua origem histórica no contexto municipal, construído com base em cartografias, legislações e relatos em jornais, o Capítulo 4 - A Tapera da Caiacanga Mirim apresenta diferentes evidências históricas acerca da transição da comunidade rural à condição de bairro urbanizado. O registro da oralidade dos fatos que contribuíram no desenvolvimento do bairro está disposto no Capítulo 5 - Construindo uma Tapera: história local e cotidiano. A fala dos moradores é o principal condutor deste capítulo.

A narrativa proposta é realizada pela transição em distintos conceitos e registros históricos, com interesse em apresentar um material que estimule novos questionamentos sobre a Tapera e sua condição no contexto da história da cidade.

2 QUESTÕES METODOLÓGICAS

O caminho proposto para a pesquisa cumprir com os objetivos definidos, foi delimitado por critérios gerais considerando as especificidades de cada método, cujo propósito é a produção de conhecimento pela concentração, análise e interpretação de conteúdo.

A metodologia (Sintetizada no Quadro 1) conduz para a compreensão dos aspectos gerais que condicionaram a urbanização de Florianópolis, com análise principal sobre o bairro Tapera. Orientando-se a partir de um estudo de natureza exploratório-descritiva, a abordagem qualitativa, no Capítulo 4 e Capítulo 5, disserta acerca dos processos históricos de ocupação e consolidação do bairro, bem como a sua inserção no contexto socioespacial do município.

QUADRO 1: SÍNTESE CLASSIFICATÓRIA DA PESQUISA

| CRITÉRIO | DENOMINAÇÃO |
|----------------------------|--------------------------------|
| Abrangência e profundidade | Estudo exploratório-descritivo |
| Espacial | De campo |
| Método de abordagem | Dialético |
| Método de procedimento | Histórico |
| Relação com os sujeitos | Participante |
| Suporte de registro | Bibliográfica-documental |
| Tratamento dos dados | Qualitativa |
| Relação com a sociedade | Pura e Social |

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2019

Portanto, os estudos exploratórios são aplicados quando não se tem informação relativo a determinado tema, cuja finalidade é conhecer as características de um fenômeno (RICHARDSON, 1999) para buscar explicações das suas causas e consequências. Trata-se do estudo e da descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada, conforme complementa Cervo, Bervian e Silva (2007). Pois, em muitos casos:

Os pesquisadores estudam um problema cujos pressupostos teóricos não estão claros ou são difíceis de encontrar. Nessa situação, faz-se uma pesquisa não apenas para conhecer o tipo de relação existente, mas sobretudo para determinar a existência de relação. (RICHARDSON, 1999)

Neste contexto, este estudo tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno, e obter distinta percepção ao descobrir novas ideias (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007) acerca do problema. No entanto, para Lakatos e Marconi (2003), os estudos exploratórios também são as:

Investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

Em suma, a pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação investigando as relações existentes entre seus elementos e componentes, recomendada, principalmente, quando há escassez de conhecimento sobre o problema a ser estudado (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Portanto, a análise do problema é realizada pela descrição detalhada e objetiva (RICHARDSON, 1999) das características desse fenômeno, segundo uma outra percepção. Deste modo, propõe-se analisar a ocupação do bairro Tapera, considerando as variáveis que, de certo modo, influenciaram na sua formação.

Lakatos e Marconi (2003) afirmam que, esta combinação exploratório-descritivo, tem por objetivo:

Descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante. Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis.

Sendo assim, o estudo de caráter exploratório-descritivo será realizado articulando-se conhecimentos multidisciplinares que têm a cidade como objeto comum, cujas amostragens serão obtidas a partir de dois aspectos executados de forma conjunta: contato direto e documental (LAKATOS; MARCONI, 2003).

As fontes primárias foram obtidas das entrevistas realizadas com os moradores (história oral), e as fontes secundárias, pela compreensão de bibliografias, periódicos e documentos em geral.

O *contato direto*, foi realizado mediante pesquisa de campo, cujo interesse está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando a compreensão de vários aspectos da sociedade (LAKATOS; MARCONI, 2003), fornecendo dados ou sugerindo as possíveis fontes de informações

úteis. Sendo aplicado para obter informações e/ou conhecimentos acerca de uma questão, para a qual se procura uma resposta ou de uma hipótese, que se queira comprovar (LAKATOS; MARCONI, 2003). Este contato apresenta as seguintes vantagens e desvantagens:

As vantagens seriam: a) Acúmulo de informações sobre determinado fenômeno, que também podem ser analisadas por outros pesquisadores, com objetivos diferentes. b) Facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos, sobre determinada população ou classe de fenômenos.

Desvantagens: a) Pequeno grau de controle sobre a situação de coleta de dados e a possibilidade de que fatores, desconhecidos para o investigador, possam interferir nos resultados. b) O comportamento verbal ser relativamente de pouca confiança, pelo fato de os indivíduos poderem falsear suas respostas. (LAKATOS; MARCONI, 2003)

A escolha dos informantes para relatar suas memórias foi uma tarefa difícil. Inicialmente, saímos à procura de 18 pessoas que ajudariam com suas histórias. Ao decorrer do desenvolvimento da pesquisa de campo, ocorreu a recusa de alguns dos selecionados e o desencontro de outros. Alguns já haviam falecido ou mudaram do bairro para outra localidade não informada. Outro fator que contribuiu para a desistência dos entrevistados foi a pandemia da COVID-19 iniciada em 2020, ainda em curso. Sendo assim, esta pesquisa se ateve a entrevistar 8 informantes para compor o capítulo 4 e 5 deste trabalho. Tendo como vantagens a relação de vizinhança entre eles e suas vivências no bairro ao longo da infância ou juventude.

Diante das circunstâncias relatadas, seguimos as orientações de Alberti (2005), no que tange a escolha dos entrevistados em não ser orientada apenas por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição dos entrevistados no grupo, pelo significado de sua experiência. Deste modo, os requisitos pré-estabelecidos, ainda que flexíveis, foram aplicados como base geral, ao considerar os seguintes fatores: antiguidade na comunidade, o conhecimento amplo e/ou detalhado das circunstâncias (TRIVIÑOS, 1987) e a capacidade para expressar a sua vivência diante do ocorrido. Sendo assim, a escolha dos informantes ocorreu a partir dos critérios qualitativos (ALBERTI, 2005).

A autenticidade das informações relatadas e disponibilizadas neste trabalho, será explorada pela pesquisa documental, a partir da sua análise de conteúdo e histórica (RICHARDSON, 1999). Este paralelo, entre o *contato direto e documentos*, está elaborado apropriando-se do método dialético, importante aporte na construção da memória coletiva pretendida. Pois, o método dialético permeia o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da

mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A dialética, em sua origem platonista e aristotélica, é compreendida “como a arte da discussão, à base de perguntas e respostas” (TRIVIÑOS, 1987). Ainda que em sentido mais amplo, a essência da dialética, aplicada nesta pesquisa, é a investigação das contradições da realidade (RICHARDSON, 1999). O enfoque está na contraposição e contradição de ideias, que:

Para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas umas das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente. (LAKATOS e MARCONI, 2003)

O fator de coerência pretendido está no diálogo a partir de princípios subjetivos, extraídos da fala dos informantes e dos fatos documentais publicados. Ainda que não haja uma busca, em si, pela exatidão relativa ao ano específico ao qual determinada memória fora comunicada, os fatos são conectados pelas generalidades dos acontecimentos documentados.

Isto tudo não significa que autenticidade nada tenha a ver com objetividade e verdade. Caso as variantes pessoais introduzidas pelo narrador sejam muito explícitas, então, normalmente não admitimos a história como autêntica. Da mesma forma, uma patente falta de objetividade faz suspeitar de inautenticidade. Se o relato em questão era verdadeiro ou falso só se torna uma questão de autenticidade, caso estejamos envolvidos, teórica e praticamente com as consequências da história. Em outras palavras: apenas se escutamos a história a fim de encontrar a verdade sobre alguém ou alguma coisa, contra ou a favor de quem, ou de que, desejamos agir. Mas almejando um envolvimento especial, estamos interessados em eventos que podem ter ocorrido dentro de determinada estrutura e se o narrador nos apresenta um quadro intenso, então, aceitamos a história como autêntica, mesmo que estejamos conscientes de que nem tudo ocorreu "exatamente" daquela maneira. (HELLER, 1993)

Portanto, a coleta e a análise do material não são divisões estagnadas, e sim um conjunto de informações recolhidas (TRIVIÑOS, 1987), cuja interpretação pode originar a exigência de novas buscas de dados. Ficando-as, em alguns casos, deliberadamente em aberto com a intenção de despertar o interesse no leitor, pois tudo aquilo que aconteceu deve valer a pena ser conhecido (HELLER, 1993), neste caso, ainda que não seja detalhado. Estimulando futuras pesquisas sobre a Tapera e sua população.

2.1 Relação com os sujeitos, registro e tratamento do material

Ao aplicar o método dialético, como um “Observador Participante Natural” (LAKATOS e MARCONI, 2003), por ser morador da comunidade e ter uma relação direta de vizinhança com os entrevistados, o pesquisador se dispõe a analisar a história oral coletando informações-chave do discurso obtido.

Considerando a análise histórica, ao descrever pelo estudo longitudinal o desenvolvimento de um acontecimento através do tempo (HELMSTADTER, 1970 apud RICHARDSON, 1999), o procedimento adotado para esta investigação parte do ideal sobre as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes terem a sua origem no passado (LAKATOS, 1990). Considerando que os elementos históricos constitutivos, seus fatores originários, formaram-se pelo contexto cultural particular de pertencente a cada época (LAKATOS, 1990).

Conforme citado anteriormente, a coleta de dados será produzida pela observação. Contudo, atenta-se aos desafios no recolhimento destas informações. Pois, o pesquisador, pode exercer determinada influência no grupo, ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais, e pelo choque do quadro de referência (LAKATOS e MARCONI, 2003) entre o entrevistado e o entrevistador. Porém, para essa condição de participante não afetar negativamente a pesquisa, ao considerar as relações socioespaciais preexistentes, e ao qual poderiam angustiar o observador, por perder sua identidade de cientista (RICHARDSON, 1999), o objetivo central da pesquisa qualitativa deve ser mantido: escutar as memórias da população entrevistada e relatar a história da comunidade a partir da oralidade.

A pesquisa qualitativa de campo, explorada pela técnica de observação e mediada por entrevistas semiestruturadas, quando adequadamente conduzida, pode revelar inesperados resultados que, possivelmente, não seriam examinados em estudos que utilizassem técnicas diretivas² (RICHARDSON, 1999). A partir de observações não estruturadas, são obtidas informações que os instrumentos estruturados não poderiam fornecer. Na população a ser analisada, mediante uso da técnica de observação participante, o pesquisador ocupa um lugar físico e emocional (RICHARDSON, 1999) nas relações existentes.

² Método utilizado quando o problema de estudo é mediado por entrevistas e observações a partir de perguntas pré-formuladas e em uma ordem pré-estabelecida (RICHARDSON, 1999), como por exemplo o uso de questionários direcionado à compreensão de determinado objetivo de pesquisa que não permitem, ou restringem, derivações de outros questionamentos realizados a partir da resposta obtida.

Portanto, ao ocupar esse lugar no grupo analisado, optou-se pela coleta de dados primários extraídos da técnica de entrevista semiestruturada. Cujo entendimento, de acordo com Triviños (1987), em geral é:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Este conteúdo é acrescido de novos questionamentos e, sobretudo, direcionamentos conduzidos às informações que poderiam ser negligenciadas pelo próprio informante. No entanto, o filósofo Triviños (1987) também reforça que:

Essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semiestruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.

A entrevista semiestruturada permite manter um ponto de atenção em determinadas questões que farão a conexão das histórias relatadas a partir da sistematização. Seja pela simples lembrança de um local ou por eventos ocorridos presenciados pelos informantes.

O conteúdo aqui proposto divide-se em análise documental e bibliográfica. Ao considerar a “pesquisa documental, a análise de conteúdo é, talvez, a mais apaixonante”, complementa Triviños (1987) - sentimento semelhante ao longo do desenvolvimento desta narrativa.

O material de suporte bibliográfico-documental e os aspectos históricos, tornam-se, segundo Richardson (1999), produto qualitativo com pouca utilização de métodos estatísticos. Após a coleta de materiais, a análise de conteúdo complementar a narrativa proposta. Construindo observações sobre a comunidade como, por exemplo, os aspectos da sua ocupação inicial.

Considerando que a pesquisa bibliográfica não se resume a repetição do que já foi dito ou escrito acerca de determinado assunto, “mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS e MARCONI, 2003). E, ainda para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa

de ordem documental é aquela cuja fonte de coleta de dados está restrita aos documentos, escritos ou não, constituindo as fontes primárias.

Deste modo, a análise de conteúdo, conforme sugere Richardson (1999), se apropria como material de estudo de diversas formas de comunicação, “usualmente documentos escritos, como livros, periódicos, jornais, mas também pode recorrer a outras formas de comunicação”, como até “programas de radiodifusão, música e pintura”. Nesta pesquisa o suporte se dará pela análise de fotografias, matérias jornalísticas, relatos de viajantes, entrevistas e cartografias.

Para Triviños (1987), o processo de pesquisa “se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente”, de modo que a coleta do material “num instante deixa de ser tal e é Análise de Dados, e esta, em seguida, é veículo para nova busca de informações”. Este processo ocorre principalmente pelo uso da história oral, na qual os informantes acrescentam novos dados à pesquisa à medida que mais pessoas são entrevistadas.

A análise e interpretação das informações constitui-se o núcleo central da pesquisa (LAKATOS e MARCONI, 2003). Deste modo, conhecer é a relação que se estabelece entre o sujeito que conhece e o objeto conhecido (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007), seja o informante que conhece o bairro (objeto) ou o pesquisador que toma emprestado o conhecimento e correlaciona com o a base documental.

Contudo, ao utilizar desta memória para localizar os fatos, criam-se condições para obter-se a história das cidades contada a partir da biografia da sua população. Considerando que todo desenvolvimento, urbano ou rural, é parte do processo de apropriação do espaço pelo ser humano.

O empirismo, conhecimento pela experiência, tem como consequência um saber que, embora seja construído com prudência e método, pode variar, podendo ser definido por tendências (LAVILLE e DIONNE, 1999) e inclinações a determinadas questões. Pois, o conhecimento popular é valorativo, reflexivo, assistemático, verificável, falível e inexato. Pelo conhecimento empírico, na vertente das Ciências Sociais, Lakatos e Marconi (2003) explicam que o conhecimento popular pode ser definido como:

Valorativo por excelência, pois se fundamenta numa seleção operada com base em estados de ânimo e emoções: como o conhecimento implica uma dualidade de realidades, isto é, de um lado o sujeito cognoscente e, de outro, o objeto conhecido, e este é possuído, de certa forma, pelo cognoscente, os valores do sujeito impregnam o objeto conhecido. É também **reflexivo**, mas, estando limitado pela familiaridade com o objeto, não pode ser reduzido a uma formulação geral. A característica de **assistemático** baseia-se na

"organização" particular das experiências próprias do sujeito cognoscente, e não em uma sistematização das ideias, na procura de uma formulação geral que explique os fenômenos observados, aspecto que dificulta a transmissão, de pessoa a pessoa, desse modo de conhecer. É **verificável**, visto que está limitado ao âmbito da vida diária e diz respeito àquilo que se pode perceber no dia a dia. Finalmente é **falível** e **inexato**, pois se conforma com a aparência e com o que se ouviu dizer a respeito do objeto. Em outras palavras, não permite a formulação de hipóteses sobre a existência de fenômenos situados além das percepções objetivas.

O conhecimento do cotidiano, pela vivência coletiva, é transmitido de uma pessoa à outra e de uma geração à outra (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007), ora aprendendo, ora ensinando, em um intenso processo de interação humana e social entre passado e presente. No entanto, passado é comumente compreendido como “diferente em comparação com os nossos tempos”, desvalorizando os hábitos e valores do passado. O passado e o presente têm de ser apreendidos cientificamente, ressalta Heller (1993).

Transformar em pesquisa o cotidiano, a experiência coletiva, requer o questionamento da realidade, possuir uma atitude cética e de observação e manter um raciocínio lógico sobre o fenômeno observado. Questionando-se constantemente sobre as crenças e conclusões obtidas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007) – Ainda que estes resultados estejam em processo constante de transitoriedade.

A informação, neste caso obtida pela experiência cotidiana, é um meio útil à organização dos itens no espaço-tempo coordenado (HELLER, 1993). Portanto, o verdadeiro, em ciências humanas, apenas pode ser um verdadeiro relativo e provisório (LAVILLE e DIONNE, 1999). E, ainda mais relativo, pois, não pode basear a sua construção sobre uma medida objetiva dos fenômenos estudados. Sorvido do saber da coletividade (TRIVIÑOS, 1987), este conhecimento está construído por meio de interações, de experiências cotidianas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007) e de investigações documentais. Parte dessa relação é transformada em história pela narrativa, não sendo exclusivamente resultado de uma análise última dos dados.

Então, se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido (Albuquerque, 2007).

2.2 Da memória à narrativa

A interpretação em história é a imaginação de um enredo para os fragmentos de passado (ALBUQUERQUE JR., 2007). Nesta pesquisa estamos experimentando conceitos base que ajudarão na construção da história. Para Heller (1992):

A história é, entre outras coisas, história da explicitação da essência humana, mas sem identificar-se com esse processo. A substância não contém apenas o essencial, mas também a continuidade de toda a heterogênea estrutura social, a continuidade dos valores. Por conseguinte, a substância da sociedade só pode ser a própria história.

A substância da sociedade, defendida por Agnes Heller, é a produção das relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte etc. (HELLER, 1992), fatores das esferas heterogêneas. Sendo, então, o passado uma construção de narrativas no presente, contado na perspectiva de seu desfecho (HELLER, 1993).

O desfecho histórico é produto da organização de informação a respeito do mundo no qual o evento ocorreu, a qual nos informa, de modo coerente, sobre o eu, como e por que aconteceu. (HELLER, 1993). O conhecimento popular, por exemplo, as histórias de vida, os modos de relatar, etc., são particulares de cada ser. Cada um dentro da sua perspectiva, ainda que pertencentes a um determinado grupo ou organização social. Portanto, convém inclinar-se para as versões dos que participaram de, ou testemunharam, tal trajetória podem fornecer sobre o assunto. Isto pressupõe que o estudo de tais versões seja relevante para o objetivo da pesquisa (ALBERTI, 2005).

Estudar a história da comunidade tomando como foco o ponto de vista dos que dela participaram, o conjunto de documentos escritos e disponibilizados, serve de apoio para a investigação e como instrumento de análise das entrevistas. (ALBERTI, 2005), Para Albuquerque Jr. (2007), com relação às memórias individuais, estas não podem ser apenas apropriadas como alicerces da consciência individual ou coletiva, mas deverão compor os pontos de interseção documentais e correntes mentais aproximadas pelas relações sociais. Deste modo, ressalta Halbwachs (1990):

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social.

Diante do exposto, será abordada a história oral da população, explorada mediante a ferramenta da entrevista narrativa. Jovchelovitch e Bauer (2002) consideram que através desta ferramenta “as pessoas lembram o que aconteceu”, organizando as “experiências em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Não devendo serem consideradas únicas, e sim uma fração da totalidade de observações e intersecções de narrativas entre os informantes e os documentos disponíveis. Para Burke (1992) o objetivo do exercício é precisamente mostrar e estabelecer as diferenças de pontos de vista entre o passado e o presente. São estas experiências pessoais e memórias que “ajudam a definir a natureza dos tempos, através dos quais eles viveram” (BURKE, 1992).

Em concordância, a memória está associada às experiências individuais vivenciadas no espaço e às trocas em relações sociais. Fixando-as como testemunhos temporais dos processos de transformação do espaço físico. Cria-se, então, uma coleção dos acontecimentos relatados.

É notório que lacunas podem surgir, pois as histórias são diversas, em contexto e conteúdo. No entanto, esta pesquisa orienta-se pelo consenso dos acontecimentos históricos relatados. Trabalhar com a memória é agrupar as frações históricas registrando-as no tempo presente. De acordo com Rossi(2001):

A própria cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e a lugares, a cidade é o “locus” da memória coletiva. Essa relação entre “locus” e os cidadãos torna-se, pois, a imagem predominante, a arquitetura, a paisagem; e, como os fatos fazem parte da memória, novos fatos crescem juntos na cidade. Nesse sentido, de todo positivo, as grandes ideias percorrem a história da cidade e a conformam.

O fato é que estas memórias coletivas se fazem presentes na transmissão do conhecimento no espaço construído. Indivíduo e cidade como parte da vivência coletiva, questão defendida por Halbwachs (1990):

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

São estas frações menores que constroem o coletivo imaginário do lugar. Deste modo, a relação entre o passado e o presente contribui na concepção da própria ideia da cidade. Percorre tal como a memória percorre a vida de uma pessoa. E para

concretizar-se, deve conformar a realidade, mas também conformar-se nela (ROSSI, 2001). Compondo certa realidade, advindas pela absorção de culturas e vínculos, pessoais ou coletivos. Nesta ideia, Halbwachs (1990) afirma que:

Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

O suporte coletivo, também mediado pela cultura, mantém a memória expressiva. O exercício de lembrar, torna-se necessário, a partir da perda, seja pelos processos de alteração do seu entorno, pela urbanização ocorrida no bairro, seja pelos processos migratórios que ajudariam a construir uma outra realidade social, ou demais acontecimentos e fatos históricos. Então, não basta somente manter-se o local, ainda que ele transcorra pelos processos de alteração, é a partir de registros escritos, fotográficos e audiovisuais, que a história da cidade é preservada, transformando estas memórias de coletivas para memórias documentais.

Estas lembranças pessoais associadas ao conjunto de acontecimentos ocorridos no local, para Halbwachs (1990):

Não é uma simples harmonia e correspondência física entre o aspecto dos lugares e das pessoas. Mas cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens, e quando analisamos este conjunto, fixamos nossa atenção sobre cada uma de suas partes, é como se dissecássemos um pensamento onde se confundem as relações de uma certa quantidade de grupos.

Ao observar este conjunto de objetos, físicos e intangíveis, é necessário justificar a relação entre o tempo e o espaço. Desta relação obtém-se o lugar como base da memória. Halbwachs (1990) considera que desta forma, é explicado como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. Uma sustentação mútua.

O produto documental desta história, incluindo a chamada história “estrutural” necessariamente assume algum tipo de narrativa (RICOEUR *apud* BURKE, 1992).

A história tal qual a conhecemos é um acervo de narrativas e variáveis (ALBERTI, 2005). Nem sempre estão conectadas com a realidade em si, ou com aquilo que consideramos real. Porém, estão compostas de uma estrutura de acontecimentos que nos permitem replicar pelo seu caráter significativo. Narrar os acontecimentos sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história (BENJAMIN, 1987).

Florianópolis: origens da estruturação urbana

“A vida intensa em todas as ruas, a aglomeração no mercado de peixe e de legumes, o burburinho das muitas tropas então aqui estacionadas, a incessante chegada e partida das canoas, o alegre drapejar das bandeiras dos navios no porto, tudo enquadrado no maravilhoso contorno da cidade, recortado de montes e riachos – tudo isso constituía um panorama para sensibilizar ao mais insensível.”

(SEIDLER, 1835)



A ilha de Santa Catarina e localidades adjacentes serviu como suporte para muitos viajantes, principalmente os europeus. Com a contribuição dos povos indígenas, por estas terras que os navegadores realizavam as paradas após longas viagens e reabasteciam seus barcos com mantimentos. A partir das suas vivências, buscando obter registros além das cartografias, os viajantes produziam documentos descritivos³ quanto aos modos de vida dos povos encontrados e o local das suas ocupações. Estes materiais tornavam-se mais detalhados e em maior quantidade em decorrência do aumento no número de viagens pelas terras recém-descobertas do Brasil. Em consequência disso o contato com os povos indígenas tornava-se mais frequente.

O registro do cotidiano era realizado em forma de diário, como crônica, correspondências e álbuns de desenhos. Muito desse acervo encontra-se publicado em diferentes idiomas. No entanto, é importante ressaltar que estas observações, principalmente as que retratavam os povos indígenas e sua cultura, contêm a percepção unilateral de moral religiosa a partir da construção de narrativas etnocêntricas escritas, principalmente, sob a ótica da colonização portuguesa. Devendo serem analisadas a partir do contexto específico ao qual elas foram escritas⁴.

Considerando os registros das expedições de viajantes, tem-se que a ilha, caracterizada como *Yjuriré-mirim*⁵, foi encontrada em 1515 pelo navegador espanhol João Dias de Solis (VÁRZEA, 1985) enquanto explorava a costa sul do litoral brasileiro. No entanto, no século XX, com as descobertas dos sambaquis⁶ identificou-se

³ O primeiro relato de viagem descrevendo a fauna e a flora nacionais foi a “Carta do Achamento do Brasil”, ou popularmente conhecida como “A Carta de Pero Vaz de Caminha”. Direcionada ao rei de Portugal D. Manuel I (1469 – 1521), a carta foi escrita entre 26 de abril e 2 de maio de 1500 por Pero Vaz de Caminha (1450-1500). O documento retrata as características da terra recém-achada em 22 de abril de 1500, com a chegada dos portugueses na parte nordeste da atual costa brasileira. A terra era chamada de Pindorama pelos indígenas ocupantes e, posteriormente, foi batizada pelos portugueses como Ilha de Vera Cruz. Nesse contexto, ainda não haviam identificado todo o continente e seu interior, por isso consideravam os descobrimentos territoriais como ilhas.

⁴ Ver BOTO (2001) para uma leitura objetiva acerca do assunto.

⁵ Utilizada pelos indígenas, a expressão de origem Guarani caracterizava a ilha como “Boca Pequena de Água” (VÁRZEA, 1900). Denominada assim, provavelmente, pelas características geográficas da baía entre o continente e a ilha.

⁶ Palavra de origem Guarani, sambaqui significa “monte de conchas”. Também são conhecidos popularmente como concheiros, berbigueiros, ostreiros ou sernambis (ROHR, 1973 apud CARNEIRO, 1987, p.34).

vestígios da ocupação humana, de povos indígenas, com cerca de 5 mil anos (CARNEIRO, 1987), antes mesmo da chegada dos povos colonizadores e viajantes.

3.1 Ocupação Indígena da ilha: breve relato

Tais registros dos viajantes em terras do Brasil, relatam a interação dos ocupantes portugueses com os povos indígenas locais. O resultado desta relação é observado em nomes da fauna e da flora, no reconhecimento de diferentes fenômenos, acidentes e produtos da natureza; na identificação de doenças, nos nomes de utensílios e objetos, em nomes referentes aos usos e costumes, para denominar alimentos, adjetivos e substantivos (AGUILERA, 2006 *apud* AMARAL, 2001). Em Florianópolis, há diversos exemplos aos quais aplicam-se à toponímia⁷ local, como: itaguaçu, caiacanga (BRIGHENTI, 2012) e jurerê, cuja influência é oriunda da cultura Guarani.

No litoral catarinense o modo de vida dos povos indígenas estruturava-se pelo território abundante em recursos naturais. As aldeias próximas da mata atlântica, favoreciam a caça e a colheita de frutas, acesso aos canais e manguezais para prática da pesca, nas adjacências de lagoas e águas salobras. Também havia a indústria lítica⁸ para a produção de ferramentas, e os sambaquis como estruturas de monumentos fúnebres. Essas observações fazem parte do contexto local, que de acordo com Schmitz (2013):

Este foi um modo de vida de sucesso quando comparado com outros que existiam ao mesmo tempo. E foi no litoral de Santa Catarina que ele teve sua maior realização. Estranhamente, na transição para o segundo milênio de nossa era, seus assentamentos foram sendo desativados. O território estava sendo penetrado por uma população conhecida como Jê Meridional, com a qual os pescadores se associaram; mas esta associação não durou porque, algumas gerações depois, a planície costeira, com seu cordão de lagoas, foi ocupada por uma população de origem amazônica, que se instalara nas terras férteis do Rio Grande do Sul, donde se expandiu para Santa Catarina.

A ocupação destes povos fazia parte da rede de tribos habitantes desde o litoral

⁷ É o estudo das relações político-culturais de determinado nome atribuído à uma localidade, pois, a denominação dos lugares também está vinculada ao modo como o observador compreende aquela realidade. De acordo com a Encyclopaedia Britannica (1964) denominar um lugar geográfico depende do sentimento ao qual “um lugar é uma entidade que possui uma individualidade que a distingue de outros lugares” e “da sensação de que um lugar é útil e vale a pena ser denominado” (*apud* SEEMANN, 2005).

⁸ Local próximo da aldeia onde eram produzidas as ferramentas a partir do polimento de rochas e minerais. Estes instrumentos poderiam ser a lâmina de machado, ponta de flecha, enxó, mão de pilão e demais utensílios com o uso da rocha como matéria prima.

norte do estado do Rio Grande do Sul até o Espírito Santo. A comunicação também era mantida entre os povos, ocupantes do território que conhecemos hoje como os países, da Argentina, Paraguai e Bolívia. No litoral catarinense, estes grupos são identificados como os pescadores e Schmitz (2013), observa que:

É difícil contar a história completa dos pescadores oceânicos porque o ambiente em que viviam foi muitas vezes modificado pelas subidas e descidas do nível do mar. Nas subidas ele afogava a planície litorânea, destruindo o que ali havia, e só com a última descida, a partir de uns 5.000 anos atrás, se estabilizaram os ambientes, nos quais esta população costumava se instalar, que são os estuários, canais, mangues, as lagoas e baías junto ao litoral atlântico. Esta é a razão porque os principais sítios existentes se concentram em idades entre aproximadamente 5.000 e 1.000 anos atrás.

Esta relação existente entre os ocupantes e os povos tradicionais, também favorecia a entrada pelos imigrantes ao território indígena. Para Brighenti (2013), o registro mais representativo desse contato foi realizado pelo navegador espanhol Álvaro Núñez Cabeza de Vaca que em 1541, ao desembarcar na então Ilha de Santa Catarina, foi guiado por indígenas Guaranis no caminho do Peabiru até Assunção no Paraguai, ainda que arbitrariamente por parte do navegador.

Com a perda do território, principalmente para a ocupação pelos imigrantes portugueses, estes povos tradicionais abandonam a ilha e suas aldeias. Os vestígios dessa ocupação ainda se fazem presentes. Além das inscrições rupestres, os ocupantes pré-coloniais deixaram peças de cerâmicas, ferramentas, a herança da classificação de alguns lugares do município e sambaquis. Este último, pela organização do território a partir de uma lógica fúnebre, restringidos à disposição dos esqueletos (SILVA, SCHIMTZ et al, 1990), datam de 1400 anos, cerca de 70 d.C., certamente correspondem à ocupação Tupiguarani (SILVA, SCHMITZ et al, 1990).

Em 1958, foram encontrados na costa sudoeste da ilha, no baixio da Caiacanga Mirim, área ocupada hoje pela Base Aérea de Florianópolis, 54 esqueletos de adultos, jovens e crianças e mais alguns fragmentos de animais (Silva, Schmitz et al, 1990). Posteriormente, na região do Rio Tavares, foram descobertas duas grandes urnas funerárias de cerâmica.

Estes achados contribuem na construção do histórico de ocupações humanas pré-existentes na ilha, revelando os períodos de suas atividades, formas de interação com o território e modos de vida. Somado aos relatos dos navegadores registram os processos interativos entre os povos. Sobretudo, realizados a partir da implementação da colônia portuguesa na ilha e nas terras adjacentes.

3.2 Colônia portuguesa na Ilha de Santa Catarina: destinos

Em 1549, época na qual a ocupação portuguesa ocorria de forma lenta ao longo do território do Brasil, o viajante Hans Staden⁹ (1524 – 1576), em sua segunda viagem, segue ao sul do país com o objetivo de ir à foz do Rio da Prata, entre a fronteira da Argentina e do Uruguai. Após fortes ventos, realizam uma pausa na atual cidade de Paranaguá, no estado do Paraná, onde receberam orientações para seguir em direção à então Ilha de Santa Catarina e instruções para reconhecer aquelas terras. Com tradução de Alberto Löfgren (1930)¹⁰, os trechos a seguir foram retirados do relato de Hans Staden publicado em 1577:

“Perguntámos também a que distancia ficava a ilha de Santa Catharina, para onde queríamos ir. Responderam que podia ser umas trinta milhas para o sul e que lá havia uma tribu de selvagens chamados Carios (Carijós) e que tivéssemos cautela com elles. Os selvagens do porto onde estávamos, chamavam-se Tuppin Ikins (Tupiniquins) e eram seus amigos, de modo que não corriamos perigo.

Perguntámos mais em que latitude estava o lugar, e responderam-nos que estava a 28 grãos, o que era verdade. Também nos ensinaram como havíamos de conhecer o paiz.”

Durante o trajeto, a navegação foi interrompida por outra tempestade, obrigando-os a ancorar. Ainda a bordo, desceram os botes e foram em busca de vestígios do então porto da Ilha de Santa Catarina. Conforme o seguinte relato, foi em 25 de novembro:

“no dia de Santa Catharina, no anno de 1549, que deitámos ancora, e, no mesmo dia, alguns dos nossos, bem municidados, saíram no bote para explorar a bahia. Começamos a pensar que fosse um rio, que se chama Rio de S. Francisco, situado também na mesma provincia, pois que, quanto mais entravamos, mais cumprido parecia.

Olhávamos de vez em quando, a ver se descobriamos alguma fumaça, porém nada vimos. Finalmente, pareceu-nos ver umas cabanas e para lá nos

⁹ Nascido em Homberg, na Alemanha, Hans Staden (1524 – 1576) veio ao Brasil em duas viagens durante o século XVI, entre os anos 1548 e 1549. Após a passagem, em 1577 Hans publicou o livro cujo nome traduzido para o português é: “História Verdídica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz a público com essa impressão”.

¹⁰ LÖFGREN, Alberto. Viagem ao Brasil: Versão do Texto de Marpurgo, de 1577. Oficina Industrial Graphica. Rio de Janeiro, 1930.

dirigimos. Eram já velhas, sem pessoa alguma dentro, pelo que continuamos até de tarde. Então vimos uma ilha pequena na frente, para a qual nos dirigimos, a passar a noite, julgando haver ali um abrigo. Chegámos á ilha, já noite; não podíamos, porém, arriscar-nos a irmos á terra, pelo que alguns dos nossos foram rodea-la a ver si por ali havia gente; mas não descobriram ninguém. Fizemos então fogo e cortámos uma palmeira, para comer o palmito, e ficamos ali durante a noite. De manhã cedo, avançámos pela terra a dentro. Nossa opinião era que havia ali gente, porque as cabanas eram disto um indício. Adiantando-nos, vimos ao longe, sobre uma rocha, um madeiro, que nos pareceu uma cruz e não compreendíamos quem a teria posto ali. Chegámos a ella e achamos uma grande cruz de madeira, apoiada com pedras e com um pedaço de fundo de barril amarrado e, neste fundo, gravadas umas letras que não podíamos ler, nem adivinhar qual o navio que teria erigido esta cruz e não sabíamos si este era o porto onde devíamos nos reunir. Continuamos então rio acima e levamos o fundo do barril. Durante a viagem, um dos nossos examinou de novo a inscrição e começou a comprehendel-a. Estava ali gravado em lingua espanhola: SI VEIN POR VENTURA, ECKY LA ARMADA DE SU MAJESTET, TIREN VIN TIRE AY AUERAN RECADO (se viene por ventura aqui la armada de su magestad, tiren un tiro y haran recado). Isto quer dizer: Si por acaso aqui vierem pavios de sua majestade, dêem um tiro e terão resposta.

Voltámos então sem demora para a cruz e disparamos um tiro de peça, continuando depois, rio acima, a nossa viagem. Pouco depois, vimos cinco canoas com selvagens, que vieram sobre nós, pelo que apromptámos as nossas armas. Chegando mais perto, vimos um homem vestido e barbado que vinha á próa de uma das canoas e nos parecia christão. Gritámos-lhe para fazer alto és outras canoas e vir com uma só a conversar connosco. Quando se nos aproximou, perguntámos-lhe em que terra estavam; ao que nos respondeu que estavam no porto de Schirmirein (Jurumirim ou Jurerê-mirim que no tupi, jurú-mirim, se traduz como boca pequena), assim denominado pelos selvagens, e para melhor o entendermos, acerescentou chamar-se Santa Catharina, nome dado pelos descobridores.

Alegrou-nos muito isto, porque este era o porto que procuravamos, sem conhecer que já nelle estavam, coincidindo ser isso no mesmo dia de Santa Catharina. Vede, pois, como Deus socorre aquelle que no perigo o implora com fervor." (Tradução de Alberto Löfgren, 1930, p. 44 – 45)

Navegando como se fosse num rio, ao entrar no canal entre o continente e a ilha, os viajantes foram ajudados. Tal fato possibilitou que fosse encontrado o porto de jurerê-mirim dos Carijós. Após o desembarque, eles permaneceram na ilha por cerca de três semanas. Enquanto eram ajudados pelos indígenas locais, neste período aguardavam pela chegada das outras duas embarcações que também haviam se perdido durante a tempestade.

Com a chegada do segundo navio, os preparativos foram feitos para continuar a viagem rumo ao sul do Brasil. No entanto, a terceira embarcação havia se perdido ou afundado. Este imprevisto obrigou-lhes a permanecer por dois anos na ilha. O período de estadia, possibilitou a interação de que Hans Staden com os indígenas, registrando a cultura e dinâmica local daquela aldeia carijó. Os escritos revelam mais do que a chegada na ilha, mas hábitos alimentares, medos e anseios daquele

momento. Porém, também descrevem como se dava a relação social entre os ocupantes nativos e os navegadores:

“Ficamos ahi dois annos no meio de grandes perigos e soffrendo fome. Tinhamos que comer lagartos, ratos do campo e outros animaes exquisitos, que logravamos colher, assim como mariscos que vivem nas pedras e muitos bichos extravagantes. Os selvagens que nos davam mantimentos, só o fizeram emquanto recebiam presentes de nossa parte; fugiram depois para outros logares é como não podiamos confiar-nos nelles, dissuadimo-nos de ahi continuar com perigo de perecer.

Deliberámos, pois, que a maior parte dos nossos devia ir por terra para a provincia de Sumption¹¹, dahi distante cerca de 300 milhas. Os outros iriam no navio que restava. O capitão conservava alguns de nós, que iriam por agua com elle. Os que iam por terra levavam mantimentos e alguns selvagens.

Muitos delles, é certo, morreram de fome no sertão; mas os outros chegaram ao seu destino como depois soubemos; entretanto, para o resto dos nossos homens o navio era pequeno demais para navegar no mar.” (Tradução de Alberto Löfgren, 1930, p. 48 – 49)

Ainda que esta terra fosse frequentada por viajantes, principalmente os que se destinavam ao estuário do rio da Prata, no ano de 1650 a ilha ainda permanecia livre da colonização, conforme argumenta Várzea¹² (1985):

Semelhante gente, repetimos, não permaneceu nem deixou o mínimo núcleo de população no lugar, porquanto os seus únicos desígnios eram a exploração das riquezas que constava existirem no Prata. É, em 1650, vamos encontrar a Ilha ainda por colonizar, apesar achar-se já o Brasil dividido em Capitanias e desde 21 de janeiro de 1535 estar de posse de suas terras e do continente 70 léguas no litoral, desde Cananéia¹³ à Laguna¹⁴, Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso, nomeado pelo governo português, em 1530, comandante geral de terra e mar.

Os índios Carijós eram os únicos povoadores permanentes da ilha (FRÉZIER, 1712, *apud* VEIGA, 1993), que já possuíam alguma indústria e mantinham relações comerciais por vias marítimas com os habitantes da cidade de Santos, em São Paulo (VÁRZEA, 1985). Cujas embarcações eram responsáveis pelo fornecimento de ferramentas, instrumentos de pesca e lavoura na troca de outros produtos locais.

¹¹ Assunção (em tradução nossa), é a capital e a maior cidade do Paraguai, cujo caminho por terra havia sido percorrido por Álvaro Núñez Cabeza de Vaca em 1541. Foi o mais próspero estabelecimento dos espanhóis no Rio da Prata, depois de Mendonza na Argentina (LÖFGREN, 1930).

¹² O escritor e jornalista Virgílio Várzea, retrata a história da primeira ocupação a partir do relato do bandeirante Francisco Dias Velho.

¹³ Cidade localizada no litoral sul do estado de São Paulo, está a 272 quilômetros da capital paulista.

¹⁴ Cidade localizada no litoral sul do estado de Santa Catarina, está a 115 quilômetros da capital catarinense.

Em 1651¹⁵, o vicentista¹⁶ Francisco Dias Velho, agricultor em Santos (SP), migra para a ilha após os constantes relatos sobre a *índole mansa dos indígenas*. Sua viagem foi acompanhada de 500 índios escravizados, considerados inoportunamente como “domesticados”, da sua respectiva esposa e de duas ou três filhas, dois filhos, (VÁRZEA, 1985) dois padres Jesuítas e de um “branco” de nome José Tinoco com a sua esposa e três filhos (VEIGA, 1993). Estes bandeirantes vicentistas, a comando de Dias Velho, conquistam e estabelecem o repovoamento da ilha de Nossa Senhora do Desterro.

Entretanto, com o intuito de evitar as perseguições por parte dos europeus, os indígenas Carijós acabaram deixando suas terras, habitando a ilha de Santa Catarina até a metade do século XVII. Os portugueses instalam-se permanentemente após essa dispersão.

Para garantir o controle territorial, a expansão da ocupação foi fortalecida pela divisão da Ilha em freguesias (ver Figura 4), período em que é iniciado o processo de anexação das áreas periféricas ao núcleo central. Ainda que distantes entre si, o padrão de ocupação destes núcleos dispunha da instalação de uma capela, para as atividades religiosas, e conectavam-se, principalmente, pela relação com o mar e suas atividades pesqueiras. Este instrumento possibilitou a expansão do domínio da colonização sobre o território, subdividindo-o em oito freguesias¹⁷, que segundo Conceição (2016), é:

A partir da refundação (1714) e consolidação do núcleo central (Nossa Senhora do Desterro) se fundam entre 1750 e 1772 as vilas de: Nossa Senhora das Necessidades (1750-Santo Antônio); Nossa Senhora da Conceição (Lagoa-1751); Nossa Senhora da Lapa (1756); São João do Rio Vermelho e Sant Anna da Armação em 1772.

Paralelo a estas ocupações, na parte continental do outro lado das baías, são fundados os núcleos de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, São José

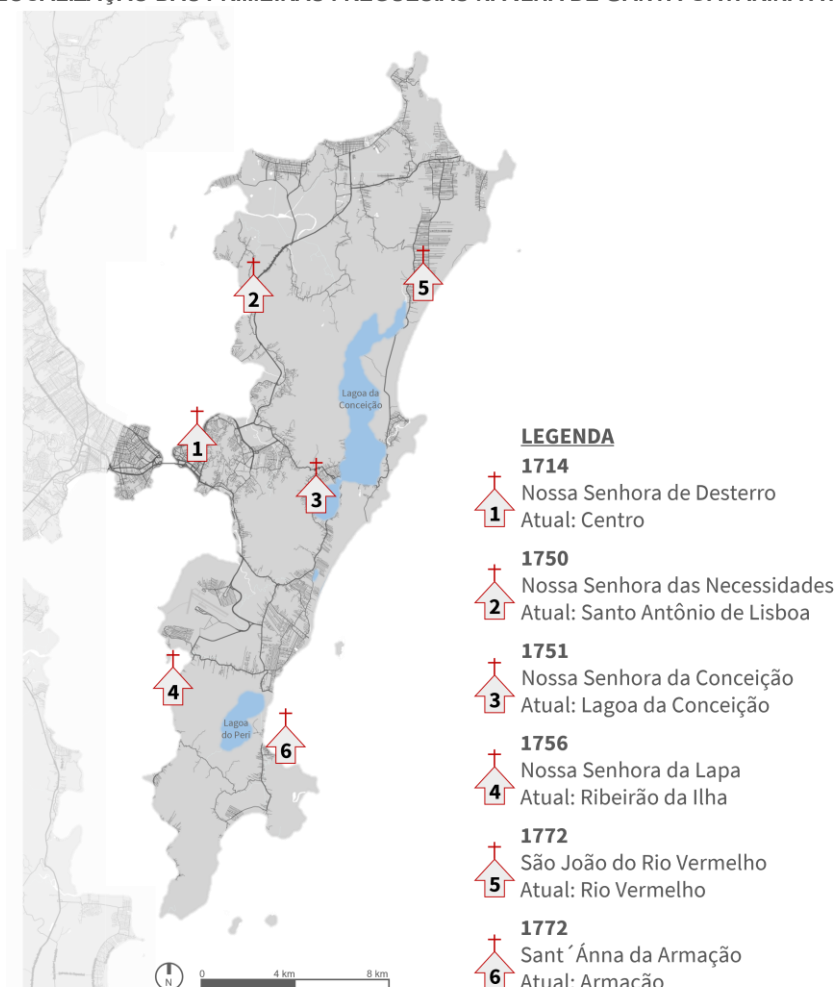
¹⁵ A data de ocupação da ilha se difere, que, segundo Veiga (1993), pode variar, a depender do historiador, entre os anos 1650 e 1662.

¹⁶ Cabe salientar que durante o processo de expansão territorial do Brasil colônia, impulsionado devido ao declínio econômico que transcorria a capitania de São Vicente, onde atualmente está localizado o estado de São Paulo, os bandeirantes atuaram na escravização e no extermínio dos povos indígenas, na destruição dos quilombos e no mapeamento do território, cujo objetivo era a extração de metais e pedras preciosas.

¹⁷ Considerada a menor divisão administrativa, a “freguesia”, neste contexto, faz referência ao agrupamento de pessoas ou povoado destinado às atividades paroquianas. Pois, era parte do processo de ocupação político-territorial da colônia portuguesa a edificação de uma igreja em cada localidade.

da Terra Firme e São Miguel da Terra Firme entre 1748 e 1756 (CONCEIÇÃO, 2016). Este processo ocorre até 1806 como complemento aos seis núcleos ilhéus.

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DAS PRIMEIRAS FREGUESIAS NA ILHA DE SANTA CATARINA ATÉ O SÉC. XVII



FONTE: BRASIL (2015); CONCEIÇÃO (2016); IBGE (2019), ELABORADO PELO AUTOR.

É a partir da igreja que os caminhos foram desenhados, nos quais se estabeleceram as residências e os demais espaços urbanos (BRASIL, 2015). O padrão de ocupação influenciava na tipologia destas residências e na configuração das vias. Deste modo, os colonizadores mantêm sua expansão, consolidando a primeira rede polinucleada, a base da ocupação territorial na Ilha de Santa Catarina.

3.3 De Desterro a Florianópolis

Em 1726 a ilha de Santa Catarina torna-se oficialmente vila, denominando-se Vila de Desterro, a partir do desmembramento de Laguna. Incentivados pela Coroa Portuguesa os imigrantes açorianos trazidos à ilha, movimentam comercialmente a vila. Com o aumento populacional, expansão das atividades agrícolas e

manufatureiras, novas conexões são criadas dentro da ilha. A população se organizava principalmente no eixo leste-centro e no núcleo central a partir da praça XV de Novembro. Além disso Pozzo (2010) expõe que:

Em 1803 havia apenas duas ruas plenamente traçadas, Augusta e da Cadeia, calçadas em 1816. Por volta de 1820 existiam cerca de 34 caminhos, porém, as primeiras ruas propriamente ditas de Desterro datam de 1841, quando o traçado urbano foi organizado com base nas ordenações portuguesas. (*apud* ANDRADE, 1978)

Desterro é elevada à categoria de cidade em 1821, chegando nos anos 1872 com uma população de 25.709 habitantes, sendo que 11.322 ocupavam a área urbana (SUGAI, 1994), no centro da cidade. Nos anos 1880 as transformações, também motivadas pelo aumento populacional e pela movimentação econômica gerada por pequenos comerciantes e portuários de importação e exportação, tais intervenções urbanas incluíam obras de infraestrutura e o início da expansão territorial sobre o mar da região central. Deste modo, conforme descreve Veiga (1993):

Uma das formas de avanço territorial foi propiciada pela ordenação dos regatos que cortavam o centro da cidade. Elevações, riachos, várzeas e pântanos constituíam empecilhos para o avanço urbano, que os evitou até que pode conquistá-los, através de grandes obras de engenharia. Foi o que aconteceu com a insalubre orla da Baía Sul de desterro no século XIX, que teve seus córregos retificados e canalizados, e onde o Largo da Matriz, os edifícios e ruas da orla foram se distanciando do mar, devido principalmente à criação de sucessivos aterros.

Mediante intervenções do Estado, a então Florianópolis do final do século XIX, recebeu obras de canalização de córregos, abertura de novas vias (VEIGA, 1993) e principalmente a criação de aterros mecânicos, resultantes, também, do longo processo de despejo de detritos e lixo nas margens marinhas (SUGAI, 1994). Posteriormente, estas áreas foram densamente ocupadas e aterradas para atender aos cais, às novas edificações e ao lazer e convívio urbanos (VEIGA, 1993).

Sobre o processo de modernização da cidade, além dos aterros que deram suporte à criação e consolidação de um princípio de malha viária em suas bordas litorâneas, o final do século XIX e início do século XX é marcado por símbolos como: a construção do Mercado Público (1905), a instalação do serviço público de água e do sistema de esgoto sanitário (1906) e da construção de usina hidroelétrica (1910) para abastecimento da cidade, substituindo o sistema de iluminação pública à gás e a montagem das linhas de bondes movidas à tração animal (1906-1910) (VEIGA, 1993).

Essas inovações na infraestrutura urbana proporcionaram à cidade uma imagem de modernidade, ainda que ligada à modernidade europeia do século XIX. Estes símbolos impulsionaram politicamente o crescimento da cidade, deram suporte ao desenvolvimento da construção civil e possibilitaram a formação de um núcleo urbano cada vez mais adensado. É importante destacar que, paralelo a estes acontecimentos, as áreas rurais distantes do núcleo central, também se desenvolviam, ainda que em menor proporção, quando comparadas à região central da ilha.

O período tomou força com a construção da Ponte Hercílio Luz (1926) (ver Figura 05), obra de maior importância permitindo uma rápida conexão à ilha e ao continente, antes condicionado apenas às balsas e pequenas embarcações. De acordo com Veiga (1993):

Os primeiros trinta anos deste século (Séc. XX) foram, portanto, marcados por diversos momentos de modernização, traduzidos na adoção de vários serviços urbanos, considerados avançados não só para Florianópolis, como para outras capitais brasileira.

Diante deste panorama, o jornal “A Semana” de 1930 noticiou Florianópolis como uma das capitais mais bonitas no Brasil (VEIGA, 1993) por ter “um aspecto agradável”, com suas ruas, calçadas e praças arborizadas. Após a construção da Ponte Hercílio Luz a cidade consegue reiterar o título de capital do estado de Santa Catarina. Afirmado seu posto de capital, Florianópolis tem crescimento mais acelerado que os municípios vizinhos, cidades portuárias e comerciais catarinenses (POZZO, 2010).

FIGURA 2: REGISTRO DA CONSTRUÇÃO DA PONTE HERCÍLIO LUZ



FONTE: SIE (1924)

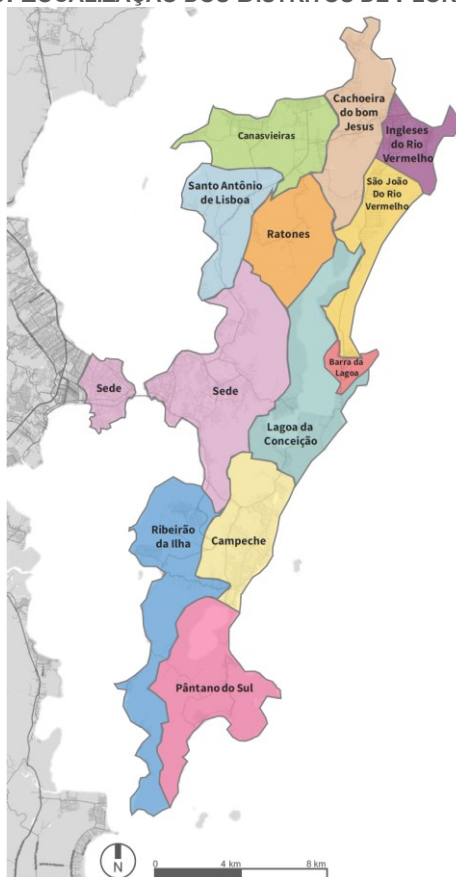
Observa-se que mesmo com a concentração de investimentos na área central, o processo de descentralização de Florianópolis ocorre a partir do histórico de

ocupações polinucleadas oriundas das primeiras colonizações, iniciado pelas freguesias. Estas ocupações originaram os distritos administrativos que, de acordo com Sugai (2015) são:

Desmembramentos sucessivos dos cinco antigos núcleos de povoação implantados ao longo da Ilha no século XVIII, os quais também eram administrados de forma descentralizada. Nestes distritos encontram-se as administrações regionais, chamadas oficialmente em Florianópolis de intendências.

Segundo a Lei Municipal nº 4805/95¹⁸, atualmente o município de Florianópolis é subdividido em 12 distritos (ver Figura 6), são eles: Florianópolis (distrito sede), Ingleses do Rio Vermelho, Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Lagoa da Conceição, São João do Rio Vermelho, Santo Antônio de Lisboa, Barra da Lagoa, Ratoles, Pântano do Sul, Campeche e Ribeirão da Ilha. A região do sul da ilha é formada por 11 bairros concentrados em três distritos: o do Pântano do Sul, Campeche e o do Ribeirão da Ilha.

FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DOS DISTRITOS DE FLORIANÓPOLIS



FONTE: FLORIANÓPOLIS (1999; 2009), ELABORADO PELO AUTOR.

¹⁸A Lei nº 4805 de 21 de dezembro de 1995 dispõe sobre a atualização das descrições de limites dos distritos do município de Florianópolis e a criação do distrito do Campeche.

3.4 Distrito do Ribeirão da Ilha

Ao desaguar na enseada da Baía Sul, o rio Ribeirão originou além do nome do bairro o porto em sua foz. Neste contexto surge a freguesia do Ribeirão da Ilha, com seu desenvolvimento inicial a partir da construção da Capela nossa Senhora da Lapa (1760), na localidade conhecida como Simplício, próximo ao antigo Porto do Ribeirão¹⁹ atual localidade do Canto do Rio. Segundo Pereira e col. (1990, p.21):

Manoel de Vargas Rodrigues chagava à localidade do Simplício (hoje Barro Vermelho) e trazia consigo uma pequena imagem milagrosa de Nossa Senhora da Lapa e para abrigá-la à veneração popular, fez construir uma pequena capela que dista aproximadamente 1500m da atual matriz.

Em 1809 o Ribeirão é elevado à freguesia da então Vila de Desterro, tal designação foi registrada e publicada no livro “Corografia Brazílica”²⁰ em 1817 pelo padre Manuel Aires de Casal. De acordo com Casal, a uma distância de 9 km ao sul da capital:

Está a Paróquia de Nossa Senhora da Lapa, situada junto à embocadura duma ribeira, no fundo duma pequena enseada semi-circular, em frente duma ilhota. Freguesia do Ribeirão é o nome, com que vulgarmente a designam. É abastada de pescado, e dos mantimentos do país. (CASAL, 1817)

Considerando apenas o distrito no sul da ilha, sob a designação de Distrito do Ribeirão da Ilha, sua primeira demarcação administrativa era formada pelo limite do Rio Tavares e ponta da Caiacanga Mirim, abrangendo ao sul o Caiacanga Açú, Naufragados, Pântano do Sul, Lagoinha do Leste e Alto Ribeirão (VÁRZEA, 1985).

Ao descrever os aspectos naturais da ilha, de acordo com o geógrafo militar francês J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe²¹, em sua publicação “Diccionario

¹⁹ O porto na foz do Rio Ribeirão foi conhecido originalmente por Porto do Ribeirão, depois Porto do Contrato e por último Porto dos Cadete. Servia para a distribuição de mercadorias no comércio de todo o sul da ilha (PEREIRA e col.1990). Complementava a conexão do porto na sede da Freguesia, destinado ao deslocamento de passageiros e do Porto da Tapera do Sul ou Caicanga Açú, no extremo sul da ilha na costa oeste.

²⁰ Durante sua permanência no Brasil, o Padre Manuel Aires de Casal dedicou-se ao estudo antropológico, histórico e geográfico do país e suas regiões, reunindo seu trabalho na obra intitulada de Corografia Brazílica, ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil (FERNANDES; FARIA; ANTUNES, 2013).

²¹ J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe foi um militar francês que no final do século XIX descreveu um panorama geral sobre o desenvolvimento de cada província brasileira. Os escritos estão reunidos em uma obra denominada de “Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil”, publicado em dois volumes. Nos escritos são abordadas diferentes temáticas do Brasil, tanto históricas

Geographico, Historico e Descritivo do Imperio do Brazil” datada de 1845, o rio Tavares era um:

Pequeno rio da ilha de Santa-Catharina. Nasce no centro d’ella, corre por espaço de muitas legoas no rumo do sul, e do oeste, e vai lançar-se no mar numa enseada do mesmo nome, ao sudoeste da cidade do Desterro. Suas margens são celebradas pela boa qualidade de melões que nellas se colhem. (SAINT-ADOLPHE, 1845).

Os característicos morros, suas orlas e os rios da então ilha de Santa Catarina serviam como limites naturais na demarcação do território. Este último, favorecia o plantio e eram importantes eixos de conexões da orla marítima com algumas partes do território interior (na Figura 7 é possível observar como se conforma parte do território sul da ilha). Ainda sobre o rio Tavares, em outro trecho, Saint-Adolphe complementa:

“É esta ilha regada pelos rios do Tavares e dos Ratores, que dão navegação a canoas por espaço de muitas léguas, e pelo Vermelho, muito mais-possante que os precedentes, que se’dirige para o oriente para se ir lançar no mar”. (SAINT-ADOLPHE, 1845).

Sendo assim, articulados por uma rede de trapiches localizados nas freguesias, os deslocamentos na ilha eram feitos principalmente pelos corpos d’água: mar, rios e lagoas. Esta necessidade de integração é parte do processo de urbanização e expansão da cidade.

FIGURA 4: IMAGEM DE SATÉLITE DA PORÇÃO TERRITORIAL SUL DA ILHA COM DEMARCAÇÕES



FONTE: MAXAR TECHNOLOGIES (2021); FLORIANÓPOLIS (2021) ; ADAPTADO PELO AUTOR.

e geográficas. No caso do estado de Santa Catarina, Saint-Adolphe trata da formação do estado a partir do litoral, tendo como mote a Ilha de Santa Catarina, principalmente a região central (Desterro).

Para superar as distâncias, Veiga (2004) descreve que é nas primeiras décadas do século XIX a frequente circulação de navegadores, pescadores e, principalmente, colonos com mercadorias produzidas nas freguesias para serem comercializadas no Distrito Sede. Tais produtos eram expostos em frente ao Mercado Público ou, ainda, levados à outras comunidades litorâneas de acesso limitado.

Em 1840 o Ribeirão da Ilha é reconhecido como Vila, durante o reinado do D. Pedro II, período de dinâmica mercantil²² na ilha de Santa Catarina. No trecho a seguir é possível compreender este processo de crescimento a partir de um relato específico sobre o local. Naquele momento, o Ribeirão ou Lapa do Ribeirão era definido por Saint-Adolphe como uma:

Nova villa e antiga freguezia da ilha de Santa-Catharina, no fundo d'uma enseada, 2 legoas ao sul da cidade do Desterro.

Manoel de Vargas Rodrigues mandou fazer em 1760 uma capella para sua familia e vizinhos, e a dedicou a N. S. da Lapa. Como no principio do século presente a população do Ribeirão passasse de 1,200 almas, foi a capella substituída por uma igreja de pedra, a qual foi sagrada em 2 de Fevereiro de 1806. Sollicitarão então os habitantes para ella o titulo de parochia, o qual lhe foi conferido por alvará de 11 de Julho de 1809.

Passados désannos, instárão porque se concedesse á nova freguezia o titulo de villa, porem não forão bem succedidos nesta representação nem no governo d'ElRei D. João VI, nem no do Imperador D. Pedro I“, e somente o conseguirão em 1839 ou 1840 por uma lei provincial.

O districto da villa do Ribeirão é formado da parte meridional da ilha de Santa-Catharina, e acha-se separado da parte do norte do da cidade do Desterro pelos ribeiros Tavares e Caiacanga-Mirim. Sua população sobe arriba de 2,000 habitantes, que lávrão cannas alêndos viveres usuaes do consumo, fabricão aguardente de canna, e assucar para exportação, e alguns se applicão também a pescarias e salgação do pescado, que tem extracção na cidade do Desterro e em varias villas. Ha neste districto obra de 40 alambiqués que trabalhão cinco para seis mezes no anno”. (SAINT-ADOLPHE, 1845).

É também neste ano que são realizadas as melhorias nos caminhos terrestres responsáveis por conectar o Distrito Sede (Centro) ao sul da ilha. O trajeto era percorrido costeando-se os morros da Baía Sul, partindo da praia Menino-Deus (atual Prainha) até a foz do rio Tavares (atual bifurcação conhecida como Trevo da Seta, entre o bairro Rio Tavares e Costeira do Pirajubaé). Complementa que:

Em 1840 fez-se boa estrada de carro nas margens da bahia desde a praia do Menino-Deus até o rio do Tavares, para a communicação da Villa de Ribeirão com a cidade e concertou-se também o caminho que vai da cidade para a Villa da Lagoa, passando pelo monte Prejibahi²³. (SAINT-ADOLPHE, 1845, Tomo II pág. 484).

²² Principalmente na comercialização de madeira, café, mandioca e farinha (PEREIRA e col.1990) produzidos no território do distrito do Ribeirão da Ilha.

²³ Hoje é conhecido como o bairro da Costeira do Pirajubaé. Segundo Várzea (1985), não se sabe por qual motivo Saint-Adolphe escreve Prejibahi.

Ao chegar na foz do rio Tavares (ver Figura 8) o trajeto poderia ser continuado navegando o próprio rio.

FIGURA 5: FOZ DO RIO TAVARES, AO FUNDO A BAÍA SUL



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2020)

Com estas intervenções, reduziam-se as distâncias e impulsionava o acesso de meios de transportes terrestres mais usuais nos séculos XVIII e XIX, como: as montarias, as charretes puxadas por cavalos e os carros de boi (VEIGA, 2004), aprimorando o modo de circulação por terra no interior da ilha em direção ao sul, até então realizada por trilhas e estradas que beiravam as encostas ou orlas das praias.

3.5 História em curso

Observamos até aqui que a história de todos os lugares pode ser acompanhada nas impressões deixadas em seu espaço e pela biografia de seus habitantes. Seja no remanescente de uma edificação, pela pavimentação em pedra, adições no território mediante aterros e subtrações de morros, pela simples pintura de uma fachada ou até observando-se o formato das ruas, por exemplo. Cada detalhe contribui à construção cotidiana da narrativa das cidades.

Aqui em Florianópolis, na porção insular ou continental, as características vias tortuosas e as suas longas e estreitas servidões são algumas das heranças de um

município que cresce a partir de antigos núcleos rurais. Organizados pelo território, estes núcleos, usufruíam da produção local de alimentos, principalmente o café, a mandioca e a cana de açúcar. Também cultivavam hortaliças e mantinham criadouros de animais destinados ao abate, locais conhecidos como “estações de monta”.

Com o decorrer do crescimento populacional, no final do século XIX e início do século XX, o município tem como mote o desenvolvimento urbano, a partir de melhoramentos na sua infraestrutura central direcionada, posteriormente, às regiões periféricas.

Para acomodar os atuais 508.826 habitantes (IBGE, 2020)²⁴, observou-se no município de Florianópolis esta tendência de ocupação das áreas periféricas próximas ou de fácil acesso ao bairro Centro, principal conector ilha-continente. Este crescimento foi considerado no documento do “Relatório Final do Crescimento Urbano de Florianópolis”, no qual fixa a região central como área totalmente ocupada com expansão direcionada ao contorno do Maciço da Costeira e à Lagoa da Conceição (leste da ilha). Unindo-se com a expansão urbana mais recente ao longo da rodovia estadual SC-406, em direção ao sul da ilha, até o bairro Pântano do Sul, no extremo sul da costa oeste da ilha (FLORIANÓPOLIS, 2015).

As ocupações dos balneários e a expansão da área conurbada²⁵ da região metropolitana, têm contribuído para o adensamento de distritos que já carregavam em sua história um déficit de infraestrutura urbana, produzindo localidades com condições urbanas fragilizadas.

No presente, o município de Florianópolis é subdividido em 12 distritos. A região do sul da ilha concentra três: o Distrito do Pântano do Sul, do Campeche e o do Ribeirão da Ilha. O sul da ilha é formado por 11 bairros de baixa densidade demográfica e que ainda conservam os traços de um passado rural e um ambiente natural entre morros, encostas, lagoas e praias. Contudo, este panorama está passando por um curto, e acelerado, processo de mudanças significativas.

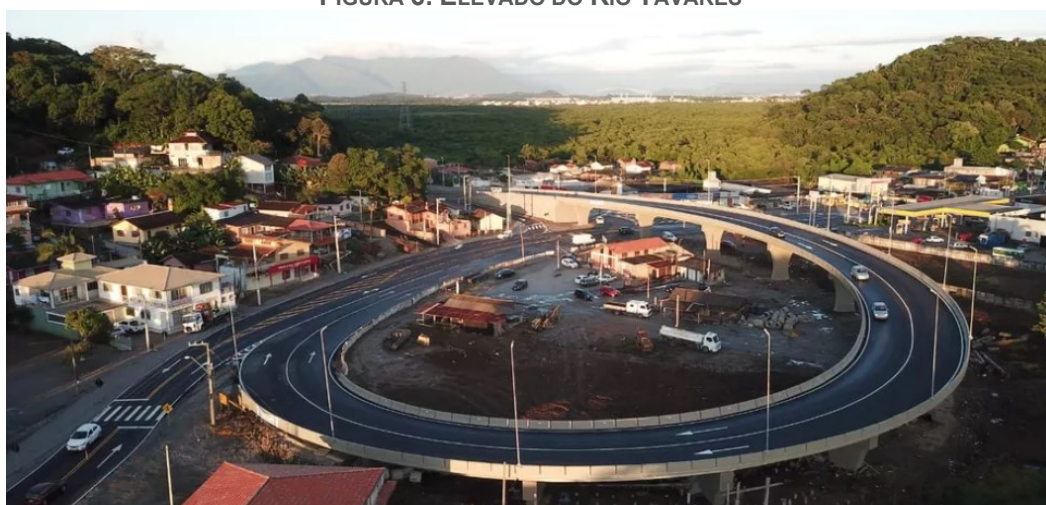
²⁴ Este é um dado populacional estimado para o ano de 2020. Considerando os dados do último censo, publicado em 2010, Florianópolis teria uma população formada por 421.240 habitantes (IBGE, 2010). Sendo, em população, o segundo maior município do estado. Joinville, município do norte do estado, está classificado como o primeiro.

²⁵ Um dos fenômenos responsáveis pela formação, a partir de áreas urbanizadas, das regiões metropolitanas, constituindo uma ocupação em contiguidade pela unificação de dois ou mais municípios. A Área Conurbada de Florianópolis é formada pelos municípios de Florianópolis, Palhoça, São José e Biguaçu (SABOYA, 2016).

Conforme observado por Lago (1996), na década de 1990 o bairro Campeche era uma das comunidades agrícolas-pesqueiras típicas da Ilha e que já estava em processo de urbanização considerada não regular. No entanto, esse cenário não se limita apenas ao Campeche, semelhante processo é observado em demais bairros, como no Rio Tavares, Carianos, Ribeirão da Ilha e a Tapera. Considerando alguns dos investimentos públicos que estão impulsionando o crescimento do sul da ilha, principalmente com relação a esses bairros, são projetos de reformas dos acessos e/ou criação de novos caminhos sobre áreas aterradas e de vegetação.

No bairro Rio Tavares, este processo se dá pelo acesso realizado através da rodovia SC-405, após a construção da terceira pista junto do Elevado da Seta no trevo do Rio Tavares com a Costeira do Pirajubaé e aterro da Via Expressa Sul em 2011(LOUZADO, 2017), prosseguindo, até o ano de 2019 (G1/SC, 2019), após a liberação do Elevado do Rio Tavares (ver Figura 1), próximo ao Terminal de Integração do Rio Tavares²⁶ (TIRIO).

FIGURA 6: ELEVADO DO RIO TAVARES



FONTE: SOUSA/PMF / G1 SC, 2019

Em 2019, no bairro Carianos, foi modificado o acesso terrestre ao aeroporto, antes realizado pela Avenida Deputado Diomício Freitas. Transferido ao novo acesso (ver Figura 2), denominado de Rodovia de Acesso ao Aeroporto, via com conexão à Rodovia Aparício Ramos Cordeiro, entre a Tapera e o Campeche e direcionada ao

²⁶ Terminal Inaugurado em 2003 (VEIGA, 2004) com a implantação do Sistema Integrado de Transporte de Florianópolis.

então Aeroporto Internacional de Florianópolis - Hercílio Luz²⁷. Além da rodovia, há também um trecho de ciclovia e passeios em ambos os sentidos. Deste modo, o acesso ao aeroporto, antes realizado pela parte sudoeste do bairro, agora está concentrado na extensa planície da ressacada. São estes caminhos, recém-executados ou já consolidados que também contribuem na expansão da ocupação territorial no sul da ilha.

FIGURA 7: OBRAS DO NOVO ACESSO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS, AO FUNDO O MORRO DO RIBEIRÃO DA ILHA



FONTE: PANDINI, 2019

O principal eixo viário, conector de toda a extensão do bairro Ribeirão da Ilha, a Rodovia Baldicero Filomeno, tem a sua consolidação a partir de caminhos e estradas abertas no século XVII. Esta infraestrutura é a maior via urbana de Florianópolis, com 21 quilômetros de extensão (ROSA, 2014), cuja importância é a conexão de toda a costa oeste, do bairro Caeira da Barra do Sul, no extremo sul da ilha, até a região conhecida como Trevo do Erasmo, entre o Campeche, Morro das Pedras e Ribeirão da Ilha. Este trajeto foi a única via de acesso público pavimentado para a Tapera até início dos anos 1990 - Conforme será abordado no Capítulo 4. No ano de 2012 a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) inicia a substituição da pavimentação de

²⁷ Aeroporto sob concessão até o ano 2047 pela Floripa Airport, empresa pertencente ao grupo suíço Zurich Airports (GONÇALVES, 2017), vencedora em março de 2017 do edital de licitação para a execução das obras e administração da infraestrutura.

lajota sextava de concreto e do paralelepípedo pela pavimentação asfáltica em alguns dos trechos da rodovia.

FIGURA 8: INÍCIO DA RODOVIA AÇORIANA NA PARTE SUL DO BAIRRO, AO FUNDO O MORRO DO RIBEIRÃO DA ILHA



FONTE: ACERVO PRÓPRIO DO AUTOR, 2019

Semelhante fato ocorreu com a Rodovia Açoriana (ver Figura 3), na Tapera. Esta é a principal via de acesso da comunidade e conecta o Ribeirão da Ilha com a Base Aérea de Florianópolis, antiga comunidade da Caiacanga Mirim. Esta via surge a partir dos deslocamentos dos moradores que margeavam o manguezal e as antigas áreas alagadiças da então Caiacanga Mirim. Este antigo caminho, consolidado a partir da estrada de chão e, posteriormente, pela pavimentação em lajota, possibilitou o acesso ao interior do bairro.

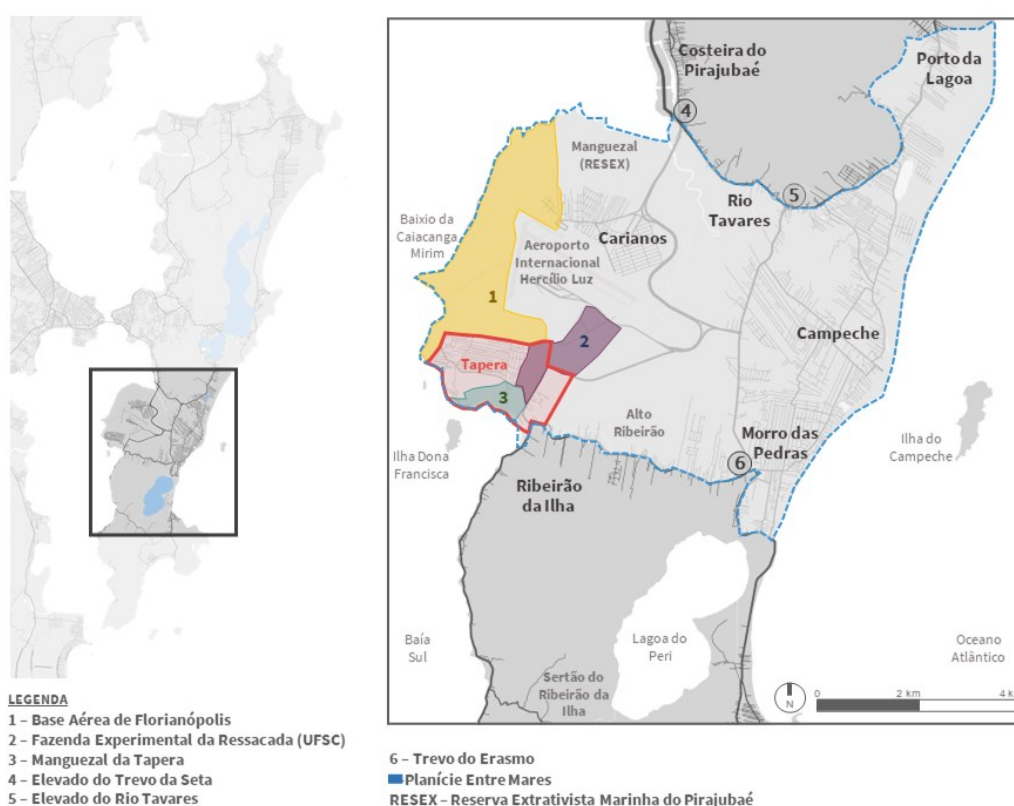
A Tapera da Caiacanga Mirim: passagens

“O Tenente Cobham declarou então que o Campo da Ressacada é o melhor local que encontrou na América do Sul [...] brevemente a nossa capital gosará as vantagens dos serviços aéreos [...]”

(REPUBLICA, Ed. 281, 1919)

É na Planície do Campeche²⁸, ou popularmente conhecida como Planície entre mares, que está localizado o bairro Tapera (ver Figura 9), circundado pela Base Aérea de Florianópolis -BAFL e pela Fazenda Experimental da Ressacada, atualmente sob administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Os limites naturais são definidos pelo manguezal, rio Ribeirão do Porto no Ribeirão da Ilha, a Baía Sul, e o Morro da Caiacanga Mirim. A Tapera faz parte do distrito do Ribeirão da Ilha e está classificada na área da delimitação urbana (FLORIANÓPOLIS, 1999) aplicada pela Lei Municipal nº 40/1999, na qual altera os limites das zonas urbanas dos distritos.

FIGURA 9: PLANÍCIE ENTRE MARES



FONTE: CESA (2008), FLORIANÓPOLIS (2005; 2021), ELABORADO PELO AUTOR.

Por conta desta conformação territorial, delimitada principalmente por grandes áreas públicas, existem apenas dois acessos públicos por via terrestre ao bairro. Conforme observado na Figura 10, parte da via delimitada pelos pontos 2 e 3 é

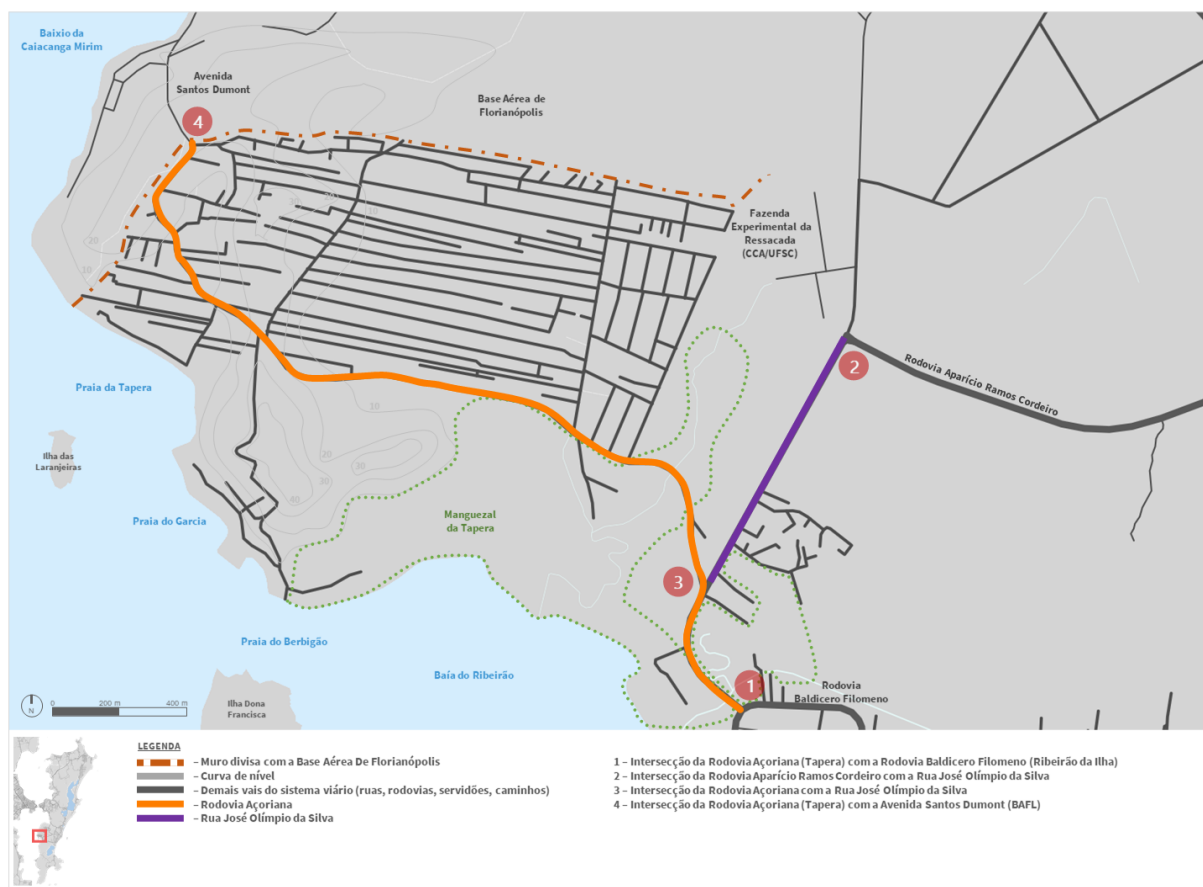
²⁸ A planície do Campeche é uma área de aproximadamente 65 km² e envolve as comunidades Tapera, Ribeirão da Ilha, Carianos, Porto da Lagoa, Rio Tavares, Campeche e Morro das Pedras. Esta planície é uma extensa área plana com fragmentos da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, última gleba de Mata Atlântica Originária (ou seja, do período quartenário, conhecido como a era Cenozóica de 65,5 milhões de anos atrás até a atualidade) (ROSA, 2016).

denominada de Rua José Olímpio da Silva²⁹ (conhecida pelos locais como “Rua do Pedregal”). Esta via conecta a Rodovia Aparício Ramos Cordeiro (conhecida popularmente como “Rua Nova”, com a Rodovia Açoriana (conhecida como “Rua Geral”). No entanto, a Rua do Pedregal, permeia por apenas, aproximadamente, 29%³⁰ do território do bairro. Este trajeto está a cerca de 20 km do Centro de Florianópolis.

Cerca de 71% do território do bairro é acessado pela Rodovia Açoriana (“Rua Geral”). Conforme Figura 10, com cerca de 3km de extensão do ponto 1 (trevo com o Ribeirão da Ilha) ao ponto 4 (portão sul da Base Aérea de Florianópolis), esta via é caracterizada como coletora.

O acesso ao bairro pelo portão sul da Base Aérea, identificado no ponto 4 da Figura 10, reduz a distância do trajeto para 14 km do Centro de Florianópolis. Este caminho é realizado por dentro das dependências militares, pela Avenida Santos Dumont, de uso exclusivo das forças armadas, limitado o acesso somente às pessoas e veículos cadastrados, aos carros oficiais e aos ônibus urbanos.

FIGURA 10: SISTEMA VIÁRIO DE ACESSO AO BAIRRO



FONTE: FLORIANÓPOLIS (2021), ELABORADO PELO AUTOR.

²⁹ Denominada como via pública em 22 de julho de 1988, pela instituição da Lei Municipal nº 2929/1988 (FLORIANÓPOLIS, 1988a)

³⁰ Cálculo estimado considerando a área total do bairro em cerca de 3,42 km².

Segundo Dalcin (2019), em reportagem divulgada pelo jornal Notícias do Dia em 05 de julho de 2019:

Atualmente 2.350 pessoas têm o passe livre para utilizar a estrada que liga a Base Aérea ao bairro da Tapera. Além disso, também circulam diariamente pela estrada 323 ônibus do transporte coletivo e forças de segurança, como veículos da Polícia Militar, Bombeiros e Polícia Civil.

Para além das vias terrestres, o bairro também dispõe de um balneário, podendo ser acessado pela Baía Sul. São aproximadamente 3 km de zona costeira. Cerca de 1 km da costa é ocupada pelo Manguezal da Tapera. É neste ambiente que a comunidade cultiva moluscos marinhos, pratica a pesca artesanal e tem como alternativa o lazer na orla da praia. Pelo mar da Baía Sul a distância entre a Tapera e a Barra do Aririú, bairro do município de Palhoça/SC, é de 7 km.

No entanto, ainda que a comunidade esteja consolidada no território atual, os registros orais indicam uma ocupação anterior, ocorrida nos campos da Base Aérea de Florianópolis (BAFL), consolidada na Rodovia Açoriana e Avenida Santos Dumont a partir de antigos caminhos dos moradores que percorriam entre o baixio e morro da Caicanga Mirim e o Ribeirão da Ilha.

4.1 Tapera, Taperinha ou Caicanga Mirim?

Este questionamento foi um importante norteador das pesquisas. Realizado a partir de uma conversa, durante as entrevistas que compõe o Capítulo 4 – Construindo uma Tapera, explorava-se os possíveis nomes que o bairro já havia sido chamado.

“Quando tu nasceu aqui já se chamava Tapera?”- Perguntou a esposa ao marido. Ambos entrevistados juntos – “É, o meu era, mas antes tinha outro nome, era Caicanga né? É, Caicanga Mirim! Era Caicanga! Tinha até o time de futebol...que era o Caicanga Mirim o time de futebol daqui.” A esposa questiona novamente – “Mas por que Tapera?” “Porque, decerto, isso aqui era esquecido” – Responde o informante.

Para compreender a denominação do bairro é necessária a análise dos vocábulos que foram empregados em sua definição. Por exemplo: o vocábulo tapera³¹ é originário do tronco linguístico Tupi, dos Povos Indígenas, formado a partir da união

³¹ Tem-se o registro do uso desse vocábulo em 1562 nas cartas de Sesmaria, documento com informações relacionadas à propriedade de terra, modos de vida, núcleos familiares, região de inserção e demais dados pertinentes. Com documentos datando de 1534, no Brasil os registros de terras surgiram após a instituição das capitânicas hereditárias (DINIZ, 2005).

das palavras *taua* > “taba” e *pûera* > “que foi”. Sua aplicação é atribuída em referência à uma taba velha, aldeia abandonada ou que está em ruínas (CUNHA, 1982). Há registros escritos do vocábulo *tapera* usado por J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe para se referir à uma espécie de pássaro, cujo nome científico é *Tapera naevia*. Esta ave é conhecida popularmente como Saci.

No caso do bairro Tapera, em questão, é preciso diferenciar sua toponímia de demais localidades do município. Pois, o que conhecemos hoje como Tapera, territorialmente era relatado como Caiacanga Mirim. Uma comunidade parte do distrito do Ribeirão da Ilha, este último fundado em 1756 como freguesia de Nossa Senhora da Lapa.

Conforme identificado na Figura 11, há também a Taperinha ou Tapera do Sul. Outra comunidade localizada no extremo sul da costa oeste da ilha. Em 28 de outubro de 1889³², o jornal Conservador (SC)³³ publicou um anúncio da venda de uma gleba de terras “no lugar denominado Tapera, na barra do sul”. Este local hoje é conhecido como uma comunidade entre o Ribeirão da Ilha e a Caeira da Barra do Sul.

Observa-se, também, que durante as escavações do arqueólogo Padre Rohr³⁴, ocorridas em 1958 e 1966, foi relatado em sua publicação científica³⁵ a circunscrição da Praia da Tapera, a Base Aérea e a Praia do Caiacanga Mirim como localidades distintas pertencentes ao distrito do Ribeirão da Ilha.

A ponta do Caiacanga Mirim é uma pequena conformação territorial da ilha de Santa Catarina. Neste ponto é possível manter uma comunicação visual com o Centro de Florianópolis e com a ponta da Caiacanga Açú. A palavra *caiacanga* também é oriunda da cultura indígena. Traduzida para o português, é atribuída à denominação

³² Este é o registro em periódico mais antigo que pude encontrar ao qual trata da comunidade Taperinha, importante na distinção atual entre os bairros.

³³ Conservador: Órgão do Partido (SC). Edição 218, publicada em 30 de outubro de 1889.

³⁴ João Alfredo Rohr (18/09/1908 – 21/07/1984) foi um padre jesuíta e educador que a partir dos anos 1950 dedicou-se às escavações e pesquisas arqueológicas, à proteção da localização e dos esqueletos dos sítios arqueológicos de Santa Catarina. Sua produção científica na área de arqueologia era financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, que lhe mantinha uma bolsa de chefe de pesquisa. Padre Rohr, como é popularmente conhecido, foi considerado o arqueólogo que mais escavou (INSTITUTO ANCHIETANO, 2020) no Brasil do século XX. Responsável por promover o intercâmbio entre pesquisadores do país e estrangeiros, além de contribuir na preservação da memória dos antigos povos que habitavam esta terra.

³⁵ Intitulada de “Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina – Pesquisas – Antropologia – nº 15”, divulgada oficialmente em 1966, foi a primeira publicação da pesquisa referente aos achados no Sítio Arqueológico da Tapera.

de uma cabeça de bugio, espécie de macaco. As variações *mirim* e *açu*, respectivamente, significam pequeno e grande.

Portanto, cabe ressaltar que a Tapera do Sul (Taperinha, Taperinha do Sul, Tapera da Barra do Sul ou Fazenda da Tapera³⁶) é uma comunidade situada no extremo sul da ilha. E, a Tapera (Tapera da Base ou Tapera da Caicanga-mirim), bairro limítrofe com a Base Aérea de Florianópolis (BAFL)³⁷. Sendo assim, a fim de elucidar conflitos entre as toponímias dos bairros será adotado apenas o vocábulo “Tapera” quando for tratado do bairro em questão, objeto de estudo deste trabalho.

FIGURA 11: IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS



FONTE: MAXAR TECHNOLOGIES (2021); FLORIANÓPOLIS (1999; 2021); ADAPTADO PELO AUTOR.

Ainda que a população local já considerasse a Tapera como um bairro, com necessidades e dinâmicas distintas do Ribeirão da Ilha, entretanto a oficialização do nome é realizada somente em 26 de dezembro de 2005³⁸. Sendo assim, a delimitação territorial da Tapera da Base incluía Pedregal. Ambos definidos como Unidade Espacial de Planejamento (UEP)³⁹, devendo dispor os seguintes equipamentos comunitários mínimos destinados à população: uma praça, uma escola de primeiro grau, um posto de saúde e um posto policial (FLORIANÓPOLIS, 1997).

4.2 Primeiros registros

³⁶ Atualidades (SC). Edição 7, publicada em julho de 1948.

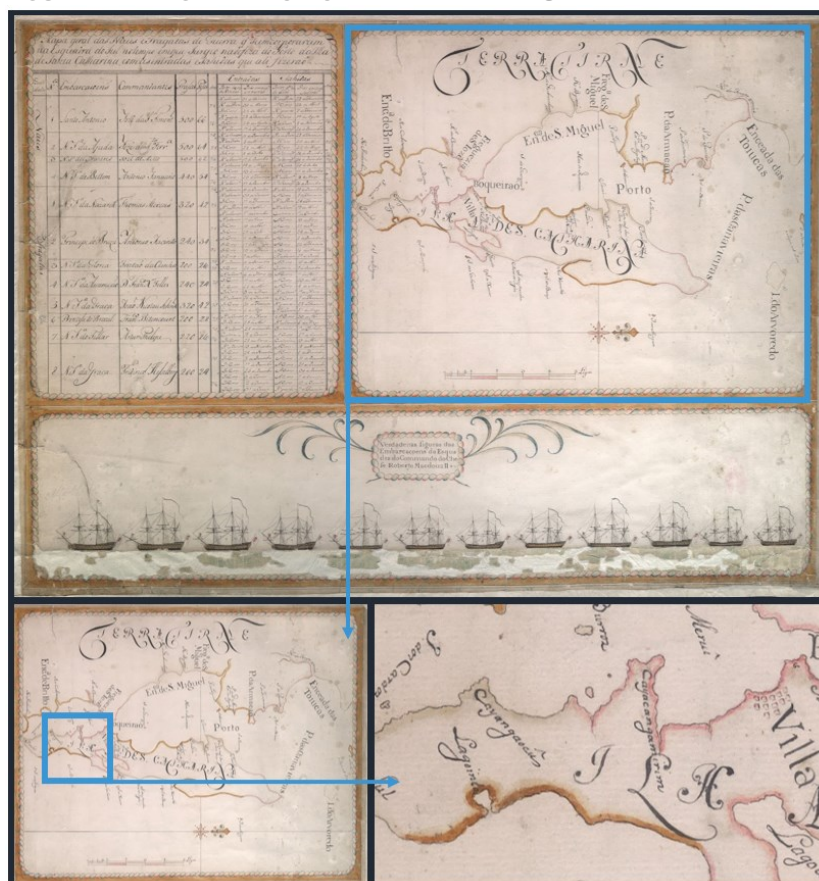
³⁷ Fundada em 1923 como Centro de Aviação Naval de Santa Catarina, a Base Aérea de Florianópolis (BAFL) é hoje um centro militar vinculado à Força Aérea Brasileira (FAB).

³⁸ A Lei Municipal Nº 6.919 de 2005 dispõe sobre a criação do bairro Tapera da Base, no distrito do Ribeirão da Ilha (FLORIANÓPOLIS, 2005).

³⁹ Esta era a classificação ao zoneamento definido pela Lei Complementar nº 01/1997. Substituída pela Lei Complementar nº 482/2014 que institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis, instrumento legal dispondendo sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Os registros aqui elencados são cartografias elaboradas para ajudar na orientação dos navegadores pela ilha. Um deles, produzido em 1776, por José Custódio de Sá e Faria⁴⁰ (1710 – 1792), o “Mapa da Ilha de Santa Catarina com o canal e a terra firme”⁴¹ (ver Figura 12) além de servir para controlar as embarcações que navegavam pela ilha e no continente (descrito como “Terra Firme”), contém o registro dos rios, lagos, e fortificações distribuídas no território.

FIGURA 12: DIAGRAMA COM O MAPA DA ILHA DE SANTA CATARINA DE 1776



FONTE: BND (1776); ADAPTADO PELO AUTOR.

Entre as localidades, destaca-se a região do atual bairro Centro, onde havia a maior concentração populacional da ilha e foi identificado por “Villa”, com desenhos de uma sequência de quadrados representando as edificações. Na orientação noroeste, voltado para a baía norte, são localizados o Sambaqui, Nossa Senhora das Necessidades (atual bairro Santo Antônio de Lisboa) e a foz do Rio de Ratonés,

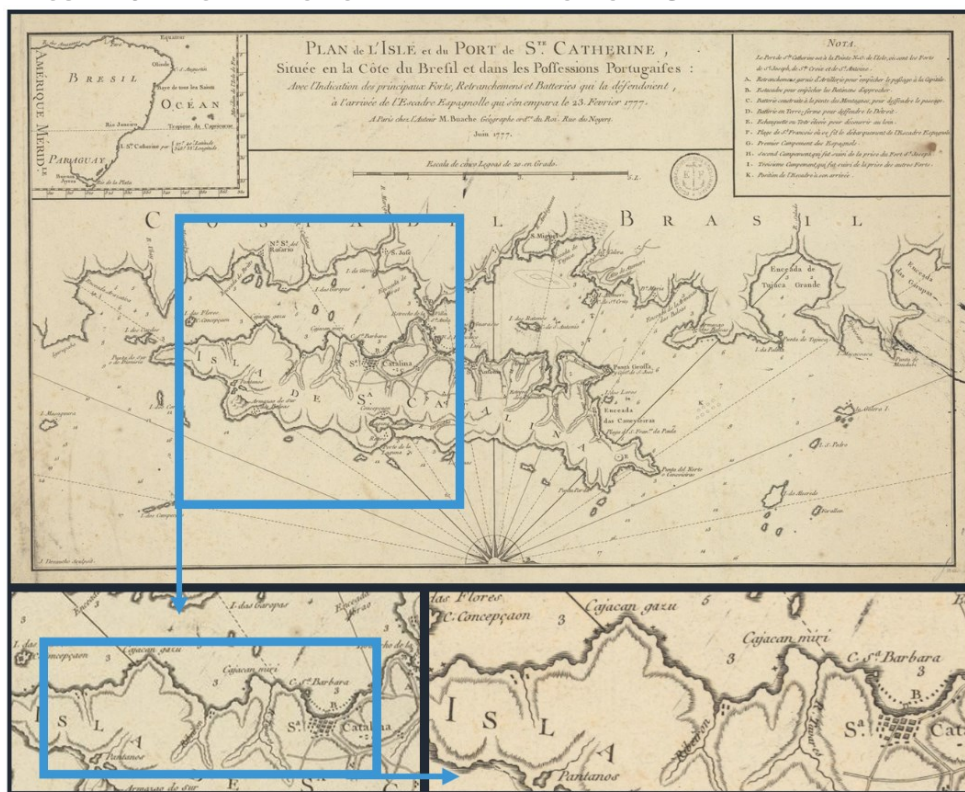
⁴⁰ José Custódio de Sá e Faria (1710-1792) foi um português formado pela Academia Militar das Fortificações de Portugal, na qual elaborou projeções cartográficas sobre o território brasileiro. A ele também é atribuído o título de engenheiro-arquiteto (CORONEL, 2021), geógrafo e governador colonial do século XVIII a mando de Portugal.

⁴¹ “Mapa geral das Naus e Fragatas de Guerra que se incorporaram na Esquadra do Sul, no tempo em que surgiu na defesa do Porto da Ilha de Santa Catarina com as entradas e saídas que ali fizeram”.

importantes pontos de paradas das navegações. Seguindo pelo sudoeste, destacam-se os campos da Caiacanga Mirim e Caiacanga Açú, identificados como “cayacangamirim” e “cayangaocûs”, respectivamente.

Outro importante registro cartográfico para esta pesquisa, elaborado em 1777 pelos franceses Jean-Nicolas Buache (1741-1825) e Jean-Claude Dezauche (1745-1824), é o “Mapa da ilha e porto de Santa Catarina”⁴² (ver Figura 13), que dispõe de indicações dos pontos estratégicos, lagoas, rotas marítimas e os acessos por rios. Neste registro, as caiacangas são identificadas como “Cajacan miri” (Caiacanga Mirim) e “Cajacan gazu”⁴³ (Caiacanga Açú). Estas enseadas demarcam o território sudoeste da ilha, formando marcos visuais para quem se aproxima por vias marítimas.

FIGURA 13: DIAGRAMA COM O MAPA DA ILHA E PORTO DE SANTA CATARINA DE 1777



FONTE: BNFGALLICA DIGITAL (1777); ADAPTADO PELO AUTOR

Estes não são os únicos mapas que retratam a Ilha de Santa Catarina, muitos outros já faziam parte dos relatos dos viajantes com informações detalhadas sobre os modos de vida, ocupações e geografia local.

⁴² Em tradução livre do francês, o título completo é: “Mapa da ilha e porto de Santa Catarina, localizado na costa do Brasil e nas possessões portuguesas: com a indicação dos principais Fortes, Entrincheiramentos e Baterias que a defendiam, com a chegada da esquadra espanhola que a apreendeu em 23 de fevereiro de 1777”.

⁴³ Ao analisar os mapas, foi possível utilizar as informações para realizar as pesquisas direcionadas em diferentes tipos de acervos, principalmente as relacionadas ao nome dos lugares.

Entre os registros achados que citam o ou localizam a área de estudo, há o escrito “Huma viagem ao sul, e centro da Província de Santa Catharina”, de 1854, sem autoria definida. Este relato detalha a formação milenar natural da planície entre mares. É curioso notar que ele é escrito a partir de uma investigação exploratória, descrevendo as possíveis causas dessa formação, tendo o avanço do mar como um agente natural para a atual configuração territorial:

“[...] Assim pouco a pouco movido bilhões de toneladas de areia contra o pontal referido, e sobre o remanso já formado por ele, e pelo proximo morro das pedras, poderam no decurso de alguns mil annos aterrar totalmente o espaço alli contido, e tapar a passagem das vagas, que antes, passando retiradas, e pelo Sul do Campexe, se iam desfazer na Praia Comprida.

Effectuando este tapume, o mar manso começou a afastar-se d’elle, porque batendo alli somente os mares fronteiros, formados pelos terraes occidentinos, e frequentes, sem que as areias por elles acostadas fossem tiradas de la por mares, ou correntes lateraes. Em razão do abrigo das pontas de Caiacanga Mirim e da de José Mendes, esse mar teve de ir se retirando para dar lugar a essas areais, couxos e limos amontoados.

Sobre taes depositos comesson a nascer grammas marinhas, depois arbustos, e por han grandes arvores.

Desde a estrada geral, que decorre do Porto da Fazenda ao Morro do Ribeirão, até onde hoje se acha, ao oeste, a costa do Baixio de Caiacanga Mirim. Todo esse espaço dizemos, foi perdido pelo mar manso, o qual alli continua a perder terreno.” (O CORREIO CATHARINENSE, 1854⁴⁴)

O relato descreve o arquipélago de Jurerê-mirim, ao discorrer sobre o aspecto geomorfológico atual da Ilha de Santa Catarina originado a partir da sedimentação marinha depositada entre os morros e maciços das ilhas, cuja simulação pode ser observada na Figura 14. Considerando a planície Entre Mares, este processo natural proporcionou a formação dos manguezais da Tapera⁴⁵, considerado o menor manguezal da ilha com cerca de 40 hectares, e o do Rio Tavares⁴⁶, da Lagoa da Chica e da Lagoinha Pequena⁴⁷, das Dunas do Campeche⁴⁸ e do Rio Alto Ribeirão, além de outros córregos e áreas alagadiças distribuídas no território.

⁴⁴ O Correio Catharinense: Jornal Comercial, Noticioso e Litterario (SC). Edição 82, publicada em 07 de junho de 1854.

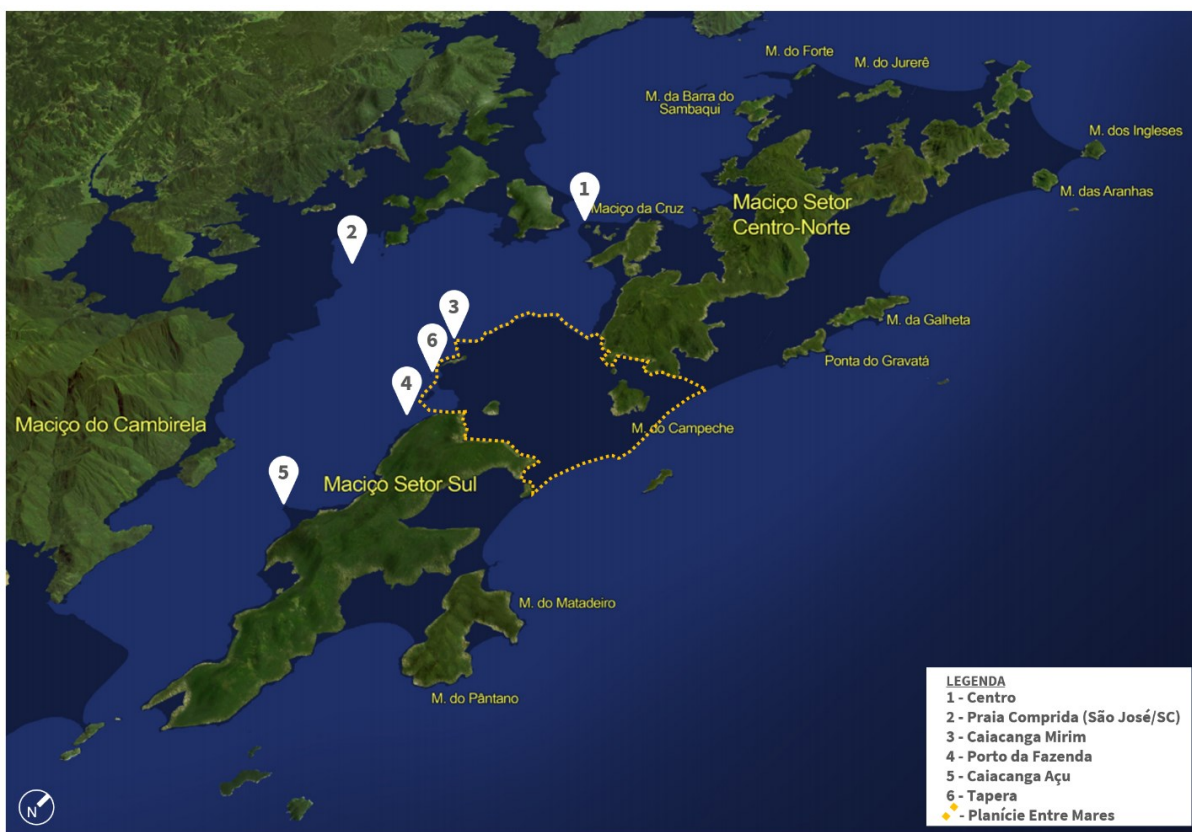
⁴⁵ Área de Preservação Permanente (APP), protegida pela Lei nº 4.771/1965 e pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 04/1985.

⁴⁶ Parte integrante da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé (RESEX), protegido pelo Decreto Federal nº 533/1992.

⁴⁷ Áreas tombadas pelo Decreto Municipal nº 135/1988.

⁴⁸ Situado ao longo da praia do Campeche, este é um campo de dunas fixas e semifixas com 5,9 hectares protegidos pelo Decreto Municipal nº 112/1995.

FIGURA 14: SIMULAÇÃO DO ARQUIPÉLAGO JURERÊ-MIRIM COM AS DEMARCAÇÕES DAS LOCALIDADES DESCRITAS E O CENTRO DE FLORIANÓPOLIS.



Fonte: MITTMANN (2008); ADAPTADO PELO AUTOR

Ao fazer essa caracterização da área e sua delimitação espacial, o relato descreve também como os moradores deslocavam-se por vias terrestre, entre o Ribeirão da Ilha (Porto da Fazenda ao Morro do Ribeirão) até a Base Aérea (Baixio de Caicanga Mirim). O caminho percorrido era conhecido como “Estrada Geral”, hoje denominada de Rodovia Açoriana. É neste contexto que hoje se encontra a Tapera, no qual os moradores locais deslocavam-se por entre as fazendas e rios, que circundavam o território do distrito, para ir da ponta da Caicanga Mirim até o Porto do Contrato, no Ribeirão da Ilha próximo ao trevo com a Tapera. Esta estrada é citada em jornais quando junto de informações acerca dos equipamentos públicos existentes no século XX.

4.3 O Campo de Aviação Naval: rotas possíveis

Em 1917 o distrito do Ribeirão já apresentava questões sociais de destaque nos jornais locais. A falta de infraestrutura adequada, refletia na dinâmica social e atrapalhava os negócios no distrito. Tal descontentamento pode ser observado no trecho a seguir:

“E as vezes têm razão, porque tão perto da capital de tão prospero Estado, parece incrível que esta freguezia, ou distrito, não tenha recebido, ao menos, o halito do progresso que percorre os mais longíquos sertões de todo Brasil.

Oh! Infeliz Ribeirão, porque os teus nobres filhos não rompem este silencio, que, devido à tua sinceridade, tem, a causa de tua assombroza decadencia?” (O ESTADO, 1917⁴⁹)

A decadência ao qual o escritor se referia, era com relação aos investimentos que ocorriam no Distrito Sede (Centro) nos primeiros 20 anos do século passado, em detrimento da precarização das infraestruturas nas localidades rurais do sul da ilha. Conforme comentado no Capítulo 2 deste ensaio, o Centro da capital transcorreu por inúmeras intervenções do estado restritas àquela região. Atualmente, pode-se observar os efeitos desta maior concentração de investimentos públicos.

Na coluna “Vida Municipal” do jornal O Estado, é divulgada uma nota relatando casos de desordem civil e agressões na localidade. Na ocasião “sr. José Agostinho” da Caiacanga Mirim foi espancado (O ESTADO, 1917a⁵⁰).

A população recorria aos jornais impressos para denunciar as condições de vida e pressionar o poder público. Este, também utilizava deste meio para comunicar a população sobre suas ações. As notas eram comumente identificadas como “Circulares”. Deste modo, é em 9 de fevereiro de 1919⁵¹, por uma circular da secretaria (não identificada), que a então escola subvencionada da Caiacanga Mirim do Ribeirão é extinguida. O mesmo ocorreu com cinco escolas de outros distritos de Florianópolis. A resolução publicada não faz menção sobre a retomada das aulas nem o motivo de seu fechamento.

Além das citações em antigos relatos e cartografias, a Caiacanga Mirim é mencionada nos jornais locais. Estes registros nos ajudam a elaborar uma sequência de acontecimentos aos quais especulam-se as possíveis origens do campo de aviação na capital, delineando sua interferência na comunidade existente.

Em agosto de 1919, é divulgado no Rio de Janeiro, em nota replicada no jornal “O Estado” de Santa Catarina: “A construção de um aeródromo em Florianópolis” ⁵² (ver Figura 15), com a instalação de uma pista de aterrissagem e uma oficina. A nota informa também que as operações iniciariam em setembro com viagens aéreas entre “Rio e Buenos Ayres” com escala na cidade de Santos, Florianópolis e Porto Alegre.

⁴⁹ O Estado de Florianópolis (SC). Edição 524, publicada em 18 de janeiro de 1917.

⁵⁰ O Estado de Florianópolis (SC). Edição 524, publicada em 18 de janeiro de 1917.

⁵¹ Republica. Edição 110, publicada em 09 de fevereiro de 1919.

⁵² O Estado de Florianópolis (SC). Edição 1272, publicada em 01 de agosto de 1919.

FIGURA 15: A CONSTRUÇÃO DE UM AERÓDROMO EM FLORIANÓPOLIS



FONTE: O ESTADO DE FLORIANÓPOLIS, 1919⁵³ / BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL, ADAPTADO PELO AUTOR

No mês de setembro, ainda em 1919, na coluna “Telegrammas” do jornal *Imprensa*, é publicada a nota “O campo da ressacada”. Informa que a companhia de aviação britânica, a “Empreza Handley Page⁵⁴”, escolheu o distrito do Ribeirão para fazer as aterrissagens. Ficou definido o campo da ressacada, adjacente à Caicanga Mirim e parte do contexto atual do bairro Carianos, como um local dispondo campos planos e áreas alagadiças. Em dezembro⁵⁵ é firmado na cidade do Rio de Janeiro⁵⁶ o estabelecimento oficial da Navegação Aérea Brasileira. Sendo assim, iniciava-se um ciclo de investimentos para atender a esta demanda em todo o território nacional.

Em Florianópolis, o campo da ressacada é aprimorado a partir de investimentos com o objetivo de aumentar a demanda de voos. Uma das consequências disto foi o aumento pelo controle da propriedade da terra por parte do Estado. No entanto, a capital ainda não havia consolidado seu campo de aviação. O processo de busca por um local para a instalação de uma base é retomado no início dos anos 1920. A publicação de abril de 1923⁵⁷, “Vendo para a base de aviação naval” trazia informações especulativas dos primeiros estudos de implantação de uma base oficial em Santa Catarina. Na mesma matéria, o local indicado com “magnificas condições estratégicas, em virtude das montanhas que o circundam” (O ESTADO, 1923), considerado pelos técnicos como o “ponto mais estratégico e econômico do sul do Brasil” era a região da foz do Rio Cubatão, na cidade de Palhoça (SC). Cabe ressaltar que o campo da Caicanga Mirim já estava sendo utilizado para a realização de voos não comerciais desde 1919.

⁵³O Estado de Florianópolis (SC). Edição 1272, publicada em 01 de agosto de 1919.

⁵⁴ Empresa britânica fundada pelo engenheiro eletricista Frederick Handley Page (1885-1962), atuante na produção de aviões de uso militar e de transporte civil entre os anos de 1909 e 1970.

⁵⁵ O Estado de Florianópolis (SC). Edição 1375, publicada em 03 de dezembro de 1919.

⁵⁶ Entre os anos 1763 e 1960 (CANUTO, 2021) a cidade do Rio de Janeiro (RJ) foi a capital do Brasil, após a capital ter sido transferida de Salvador (BA).

⁵⁷ O Estado. Página 03. Edição 2632, publicada em 2 de abril de 1923.

Com a exploração da área, são retomados os investimentos necessários para a manutenção dos serviços prestados e a consolidação do local. A ideia era a instalação de uma rede telefônica que integrasse diferentes pontos do território. Foi realizada, então, a instalação de uma linha telefônica do então “Centro de Aviação Naval”, atual Base Aérea de Florianópolis, até o Farol de Naufragados (O ESTADO, 1923) (ver Figura 16 para obter o conteúdo da nota na íntegra). Em abril de 1928⁵⁸, a solicitação visava a ampliação da rede, desta vez com uma linha telefônica em direção ao centro da cidade.

FIGURA 16: LINHA TELEFÔNICA DA BASE AO FAROL DE NAUFRAGADOS



FONTE: O ESTADO DE FLORIANÓPOLIS (SC) (1923)⁵⁹; BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL; ADAPTADO PELO AUTOR

Estes investimentos eram promissores. Faziam parte do pacote de melhorias realizadas buscando a consolidação da área como estrutura de suporte à aviação. É a partir do início das atividades aéreas nos campos da Caiacanga Mirim que a localidade se destaca nos periódicos regionais e nacionais. A visibilidade é notável nas diversas notas publicadas com informativos acerca dos investimentos do governo no local, eventos sociais e ações religiosas. O local torna-se um ponto de atração para a sociedade da época. No entanto, são raros os relatos que mencionam a população da comunidade local, cuja existência precede o campo de aterrissagem.

Conforme nota de janeiro de 1920, após a divulgação da notícia sobre a passagem do aviador Daudt⁶⁰ por Florianópolis, conta que “partiram desta capital várias lanchas a gasolina, conduzindo para o campo de aterrissagem da Ressacada muitas pessoas de distinção do nosso meio social e que para ali se dirigiram a fim de aguardar a chegada do arrojado aviador brasileiro” (O Estado, 1920). Os curiosos saíram do Centro em direção ao sul da ilha. Como a demanda maior era o pouso de

⁵⁸ Republica. Página 01. Edição 457, publicada em 8 de abril de 1928.

⁵⁹ O Estado de Florianópolis. Edição 2772, publicada em 8 de abril de 1923.

⁶⁰ Alfredo Correia Daudt foi um dos pilotos pioneiros da aviação brasileira.

hidroaviões, o campo de aterrissagem resumia-se a apenas uma ampla área plana de suporte ao pouso terrestre. A estrutura assemelhava-se à pista de aterrissagem do Campeche (ver Figura 17), conhecida pelas frequentes passagens do piloto e escritor francês Antoine de Saint-Exupéry⁶¹ (1900-1944). O diferencial do campo da Caiacanga Mirim, em comparação ao do Campeche, é a pequena enseada de águas paradas da Baía Sul. Este tipo de condição geográfica era ideal para receber os hidroaviões de uso comercial e militar. No Brasil, este modelo seguiu em expansão das atividades até a primeira metade do século XX.

FIGURA 17: PISTA DE ATERRISAGEM EM 1933



FONTE: NOTÍCIAS DO DIA, ACERVO CASA DA MEMÓRIA (2019)⁶²

A consolidação do campo de aterrissagem ocorreria em 10 de maio de 1923 (BAFL, 2019). No ano seguinte, inicia-se o processo de expansão da base com a instalação de novas infraestruturas e desapropriações realizadas por parte do Estado.

Em 16 de janeiro de 1924a⁶³, sob o título de “Campo de Aviação Naval”, é informado o decreto nº 5 de 14 de janeiro de 1924, declarando de utilidade pública a desapropriação de terras na Caiacanga Mirim. O primeiro edital oficial, com mais detalhes sobre os lotes e seus proprietários, foi divulgado pelo jornal República⁶⁴ no dia seguinte. A citação solicitava a desapropriação de um terreno de 91.480 m² para a instalação do Campo de Aviação Naval (ver Figura 18), com base no artigo 12 do decreto nº 353 de 1845 (REPUBLICA, 1924b).

Este Decreto “designa os casos em que terá lugar a desapropriação por utilidade pública geral, ou municipal da Côte”. O artigo 12 determina que em cinco dias após a intimação fica “o proprietario obrigado a declarar em Juizo os nomes dos inquilinos, ou rendeiros, e possuidores de bemfeitorias, e de servidões reaes, que

⁶¹ Antoine de Saint-Exupéry, autor do livro “O Pequeno Príncipe”, conhecido popularmente na ilha pelo apelido “Zé Perri”, fez viagens frequentes para Florianópolis realizadas em nome da empresa francesa de correio aéreo “Aéropostale”.

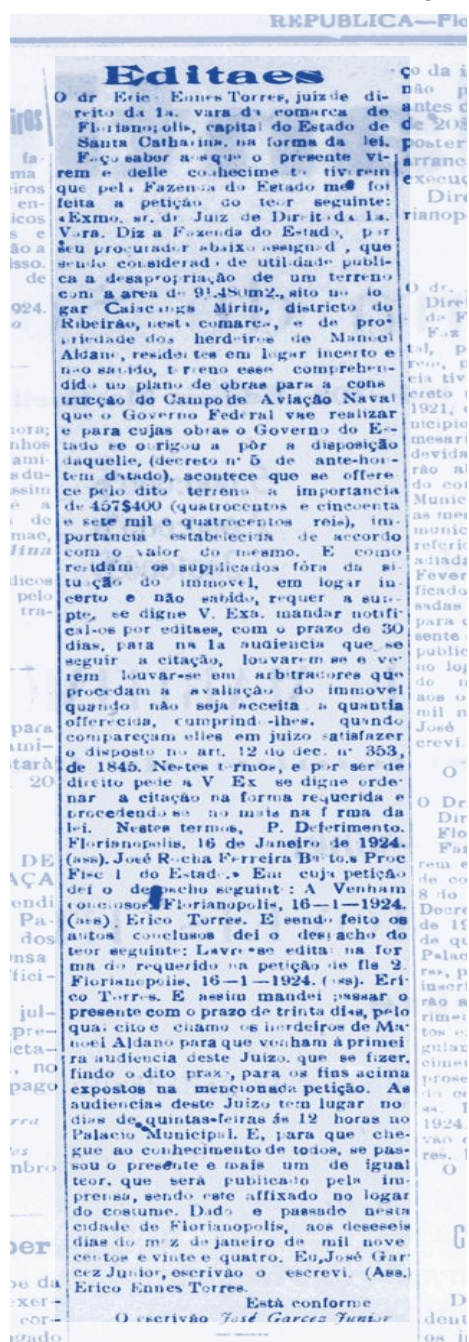
⁶² Notícias do Dia. Publicado em 28 de setembro de 2019.

⁶³ República. Edição 1550, publicada em 16 de janeiro de 1924a.

⁶⁴ República. Edição 1551, publicada em 17 de janeiro de 1924b.

podem ser prejudicados pela desapropriação, e apresentar copia autentica dos contractos, que com elles tiver” (BRASIL, 1845). Como a Caiacanga Mirim era em parte remanescentes de terras comunais pertencentes ao estado de Santa Catarina, muitos dos moradores não possuíam os documentos que comprovavam a relação de propriedade da terra. É nesta iniciativa de remoção que a surge a comunidade da Tapera.

FIGURA 18: EDITAL DE DESAPROPRIAÇÃO



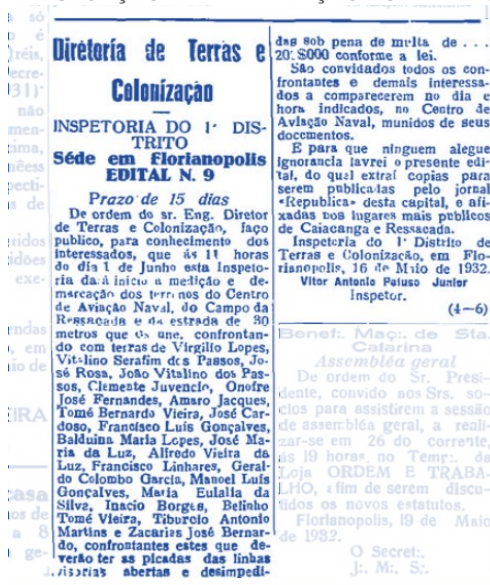
FONTE: REPUBLICA (1924)⁶⁵; BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, ADAPTADO PELO AUTOR

⁶⁵ Republica. Página 04. Edição 1551, publicada em 17 de janeiro de 1924.

Efetivadas as primeiras desapropriações, eram especuladas mais melhorias na região. Em 8 de fevereiro de 1928⁶⁶ o editorial do jornal “O Estado” lança o manifesto “Para defesa do Brasil – A nossa base de aviação naval precisa ser impulsionada”. A declaração cita o abandono do campo e ressalta a importância do local como ponto estratégico para a defesa do sul do país. O texto também considerava que, com a movimentação de pessoas, a Base de Aviação Naval ajudaria a estimular o comércio, injetando mais dinheiro na economia do município, oriundos dos salários dos trabalhadores e dos recursos investidos com materiais para o próprio funcionamento da base.

Em maio de 1932 a então “Diretoria de Terras e Colonização”, do estado de Santa Catarina, divulga o Edital nº 9 (ver Figura 19), cujo objetivo era informar a demarcação do Centro de Aviação Naval. De acordo com a nota, o terreno fazia limite com lotes de 21 proprietários. O informativo serviria para os moradores da Caiacanga e da Ressacada manterem-se informados quanto ao prazo de execução dos trabalhos.

FIGURA 19: DIVULGAÇÃO DA DEMARCAÇÃO DO CENTRO DE AVIAÇÃO⁶⁷



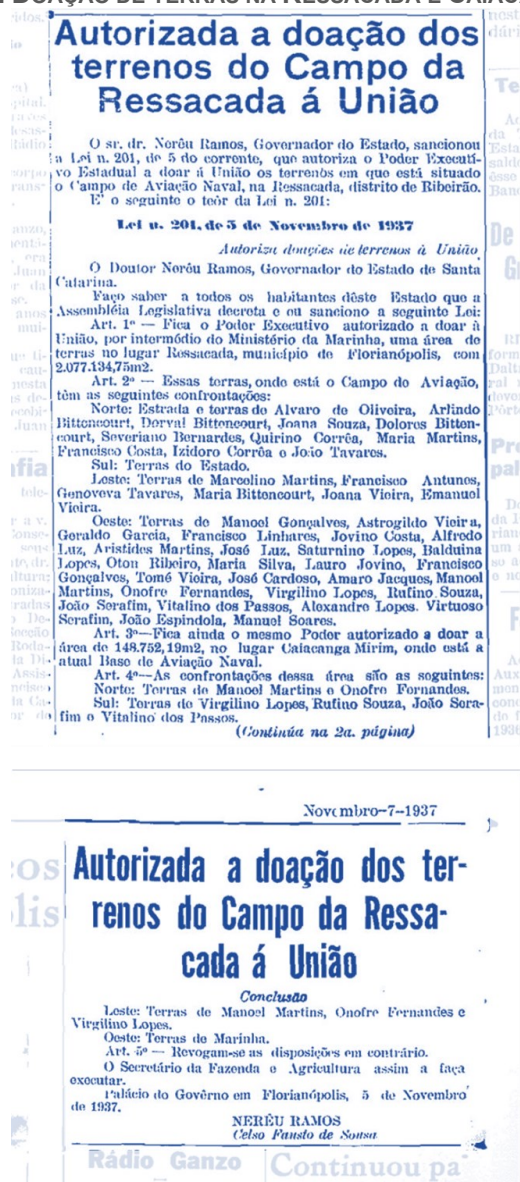
FONTE: REPUBLICA (1932); BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, ADAPTADO PELO AUTOR

Com a demarcação das terras e executadas as desapropriações, em 1937, é criada a Lei nº 201 de 03 de novembro (ver figura 20 para ler o documento na íntegra), autorizando o repasse de terrenos do estado à União. Foram doados mais de dois milhões de metros quadrados na Ressacada e outros 148 mil metros quadrados na Caiacanga Mirim (REPUBLICA, 1937a).

⁶⁶ O Estado. Página 01, edição 4114, publicada em 08 de fevereiro de 1928.

⁶⁷ República. Página 07, edição 482, publicada em 24 de maio de 1932.

FIGURA 20: DOAÇÃO DE TERRAS NA RESSACADA E CAIACANGA MIRIM



FONTE: REPUBLICA (1937)⁶⁸; BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, ADAPTADO PELO AUTOR

A ampliação do Centro de Aviação Naval era impulsionada pelo poder público como estratégia para garantir a permanência da atividade na ilha. No final da década de 1930, a base já estava em pleno funcionamento. De acordo com a matéria sobre a “Semana da Asa” (ver Figura 21), publicada em 1937⁶⁹ em comemoração aos 31 anos do primeiro voo de Santos Dumont, a base já era composta por 15 edifícios administrativos, entre eles: 2 casas, alojamento de suboficiais, paiol, enfermaria, 2 galpões para aviões (ver Figura 22 e 23), e serviços de distribuição de água encanada e coleta de esgoto (REPUBLICA, 1937b).

⁶⁸ República. Página 8, edição 1069, publicada em 07 de novembro de 1937a.

⁶⁹ República. Edição 1058, publicada em 23 de outubro de 1937b.

FIGURA 21: RECORTE DE JORNAL - MATÉRIA “SEMANA DA ASA”, 1937

Com morasse hoje, o primeiro vôo de Santos Dumont. Em trinta e um anos de corridas, foi surpreendente o caminho perseguido pela Humanidade. Hoje, a Aviação é uma conquista definitivamente incorporada ao acervo da Civilização contemporânea.

Não será, por isso, inoportuno que, no dia de hoje, se reconheça como uma homenagem da Imprensa à nossa valerosa Aviação Naval, o rápido desenvolvimento da Base de Aviação Naval de Caiacanga-Mirim, alinhando alguns dados que gentilmente nos cedeu o sr. Comte. Epaminondas Gomes dos Santos.

A 17 de março de 1924, no Gabinete do sr. Ministro da Marinha, o então almirante Alexandrino Faria de Alencar, presentes os srs. drs. R. A. S. Pinto Vidal, Ministro da Fazenda e Benjamin G. Santo Mauro, representando a Companhia Construtora de Santos, foi firmado o contrato para a construção da Base de Aviação Naval no Estado de Santa Catarina, e composta de pavilhões para o serviço de administração, alojamento de sub-oficiais, alojamento de praças, paiol, enfermaria, 1 hangar para hidroplanos, 1 pavilhão para oficinas e 2 casas para oficinas, todos os serviços externos de água e esgoto para o centro e a montagem de um grupo de eletricidade com a respectiva rede de eletricidade, tudo de acordo com os orçamentos e plantas adrede aprovados.

Atualmente a Base se compõe de 15 edifícios.

Forum e srs. comandantes: Capitão de Fragata — Luiz Pereira Fina e Galvão, Capitão de Fragata — Lucas Alexandre Bastos, Capitão Tenente — Floriano Práximo Cordeiro de Farias, Capitão de Corveta — Elisário Barbosa, Capitão de Corveta Aviador Naval — Flávio Santos, Capitão de Corveta Aviador Naval — Amâncio Vieira Cortez, Capitão de Corveta Aviador Naval — Mário da Cunha Galvão, Capitão de Corveta Aviador Naval — Arnaldo Pinheiro de Andrade, Capitão de Corveta Aviador Naval — Rinaldo J. R. de Carvalho Filho, e o atual Capitão de Corveta Aviador Naval Epaminondas Gomes dos Santos.

Presentemente acham-se em construção:

a) serviço de represação de água da Cachoeira do Ribeirão para abastecimento da Base, obra que deverá terminar antes de 31 de dezembro do corrente ano;

b) serviço de aterro nos campos contíguos às instalações da Base, em Caiacanga Mirim;

c) reconstrução do edifício;

d) reconstrução das estradas.

Graças à patriótica iniciativa de S. Excia. o sr. Governador do Estado, deverá ser apresentada, ainda no corrente exercício, à Assembleia Legislativa Estadual, uma Mensagem, pedindo a doação, ao Ministério da Marinha, dos terrenos onde se acham instaladas a Base, em Caiacanga-Mirim, e o Campo de Pousa, na Ilhascaua.

Cogita ainda o exmo. sr. Governador doar à nossa Marinha de Guerra, para o serviço de abastecimento d'água, a cachoeira, no Ribeirão, devendo para isso levar a efeito a desapropriação dos terrenos que margeiam a referida cachoeira, às cotas 64, onde está se prosseguindo o serviço de represação, até a nascente do Rio Ribeirão, numa extensão aproximada de mil metros.

S. Excia. o Sr. Ministro da Marinha ordenou o estudo de um plano de remodelação geral da Base de Aviação Naval, neste Estado, plano este que deverá ser levado a efeito no prazo de 5 anos.

Transforma a Base atual em uma Base moderna, nos moldes das modernas Bases Americanas, com um efetivo de cerca de 1.000 homens, inclusive 270 oficiais, suficientes para guarnecerem três flotilhas, de 27 aviões cada uma e três aviões de reserva.

Uma de caça.
Uma de reconhecimento.
Uma de bombardeio.

Estas três flotilhas são o efetivo mínimo para as nossas necessidades em tempo de paz.

Ficará a Base de Florianópolis apta a ser aumentada, em caso de guerra.

Presentemente, está sendo cogitada a possibilidade de aproveitamento da modalidade catarinense na reserva de aviação do País.

Sob o patrocínio da Aviação Naval, catarinense, e brevemente iniciará suas atividades aéreas, o AEROPCLUB CATARINENSE.

FONTE: JORNAL REPÚBLICA (1937); BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, ADAPTADO PELO AUTOR

FIGURA 22: VISTA DO CENTRO DE AVIAÇÃO NAVAL DE SANTA CATARINA COM A ESQUADRILHA NA PRAIA EM 01 DE FEVEREIRO DE 1932



FONTE: ACERVO ARQUIVÍSTICO DA MARINHA (1932)

FIGURA 23: AVIÕES NA PRAIA APÓS A CHEGADA EM SANTA CATARINA EM 01 DE FEVEREIRO DE 1932



FONTE: ACERVO ARQUIVÍSTICO DA MARINHA (1932)

Outro relato divulgado pelo jornal catarinense A Gazeta⁷⁰, traz informações complementares a respeito da captação de água realizada na cachoeira do rio Ribeirão, no Ribeirão da Ilha, e do estudo para um plano de remodelação e ampliação das atividades da aviação militar em Santa Catarina.

A área de domínio da base expandia-se junto dos investimentos em sua infraestrutura local. A ampliação por investimentos era pressionada pelos editoriais que cobravam do governo ações pontuais e estratégicas para o aprimoramento dos serviços aéreos na capital.

O antigo campo de aterrissagem, iniciado a partir de uma pista de grama, hoje dispõe de uma complexa infraestrutura aeroviária, com aeroporto internacional, uma base da Aeronáutica com bairro de uso exclusivo dos militares, área de preservação, sistema de coleta e tratamento de água, hospital, hotel de trânsito aos oficiais da Força Aérea Brasileira, quadras poliesportivas e demais equipamentos voltados às demandas dos serviços da aviação.

Cabe ressaltar, que muito desse desenvolvimento não atravessava o morro da Caiacanga Mirim, como é o caso do sistema de tratamento de efluentes e, nos anos 1980 a demanda por água encanada, rede de energia elétrica e telefonia por exemplo.

4.4 Redescobrimto da Caiacanga Mirim: fragmentos de uma comunidade

Desde os escritos e documentos, vimos até aqui a importância da Caiacanga Mirim no cenário nacional como local que abriga a primeira base aérea de Santa Catarina. Fato de destaque nos jornais e revistas do século XX.

Porém, este processo de redescoberta é efetivado a partir dos interesses do poder público da época, para a área, visando a sua consolidação como um centro de referência em aviação no sul do país. No entanto, carece de registros sobre os reais interesses pela sua ocupação; se para o favorecimento dos proprietários de terra no local, por lobby para impulsionar determinados núcleos políticos pró-governo da época ou até mesmo pelas condições geográficas que poderiam contribuir no deslocamento das aeronaves, realizados de forma híbrida, tanto pela terra como pelo mar.

Como visto anteriormente, a partir dos relatos obtidos, sabe-se que a planície da Ressacada foi escolhida pela empresa Handley Page para ser um campo de aterrissagem. E, posteriormente, pela proximidade com a pista já existente na

⁷⁰ A Gazeta. Página 06, edição 995, publicada em 23 de outubro de 1937.

Ressacada e a sua relação com a enseada, possibilitando, também, os deslocamentos de hidroaviões.

Com o avanço das obras a área torna-se, para além de um espaço destinado à aviação, um local de encontros e eventos diversos. Com isso, iniciou-se a criação de rodovias e acessos terrestres. Estes acessos permitiriam a entrada ao interior na costa sudoeste, antes com acesso limitados aos rios e enseadas ou por estradas que circundavam a área alagadiça da planície, aumentando o trajeto do deslocamento.

Dentre os eventos sociais realizados na então Base de Aviação Naval, destaca-se a churrascada⁷¹ em 1930 oferecida ao então interventor, na condição de governador de Santa Catarina, Ptolomeu de Assis Brasil (1878-1935) e ao governador do estado do Rio Grande do Sul, Sinval Saldanha (1886-1963). Nota-se que o evento cerca de um mês após o início do movimento político-militar que determinou o fim da Primeira República no Brasil (1889 – 1930)⁷² (BRASIL, 2021).

O Padre Emilio Dufner⁷³, cronista da revista “O Apóstolo”, em registro de 1945, relata um passeio com seus alunos do então “Ginásio Santa Catarina”⁷⁴, atual Colégio Catarinense, para fazer um piquenique na Caiacanga Mirim. Estes passeios e excursões religiosas eram realizados em barcos conduzidos pelas águas da Baía Sul. Por já ter ido à localidade em outras ocasiões, o padre afirma ter presenciado na Caiacanga “a zona que sofre a transformação mais radical e absoluta em Terra Catarinense” (DUFNER, 1945a). Fazendo um paralelo, em visita realizada no ano 1913, Dufner (1945a) prossegue:

A Caiacanga-Mirim era então quase um deserto, terra incógnita. Para chegar por terra, devia-se ir até perto do Ribeirão para dar a volta do imenso pântano que se estende desde além da Costeira até perto de Caiacanga. Encontrava-se uns riachinhos aqui o acolá, pedras, macega, intrincado de mata virgem, rochedos. Hoje desapareceu tudo, ranchos, mato, pedras, rochedos e até o povinho; Nem lhe ficou o nome, pois é agora a grandiosa BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS.

⁷¹ O Estado de Florianópolis. Edição 5134, página 4, publicada em 10 de novembro de 1930.

⁷² A Primeira República, conhecida também como República Velha ou República Oligárquica, é caracterizada por uma estrutura de poder baseada na posse da terra, pelos latifundiários, influenciada por políticos que dominam os governos estaduais, apoiam o Governo Federal e controlam o Poder Legislativo (BRASIL, 2021).

⁷³ Nascido na Suíça o Padre Jesuíta Emilio Dufner (1887-1952) (RIBAS, 2009) era professor e cronista, viajava entre as diferentes congregações do estado de Santa Catarina, relatando a sua experiência na coluna de publicação quinzenal intitulada de “Pela Terra Catarinense – Conhecer para amar!” da revista católica “O Apóstolo”.

⁷⁴ O Ginásio Santa Catarina teve seu nome alterado para Colégio Catarinense a partir de janeiro de 1943 (JESUÍTAS BRASIL, 2021).

A partir deste trecho, observa-se colocações que demonstram a efetivação das desapropriações em curso. Ao citar o “desaparecimento” do “povinho”, Dufner se refere à remoção da população local em detrimento das atividades aéreas, iniciada na parte plana, próximo à praia da Caiacanga Mirim. Caracterizada pelo padre como a “transformação” “radical”. Dufner (1945a) também ressalta que nem o nome da localidade foi poupado nesse processo, sendo substituído a, então, Caiacanga Mirim por Base Aérea de Florianópolis.

Nas crônicas do Padre Dufner, ao relatar as suas passagens pela Caiacanga Mirim, se refere aos militares citando seus nomes, patentes e demais questões de distinção social. No entanto, quando está tratando da comunidade local, preexistente à base, Dufner cita a população tratando-os como as “famílias vizinhas”⁷⁵ e “alguma gente que mora ali”⁷⁶.

Cabe salientar que, a construção da Capela de São Lucas, foi solicitada pela “população de Caiacanga Mirim”⁷⁷, antes mesmo da doação da imagem de São Lucas Evagelista, trazida de Paris pelo Almirante Henrique Boiteux em 1934. A capela, por sua vez, seria construída a partir de 1937⁷⁸. Esta capela (ver Figura 24) é a única construção existente na Base, cuja construção foi realizada comunitariamente pela população da Caiacanga Mirim.

FIGURA 24: CAPELA SÃO LUCAS DENTRO DA BASE AÉREA



FORTE: ACERVO DO AUTOR (2021)

⁷⁵ O Apóstolo: Órgão do Postolado da Oração de Santa Catarina. Edição 365, página 4, publicada em 01 de setembro de 1945.

⁷⁶ O Apóstolo: Órgão do Postolado da Oração de Santa Catarina. Edição 371, página 1, publicada em 01 de dezembro de 1945.

⁷⁷ A Gazeta. Edição 75, página 6, publicada em 14 de novembro de 1934.

⁷⁸ O Estado. Edição 6980, página 6, publicada em 18 de janeiro de 1937.

Aos poucos, a comunidade da Caiacanga Mirim é apagada da memória da cidade. Contudo, ainda que a comunidade não esteja em evidência, estes relatos são importantes como registros históricos do processo, revelando parte do contexto ao qual as ocupações da Base Aérea e sua infraestrutura inicial foram edificadas.

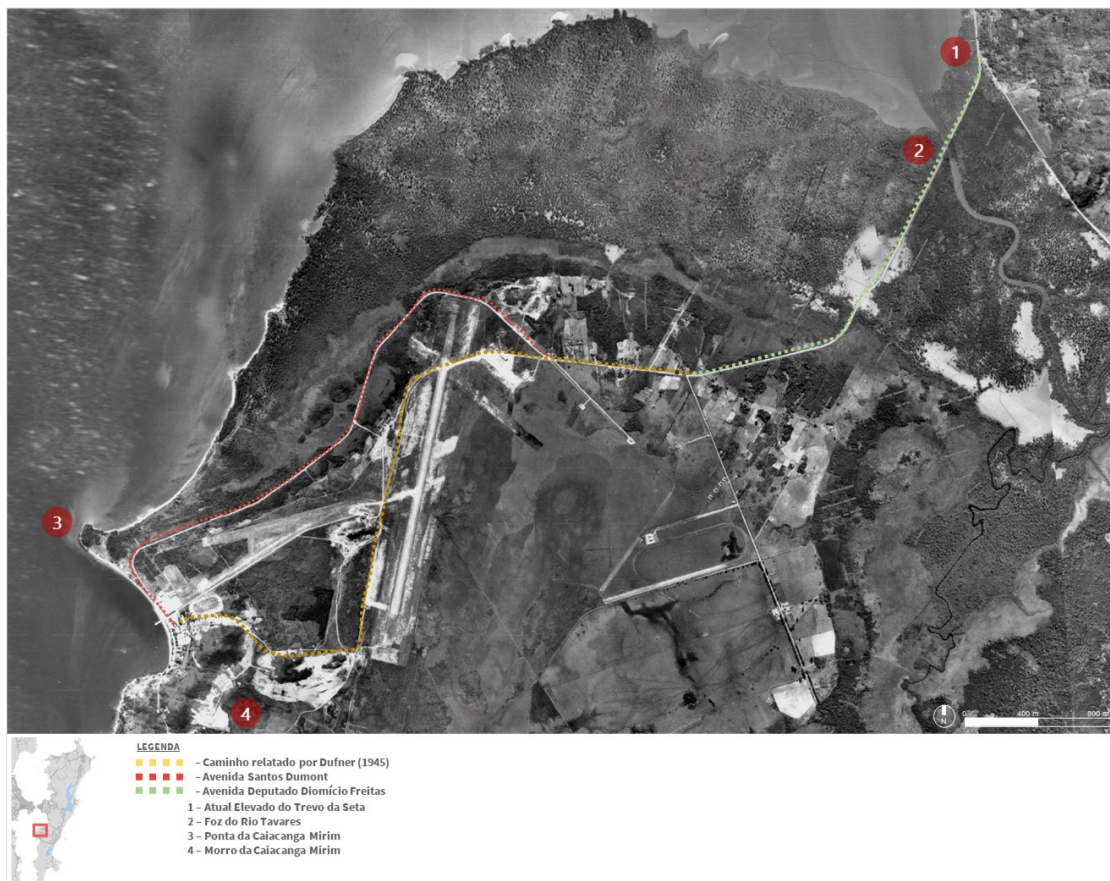
Entre as obras de infraestruturas realizadas, estava em curso a construção do acesso ao aeroporto, realizado pela Rodovia Deputado Diomício Freitas⁷⁹, no bairro Carianos, e o aterramento da planície alagadiça a fim de qualificar a pista de aterrissagem. Dufner (1945a) relata com precisão como era esse acesso, realizado durante visita em julho daquele ano:

Assim foi. Embarcamos num ônibus confortável que recebeu na praça central vários oficiais e, às 7 em ponto, o carro partiu. Fascinado admirei do ônibus a linda natureza banhada no sol matinal... Praias tão linda não vi, que as Praias de Jurirê-Miri... Saco dos Limões, Costeira. Agora o pântano! Nada de contorna-lo, pois aí começam as conquistas da Base Aérea: uma estrada larga, reta, corta as águas estagnadas habitadas por legiões de carangueijos.

As *águas estagnadas*, ao qual se refere Padre Dufner, é a extensa planície alagadiça composta por mangue e banhado, cujos remanescentes estão nas margens dos bairros Carianos e Tapera. Com relação às pistas de aterrissagem, que necessitavam de terra firme para suportar o impacto dos aviões durante os pousos, o relato nos traz a informação sobre a planície ser “interrompida apenas por um morro de aspecto singular” (DUFNER, 1945a) (ver Figura 25). Este é o morro da Caiacanga Mirim, a jazida de argila (INFRAERO, 2010) seria escavada e seu material utilizado “para aplainar e consolidar o enorme campo de aviação” (DUFNER, 1945a). Na Figura 24, imagem de 1957, está localizado o remanescente do morro citado, identificado pelo Ponto 4 - Morro da Caiacanga Mirim, o provável trajeto realizado para chegar ao campo e a da localização do atual Elevado do Trevo da Seta, Foz do Rio Tavares e da Ponta da Caiacanga Mirim. A avenida Santos Dumont, dentro da base, foi concluída na década de 1950.

⁷⁹ Denominada pela Lei Municipal nº 2370 de 11 de junho de 1986.

FIGURA 25: CAMINHOS CITADOS PELO PADRE DUFNER



FONTE: FLORIANÓPOLIS (1988;1957); DUFNER (1945A), ADAPTADO PELO AUTOR.

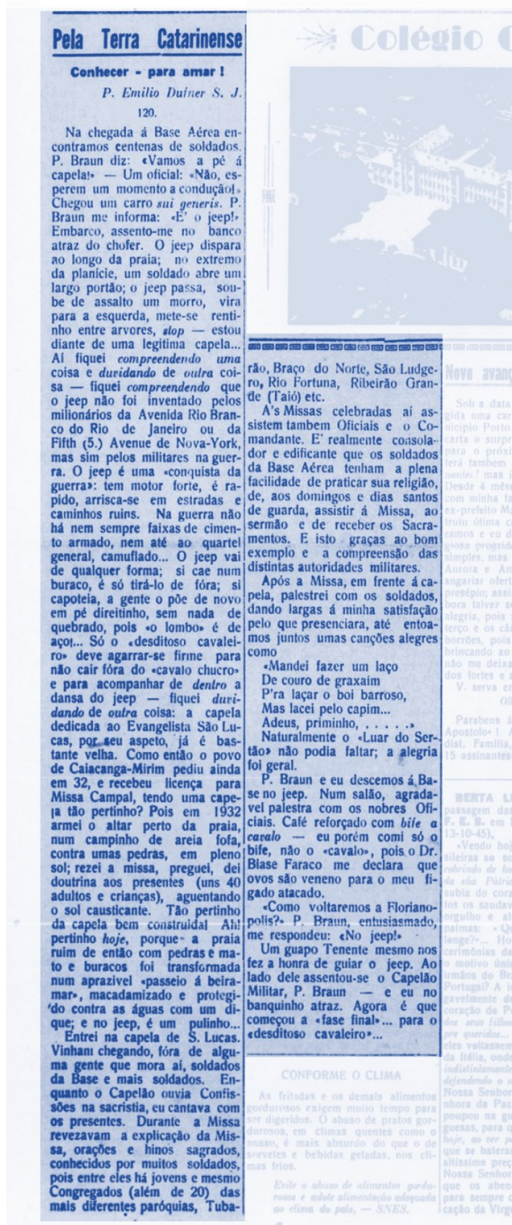
Neste período, em 1945, a base dispunha de um complexo de construções de hangares, rampa de 200 metros do mar à terra para acesso dos hidroaviões e de “vistosas residências dos nobres Oficiais da Base” (DUFNER, 1945a). Estavam em construção “três pistas, em direções diferentes, de maneira que o avião sempre pode acolher o vento favorável” para levantar voo ou aterrissar. Cada pista era formada por cerca de 2 km, sendo 1500 metros de cimento e 250 metros em cada extremo de areia compactada com pedra (DUFNER, 1945a).

Os passeios na Caiacanga Mirim eram frequentes, mantendo uma relação de proximidade entre os oficiais, políticos e líderes religiosos da igreja católica. Naquele momento, a base junto do campo de aterrissagem era o maior complexo de infraestrutura aérea de Santa Catarina.

Estas obras de melhoramentos eram realizadas apenas na parte plana da Caiacanga Mirim. O morro era - e ainda é, no caso da Tapera atual - o elemento geográfico que isolava os habitantes locais dos militares recém-chegados. No entanto, este encontro entre os militares do baixio e os moradores do morro, era promovido na Capela São Lucas. Uma pequena construção em alvenaria no topo do morro da Caiacanga Mirim.

Em outro relato publicado em dezembro de 1945 (ver Figura 26 para ler a íntegra do documento), Padre Dufner expõe essa relação, ao descrever que “vinham chegando, fora de alguma gente que mora aí, soldados da Base e mais soldados” (DUFNER, 1945b) para prestigiar a missa.

FIGURA 26: RELATO RELIGIOSO SOBRE A BASE AÉREA



FONTE: O APÓSTOLO (1945b)⁸⁰; BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL, ADAPTADO PELO AUTOR

Neste mesmo relato, Padre Dufner, escreve que havia um portão na base do morro, como forma de limitar o acesso da comunidade para o baixio da Caiacanga Mirim. É a partir da década de 1950 que as remoções foram mais recorrentes e toda a população é transferida de forma compulsória para a parte mais alta do morro, liberando o baixio apenas às atividades da base.

⁸⁰ O Apóstolo. Edição 371, página 1, publicada em 01 de dezembro de 1945

No entanto, a interação entre a comunidade da Caiacanga Mirim e a Base Aérea, não era somente restrita às relações religiosas. A população prestava serviços de manutenção, de ajudante nas obras, bem como na lavagem de roupas e dos uniformes dos militares, vínculo que ainda permanece e está presente na oralidade dos moradores mais antigos.

Construindo uma Tapera: história local e cotidiano

“então, Tapera é isso aqui que você tá vendo. Hoje tá uma cidade!
Mas, na época que eu me criei aqui, tinha nada...máximo 60 pessoa”

Senhor Gabi, 2019



Este último capítulo será conduzido pela fala da população entrevistada. A narrativa proposta está escrita a partir da associação entre os relatos pessoais destes habitantes, com fragmentos provenientes de material de suporte bibliográfico-documental, como: notas jornalísticas, fotografias, conversas cotidianas, aparato legal e cartografias.

Aproveitando da jornada pessoal como morador e de certo conhecimento sobre a dinâmica local, saí às ruas com o objetivo de caminhar pelo bairro e iniciar a pesquisa, identificando os moradores que ocupavam o bairro antes dos anos 2000. Neste processo investigativo, também localizei algumas edificações que permaneciam na minha memória ao longo da vivência no bairro. Tais edificações (ver Figuras 27 e 28) estão localizadas dentro do perímetro em que ocorreram as primeiras ocupações após a remoção da comunidade da Caiacanga Mirim.

FIGURA 27: CASA NO INÍCIO DA RODOVIA AÇORIANA



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

FIGURA 28: CASA ANTIGA NA PRAIA



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

A partir desse momento, pude estabelecer uma rede de pessoas interessadas que iam indicando umas às outras. Nem sempre havia uma relação direta entre elas, algumas mantinha apenas afinidade de vizinhança. Alguns casos mantinham uma relação familiar, como tios, sobrinhos e irmãos.

Como a população do núcleo inicial era menor do que a atual, e suas vivências similares na comunidade, ao longo da jornada de pesquisa, constatou-se um padrão nos relatos. Este é o ponto de saturação que interessava, em resposta à metodologia da análise da história oral.

Entre contos folclóricos e histórias de infância, a cidade era o plano de fundo, o cenário destas vivências relatadas com afeto e nostalgia. Um dos informantes, ao citar “o cheiro de pão fresco, do carro que passava”, já era motivo para surgir um questionamento: Então não havia padaria? A lembrança do dia em que seu cavalo atolou na ponte de madeira, despertava a atenção: onde era essa ponte?... Sucessivamente, a cidade estava nos detalhes.

Portanto, a análise da história oral foi realizada com base nos assuntos mais recorrentes das entrevistas. Ao combinar e catalogar o material recolhido, baseado em vestígios e peças extraídas destes acontecimentos pessoais ou coletivos.

Um exemplo desta análise, é a identificação das relações territoriais existentes

no bairro quando a localidade era conhecida como “Caiacanga Mirim”, antes da instalação do antigo Campo de Aviação Naval cuja inauguração se deu oficialmente em 10 de maio de 1923 (BAFL, 2019), originando a então Base Aérea de Florianópolis (BAFL) e o atual Aeroporto Internacional de Florianópolis Hercílio Luz - Floripa Airpot.

As entrevistas foram realizadas entre maio e setembro de 2019, na Tapera, na casa dos entrevistados. Às vezes por questões de mobilidade, considerando a idade avançada de alguns, outras pela forte relação do morador com aquela edificação de herança familiar, ou simplesmente pela comodidade. Alguns buscavam fotos antigas que ajudavam na explicação dos acontecimentos. Entre as fotos das casinhas emolduradas por um fundo verde de árvores e uma rua estreita de barro, surgia um relato. Escutar a experiência e registrar aqui parte destas memórias é inspirador.

Na ocasião, com o aporte de uma filmadora Sony Z7, gentilmente disponibilizada pelo Laboratório de Cinematografia (LABCINE) da UFSC, todos os depoimentos foram registrados em áudio e vídeo, compondo o acervo pessoal do pesquisador e disponibilizado para trabalhos futuros.

O material a seguir é composto pela história de 8 entrevistados com idades entre 63 e 90 anos.

5.1 Dos carreiros aos armazéns

Parte da comunidade vivia numa encosta isolada geograficamente por uma planície alagadiça (Base Aérea de Florianópolis/ Carianos), usada para plantação e pastagem dos animais pertencentes ao “notável empreendimento”⁸¹ da Estação de Monta, fundado em 1921⁸²; E delimitado pelo manguezal que compõe a margem dessa planície. O acesso à comunidade era realizado pelo mar ou por um caminho que costeava o Morro da Caiacanga Mirim, passando pelo mangue, até o porto do Ribeirão da Ilha. Havia caminhos que conectavam o interior do bairro, entre as propriedades.

A informante de 85 anos relembra que nasceu no Morro da Caiacanga Mirim:

*Quando eu nasci, foi na subidinha do morro da base pra cá. Eu nasci ali!
Aí, eu fiquei aqui esses anos todos aqui morando na Tapera.
A gente ia daqui pra cidade de lancha, ali da base, quando era tempo de marinha!*

⁸¹ A Gazeta. Edição 1140, página 4, publicada em 01 de maio de 1938

⁸² República. Edição 762, página, publicada em 28 de abril de 1921

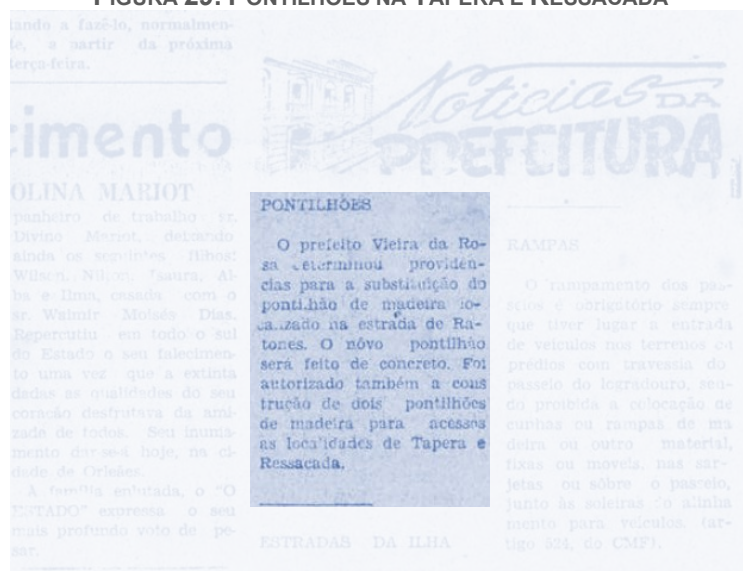
O informante de 87 anos, também nascido na Caiacanga Mirim, relata:

Nada, Tapera não tem mais nada. Isso era um carreiro, aqui que passava um riozinho. A estrada ia embora sempre até lá no trevo do Zeca do Candonga.

Este caminho era chamado de Estrada Geral da Tapera, tornou-se a via estruturadora do bairro. Por ele que a população se deslocava, margeando o bairro por toda a sua extensão. O antigo carreiro originou a estrada de chão.

Ao longo de sua extensão, havia 4 trechos cujos rios percorriam. Para auxiliar na travessia, eram instalados pontilhões de madeira. Segundo noticiado em abril de 1965 (ver figura 29), a prefeitura informa a construção de dois pontilhões para acessar a Ressacada e a Tapera.

FIGURA 29: PONTILHÕES NA TAPERA E RESSACADA



FONTE: O ESTADO DE FLORIANÓPOLIS (1965)⁸³; BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL, ADAPTADO PELO AUTOR

No entanto, estas estruturas poderiam sofrer alagamento devido a subida das marés. A informante de 88 anos, revela que quando grávida de seu filho, na década de 1960, utilizava o caminho para ir ao ribeirão, e, relembra do incidente ocorrido em ao atravessar uma das pontes:

A gente ia pro Ribeirão, aquelas ruas, não tinha casa. Eu lembro até hoje, eu nunca esqueço! A minha mãe foi comigo de carreta no Ribeirão, lá onde era o Candonga...ali tem uma cruz ali né, o Candonga. Nós fomos comprar umas coisas. Eu tava grávida do meu filho mais velho! Barriga desse tamanho, sentada na carreta.

⁸³ O Estado de Florianópolis. Edição 15156, página 8, publicada em 30 de abril de 1965.

A maré tava enorme, tava lavando tudo, por cima de tudo...uma hora daquela, minha filha, fomo atravessar a ponte... no que foi a égua botou a pata em cima, e começou a espernear.

Os que tavam do lado de lá, que já tinham passado, me acudiram e me tiraram de dentro da carreta. Eu fiquei em cima de uma pedra. Eu e a minha mãe. Aí eles pegaram, passaram com a égua e conseguiram tirar de cima da ponte. Passei bem dizer, no colo de dois funcionário da Base. Porque eu tava muito nervosa...eu ia cair dentro do rio né. Mas graças a Deus correu tudo bem.

A informante complementa:

Aquilo ali meu filho, só uma estradinha, que passava bicicleta com muito cuidado, pra lá e pra cá, pra não cair dentro do mato!

O rio relatado pela informante é o Ribeirão Chico Crioulo (ver Figura 30). Sua nascente é dentro da Fazenda da Ressacada, permeando pelo manguezal e desagua na Baía do ribeirão.

FIGURA 30: RIO CHICO CRIOULO APÓS ALARGAMENTO DAS MARGENS, EM TERRAS DA FAZENDA EXPERIMENTAL DA UFSC



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

Com relação ao caminho, uma publicação de 1965⁸⁴ (ver figura 31), do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, divulga as localizações das seções eleitorais da eleição para governador do estado⁸⁵. É informada a seção da Escola Estadual Tenente Almáchio na “Estrada Geral”, um caminho que passava por terras comunais, e que foi oficialmente reconhecido como via pública em 22 de julho de 1988, pela

⁸⁴ O Estado de Florianópolis. Edição 15256, página 4, publicada em 03 de outubro de 1965.

⁸⁵ Nesta eleição, Ivo Silveira foi eleito governador do estado, primeira eleição ocorrida durante o Golpe Militar ocorrido em 1964.

instituição da Lei municipal Nº 2925 de 1988. Originando, então, a “Rodovia Açoriana”⁸⁶.

FIGURA 31: SEÇÃO ELEITORAL NA TAPERA



FONTE: O ESTADO DE FLORIANÓPOLIS (1965); BIBLIOTECA DIGITAL NACIONAL, ADAPTADO PELO AUTOR

A Rodovia Açoriana ainda continua como o principal acesso público ao bairro. No entanto, a conexão se limitava apenas até o trevo do Ribeirão. O trajeto percorrido saía do trevo do Ribeirão da Ilha com a Tapera até o Morro da Caicanga Mirim, na Base Aérea. As principais ruas do bairro surgem a partir de caminhos feitos pelos próprios moradores para acessarem suas glebas de terras e que posteriormente foram qualificados pela prefeitura. A partir daí, originando as demais servidões no interior da comunidade.

O Informante de 87 anos, reforça que as ruas nem sempre foram como as conhecemos, com certa infraestrutura e calçamento. Durante a conversa, ele não considerava estes caminhos como ruas. Tratava-os como carreiros em meio ao mato e banhado.

*Não tinha rua! Era carreiro! Vai pra tua casa tinha um carreirinho.
Aí saía daqui, dali de cima da Base, ia daqui embora até o Zeca do Candonga no
Ribeirão, com carreiro...não tinha rua!
A rua era um carreirinho!*

*Eu morava lá em cima, ia lá pra tua casa pelo carreirinho! Até se amarrassem um
capim no outro, tu caías de noite!
A barreira ali não existia. Ali era um mato...mato e lama!
A rua do juca não existia, foi existir depois, muito tempo depois.
A rua do pedegral não existia. Não tinha!*

*Era direto...essa aqui (Rodovia Açoriana) era direto até o Zeca do Candonga.
Até aquela ponte lá que é de concreto, antes era de madeira! Não existia nada
disso.*

Todos os caminhos levavam ao Candonga. O Zeca do Candonga foi proprietário de um armazém no Ribeirão da Ilha, no trevo com a Tapera, próximo da ponte de concreto citada e do antigo Porto do Contrato. Era nesse armazém que a

⁸⁶ Florianópolis, 1988.

população da Caiacanga Mirim e da Tapera compravam itens não comercializados na comunidade. Segundo Pereira e col. (1990):

Quaisquer bens eram encontrados nas vendas (designação popular dos Armazéns, casas comerciais do comércio retalhista ou a granel). Essas casas vendiam tudo que fosse de uso cotidiano pela população, tais como comidas em geral, roupas de vestuário, cama e mesa, sapatos, tecidos, produtos para a agricultura, ferramentas, ferragens, combustíveis, bebidas e até remédios. Vendiam secos e molhados.

Estes armazéns eram parte da vida social dos moradores. Concentravam uma variedade de produtos e eram pontos de encontros e de referência no bairro. Atualmente o bairro da Tapera tem uma gama de produtos e serviços disponíveis à população. Mudança significativa na vida destes moradores mais antigos, que presenciaram essa transformação. O relato da informante de 88 anos ressalta que:

*Teve muita mudança no bairro, boa. Muito, muito boas.
Tem posto de saúde que não tinha! Supermercado, que não tinha!
A gente saía daqui pra ir comprar lá no ribeirão, quem vai lá pro lado da freguesia!
Aquele supermercado que tem, ali que era do Candonga.
Agora tu vê só, a gente saía daqui pra ir lá: Comprar querosene, porque não tinha luz, não tinha nada disso.
A gente não tinha uma televisão, não tinha um radiozinho, não tinha nada.*

A vida na comunidade era simples. Poucas casas distribuídas pelo território e uma população que mantinha a relação de troca de serviços e produtos e de convívio social. É nesse trajeto do dia a dia, que a história da Tapera foi se consolidando, nestes caminhos. O fato de haver a necessidade de sair do bairro, para buscar diferentes produtos e serviços, contribuiu também na consolidação destes carreiros até tornarem-se ruas. É evidente que não podemos romantizar essa necessidade. Porém, as ruas existentes hoje são as heranças daquela população. O informante de 87 anos, que trabalhava como pescador, conta que:

*Toda vida nós ia a pé ou ia de bicicleta.
Pra fazer as compras a gente ia a pé, pra comprar na venda dele porque aqui não tinha! Lá era secos e molhados, e era forte. Onde é o material de construção agora!
Então, a gente ia a pé e vinha de carreta com as compra. Um rapaz lá que era funcionário do homem trazia as compra da gente, de carreta, entendeu.
Essa era a vida nossa aqui dentro da Tapera.*

A loja de material de construção (ver Figura 32) citada fica no trevo entre a Rodovia Açoriana e a Rodovia Baldicero Filomeno. Era naquela edificação de arquitetura eclética que funcionava o armazém do Zeca do Candonga.

FIGURA 32: EDIFICAÇÃO DO ANTIGO ARMAZÉM DO ZECA DO CANDONGA



FONTE: JORNAL DO CAMPECHE (2021)

Ainda que os armazéns fossem mais completos, na Tapera da década de 1960 havia 2 estabelecimentos de menor porte funcionando concomitantemente, popularmente chamados de “venda”. Segundo o informante de 63 anos, militar aposentado pela Base:

*A venda mais antiga era do Seu Ataíde, que é o Leco agora. Leco, agora, não é mais! A agora é mercearia, posto de pão...
Ele tá fazendo três lojinhas! Mas ficava ali mesmo?!
Não, não...A venda ficava ali onde mora o Sandro, o irmão do Leco! Mais pra cima, duas casas antes!*

A informante de 88 anos complementa:

*A Tapera era um lugar muito pobre. Pobre mesmo.
Só tinha duas vendas aqui, não tinha supermercado, não tinha nada disso.
Então, depois já começou...não tinha ônibus!*

A informante de 63 anos que fazia suas compras dentro do bairro, relata:

*“Supermercado” que tinha na Tapera era o Leco que era o Ataíde antes.
O nome do pai do Leco era Ataíde.
Então, a gente sempre só comprava lá!*

A venda do Ataíde é citada como a mais antiga em funcionamento na comunidade. O sogro da informante de 80 anos, também era um dos proprietários de armazém. Ambos os comércios estavam localizados na Estrada Geral. Ao contar sobre a origem da sua casa, a informante prossegue:

*Eu fiquei com a casa toda. Só que a casa era muito feia, parecia assim, uma casa de “bang bang”.
A fábrica de baixo eu deixei como era, que já era uma coisa mais histórica né! E eu também nunca morei ali!*

E no lado de cá era o armazém, que o meu sogro vendia desde cebola, tecido, bebida...vendia de tudo, porque as únicas vendas que tinham era a dele e do Ataíde.

Após pesquisar sobre a existência dessas “vendas” e armazéns, deparo-me com registros datados de 1927, cujo conteúdo traz à existência de um armazém. A nota informa que o Manuel Luis Gonçalves solicitava baixa de impostos para seus dois negócios: uma casa de secos e molhados (ver Figura 33) e um engenho de café (ver figura 34). Ambos situados na Caiacanga Mirim.

FIGURA 33: SOLICITAÇÃO DE BAIXA DE IMPOSTO NEGÓCIO DE SECOS E MOLHADOS⁸⁷

| | | |
|----------------------------|--|---|
| cia | Manuel Mariano Pires. Pedindo baixa dos impostos de seu rinheiro de gallos, situado no districto da Trindade. Como requer. | Ric dindo |
| Hei dente | Manuel Luis Gonçalves. Pedindo baixa dos impostos de seu negocio de seccos e molhados, situado na Caiacanga-Mirim, districto do Ribeirão. Como pede. | assoal cosinh prieda n. 28 inform Eri do pa teiro e te Ce de ac da S Eu |
| d os | João Abrao Daure. Pedindo o arrendamento, por todo tempo, de um terreno no cemiterio das Três Pontes, onde se acham sepultados os restos | |
| Pedin le sua elheiro baixa | | |
| Ma- erir pa- | | |

FONTE: JORNAL REPUBLICA (1927); BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, ADAPTADO PELO AUTOR

Num relato de 1956, o Padre Braun S. J., comenta sobre seu passeio pelo sul da ilha, partindo de Jeep do Centro em direção à Caeira da Barra do Sul. No trajato, estava prevista uma visita ao Ribeirão da Ilha e depois seguiriam até a Caiacanga Mirim. Possivelmente percorrendo pela Estrada Geral da Tapera.

“Chegando a Caiacanga Mirim, aí a vereda acabou mesmo! Deixamos o jeep debaixo de uma aroeirinha, ao lado de uma vendinha e embarcamos numa lancha a motor! Viagem bacana! O mar estava manso, nenhuma onda braba... e a canoa deslizava mansinha e calma.” (O Apóstolo, 1956)

Já é sabido, pelos relatos dos próprios sacerdotes, a fascinação por Jeeps e veículos deste tipo. Ainda mais se tratando dos passeios realizados pela região do sul da ilha, em específico pela planície Entre Mares. Os deslocamentos por entre os bairros eram realizados por estradas de chão, assim, veículos com tração teriam melhor desempenho.

Porém, voltando ao relato, Padre Braun cita uma vendinha na Caiacanga. É curioso notar que no ano do relato, em 1956, a Base Aérea já estava consolidada.

⁸⁷ Republica. Edição 88, publicada em 14 de janeiro de 1927.

Contava com o recém-inaugurado primeiro terminal de passageiros do aeroporto, em um galpão de madeira⁸⁸ sob administração do Departamento de Aviação Civil⁸⁹. E as remoções da população local também estavam em curso.

Os armazéns eram um tipo de negócio comum na ilha. Possibilitavam a recepção e distribuição de mercadorias vindas de outras localidades. No bairro Saco dos Limões, aqui em Florianópolis, há um exemplar arquitetônico, de estilo eclético erguido em 1840⁹⁰. Nele funcionava um antigo armazém: o “Armazém Vieira”.

Na Tapera, há o remanescente da edificação do armazém perto da praia, aquele do sogro da informante de 80 anos. A edificação está localizada na Rodovia Açoriana, número 2300 (ver Figura 34). As informações levantadas até aqui, indicam que esta seja uma edificação da década de 1940.

FIGURA 34: REMANESCENTE ARQUITETÔNICO DO ARMAZÉM DA PRAIA (DIREITA)



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2021)

Além das vendas, atualmente também chamados de mercado, mercearias etc., outra meio comum de obter produtos era pelo intermédio de vendedores de porta-em-porta. Ainda hoje este tipo de atividade é bastante comum no bairro. Por lá, transitam vendedores em “carro do ovo”, “carro da roupa de cama”, “carro do picolé”, “carro das

⁸⁸ Schmitz, 2019.

⁸⁹ De acordo com dados divulgados pela Associação Nacional de Concessionárias de Aeroportos Brasileiros -ANCAB (ANCAB, 2021)

⁹⁰ Faraco, 2017.

frutas e verduras”, por exemplo. Nos relatos dos informantes, o mais comum, entre as décadas de 1950 e 1970 era a carroça e o carro do pão. O informante de 63 anos conta:

Sim, meu pai só fazia as compras ali.

Seis horas da manhã ele abria a venda e dizia: “ó o pão ainda não chegou, mas pra outras coisas a venda já tá aberta!”

O pão vinha lá do Ribeirão, de carroça...de carroça...aquela carroça tinha um cheiro! Que cheiro gostoso de pão que tinha aquela carroça.

Cara, ela passava pela gente assim, meu deus do céu...aquele cheiro né.

Aí ele passava aqui na Tapera vendendo, e deixava lá no Ataíde...

E tinha um pessoal que já era freguês né. Igual o Seu Nabor, com a carne aos sábados!

Todo sábado Seu Nabor vinha com aquela Kombi vermelha e branca vender a carne! Eu era um que era freguês do Seu Nabor. Já comprava pra semana toda né.

Os vendedores vinham de outros bairros de Florianópolis para comercializarem seus produtos na Tapera, devido a demanda local. A informante de 80 anos, revela que:

Tinha também, o pão, era fornecido por um caminhão né, a gente não tinha padaria, aí vinha o caminhão do Seu Zé, que ele é ali do Campeche, que trazia tudo, sabe?

Leite, pão...margarina, o que fosse, pra botar dentro do pão, sabe?

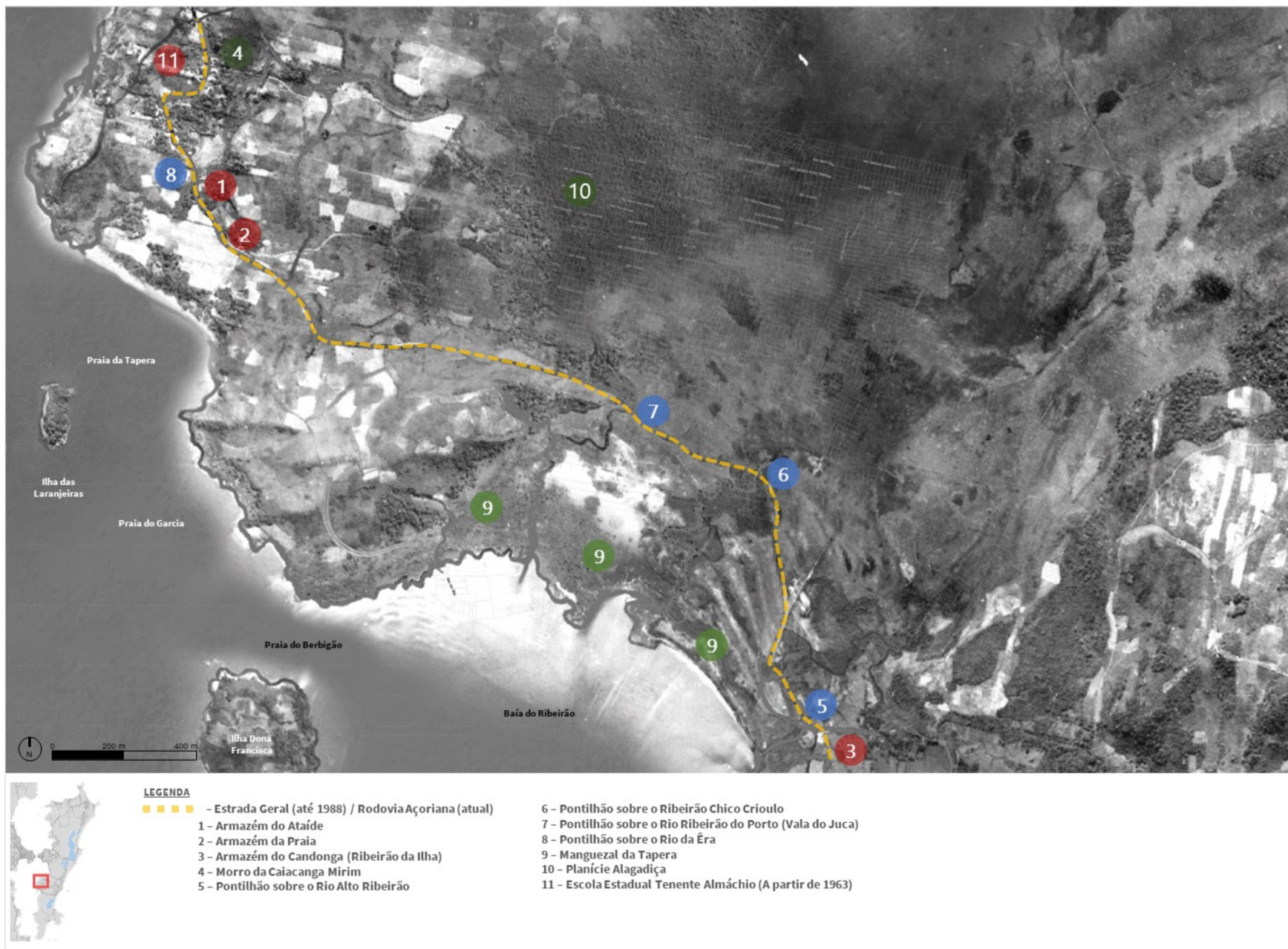
Ele trazia e vendia por mês.

Então o pessoal parava aqui na frente, e todo mundo vinha pra pegar.

A ocupação territorial do bairro foi feita em períodos distintos. Ao longo da sua urbanização, diferentes outras vendas e mercearias espalhavam-se pela comunidade.

Na figura 35, destaca-se o local dos estabelecimentos citados. Observa-se que os três comércios estão instalados na via principal do bairro, a Rodovia Açoriana.

FIGURA 35: LOCALIZAÇÃO DOS ARMAZÉNS, VENDAS E CAMINHOS



FONTE: FLORIANÓPOLIS (1938), ADAPTADO PELO AUTOR

5.2 Cultivo e engenho

Os ranchos de engenhos são edificações, geralmente construídas de pau-a-pique ou madeira, que abrigam uma estrutura de engrenagens e prensas. Seu funcionamento é através do movimento pela tração animal, do boi, ou pela roda de água. Junto dos engenhos havia a propriedade, possibilitando as atividades agrícolas.

A cultura dos engenhos de farinha de mandioca em Florianópolis é um aprimoramento pela mecanização do sistema elaborado pelos portugueses, a partir da tradição dos povos indígenas, pela raspagem, ralagem, secagem e torra da mandioca.

Os engenhos também serviam para o beneficiamento do café e da cana de açúcar, transformada em melado, açúcar e cachaça. O local da produção de cachaça era chamado de alambiques. Em 1794 existiam cerca de 382 engenhos de farinha (PEREIRA e COL. ,1990) na então Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis.

A importância econômica da farinha foi muito grande, na região de Florianópolis, por mais de duzentos anos. Em torno de sua produção, diversas práticas e discursos se ergueram, muito embora nem sempre a tenham atingido, como pode verificar-se com relação às preocupações com a modernização e higiene do início do século XX.

O fim do engenho, como centro produtor, está situado num período posterior àquela etapa da modernidade. Ele está muito mais ligado ao avanço da cidade, à descontinuidade das práticas rurais e artesanais. (ANDERMANN, 1997)

De acordo com Cecca (1997) *apud* Batista (2004), ao longo do século XIX, a farinha de mandioca tornou-se o principal produto de exportação da região. Atualmente a relevância histórica dos engenhos busca preservar a sua contribuição no desenvolvimento das localidades e na relação cultural existente no processo de produção.

Neste relato sobre o Distrito do Ribeirão da Ilha, entre denúncias públicas acerca da situação da infraestrutura de acessos ao distrito e a escassez dos serviços públicos na região, o editorial descreve as empresas existentes, o número de habitantes da localidade e cita os engenhos:

Existem neste districto vinte e oito casas de negocios, muitos engenhos de diversas origens, muitos proprietarios, todos concorrendo com suas contribuições não só para o Governo Municipal, mais ainda para os cofres do Thesouro do Estado.

Acho de justiça, que, sendo este districto um dos maiores do Municipio e que tanto contribue para os cofres do Estado, com uma população perto de quatro mil almas o exmo. sr. dr. Governador do Estado auxilie o sr superintendente municipal, para assim este poder nos auxiliar com estradas, como para essa capital, Pantano do Sul e Barra do Sul e agora ficaram em estado de impossivel

passar pelas duas últimas, devido o grande temporal que aqui sofremos.” (O ESTADO, 1917⁹¹)

No Ribeirão da Ilha, o último engenho de farinha e de cachaça em atividade (ver Figura 36), que funcionava à tração animal, pertencia ao Francisco Tomás dos Santos (ANDERMANN, 1997). Seu Chico, como era conhecido, morava e mantinha o engenho e o cultivo de cana e mandioca no Sertão do Ribeirão. Em setembro de 1996 ele foi assassinado dentro do próprio engenho.

FIGURA 36: ENGENHO DO SEU CHICO NO SERTÃO DO RIBEIRÃO DA ILHA



FONTE: SANTOS; SERRAGLIO (2010)

A cultura dos engenhos também pertencia ao cotidiano dos moradores da Tapera. As menções revelam a relação social existente com o equipamento e a sua produção comercial ativa. O informante de 63 anos conta da sua relação com os engenhos do bairro:

Tinha o engenho da praia. Naquele engenho nós, meu pai, tinha plantação de aipim, aí nós colhia, levava lá. Lá a gente raspava, fazia farinha de meia. Vamos dizer, deu trinta sacos, então quinze sacos era do dono do engenho e quinze saco de quem plantou a mandioca, o aipim.

O Informante de 87 anos, pescador aposentado, conta que sua esposa e sua sogra trabalhavam para os moradores da Ilha Dona Francisca. Lá elas tinham contato com um engenho.

⁹¹ O Estado de Florianópolis (SC). Edição 524, publicada em 18 de janeiro de 1917.

Um engenho ficava ali perto daquela senhora que vocês entrevistaram lá. Ficava ali. Onde foi feita aquela casa nova agora, pelo lado direito, ficava lá pra dentro assim, na praia.

E na ilha, lá naquela ilha do berbigão (Ilha Dona Francisca) tinha outro. Era do Seu Geraldo. Minha mulher ia pra lá, que era mocinha, ia pra lá rapa mandioca mais a mãe dela.

Morava Seu Cazuza naquela ilha que não existe mais ninguém.

E ali em cima tinha outro, que era do Seu Vertuoso, entendeu.

Então, era três engenho de farinha, quatro bodega pra toma cachaça. Não tinha mais nada.

Ao pesquisar sobre os engenhos e armazéns, surge uma nota no Jornal Republica, de 1927 (ver Figura 37) com solicitação de baixa de impostos para um engenho de café, de Manuel Luis Gonçalves, mesmo proprietário do armazém.

FIGURA 37: SOLICITAÇÃO DE BAIXA DE IMPOSTO DE ENGENHO DE CAFÉ⁹²

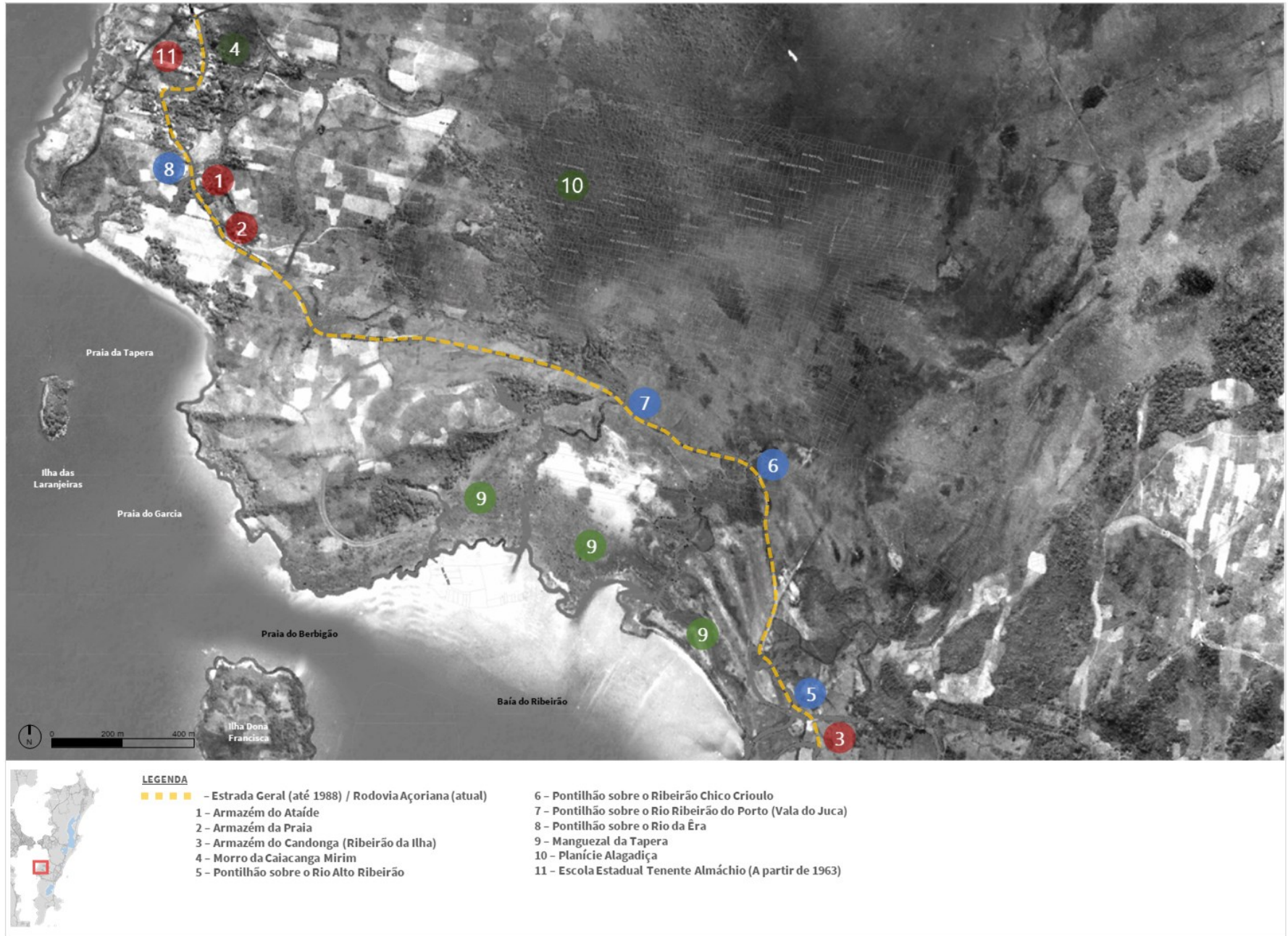
| | |
|--|---|
| Manuel Bernardo Alves. Pedindo baixa do imposto de sua carroça. Sim. | Pedindo baixa do imposto de sua carroça. Sim. |
| Manuel Luis Gonçalves. Pedindo baixa do imposto de seu Engenho de café, situado na Caiacanga-Mirim, districto do Ribeirão. Dê-se a baixa pedida. | Pedindo baixa do imposto de seu Engenho de café, situado na Caiacanga-Mirim, districto do Ribeirão. Dê-se a baixa pedida. |
| Izaac Tavares da Costa. Pedindo baixa dos impostos de seu negocio de seccos e molhados, situado no Rio Tavares. | Pedindo baixa dos impostos de seu negocio de seccos e molhados, situado no Rio Tavares. |

FONTE: REPUBLICA (1927); BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, ADAPTADO PELO AUTOR

Não foi possível precisar com exatidão a localização deste engenho, sabe-se que estava perto do portão sul da Base Aérea. Na Figura 38 (página 94), ortofoto de 1938, consta a localização dos engenhos da Tapera.

⁹² Republica. Edição 88, publicada em 14 de janeiro de 1927.

FIGURA 38: LOCALIZAÇÃO DOS ENGENHOS



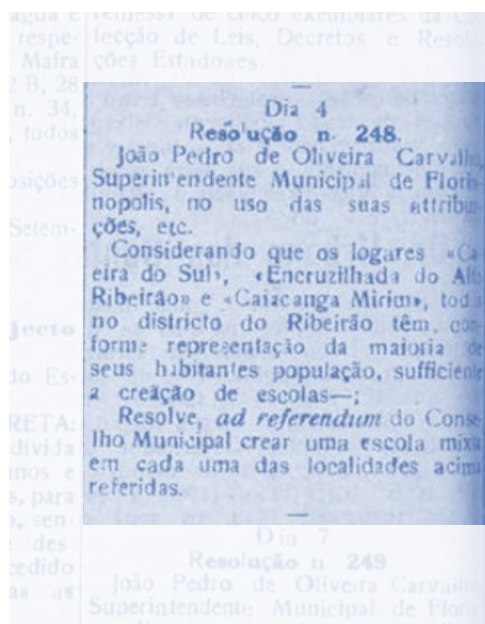
FONTE: FLORIANÓPOLIS (1938), ADAPTADO PELO AUTOR

5.3 A escola e a capela

Dentre os equipamentos públicos de ensino, até a conclusão desta pesquisa, existiam 6 instituições em funcionamento no bairro. São três escolas (duas de ensino fundamental e uma de ensino fundamental e médio) e 3 creches. E há uma variedade de igrejas das mais diversas vertentes religiosas. No entanto, será relato aqui a relação da comunidade com a primeira igreja e escola.

A Escola Municipal da Caiacanga Mirim foi criada pela Resolução nº 248 de 04 de fevereiro de 1922 (ver Figura 39), publicada oficialmente em 16 de fevereiro de 1922 na coluna da Superintendência Municipal de Florianópolis⁹³, cerca de 3 anos após a sua extinção, é reestabelecida. Por intermédio do superintendente, a comunidade do Distrito do Ribeirão solicitava a criação de escolas em três localidades: Caeira do Sul, a da Encruzilhada do Alto Ribeirão e a da Caiacanga Mirim.

FIGURA 39: RESOLUÇÃO CRIANDO ESCOLAS NO DISTRITO DO RIBEIRÃO



FONTE: REPUBLICA (1922); BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, ADAPTADO PELO AUTOR

O motivo para a criação das escolas foi a representativa população que já demonstrava números suficientes para a instalação da instituição de ensino em cada uma daquelas localidades. Tal solicitação foi amparada tendo em vista o cumprimento à Lei nº 967 de 22 de agosto de 1913, que tratava do regulamento geral das instituições de ensino no estado de Santa Catarina.

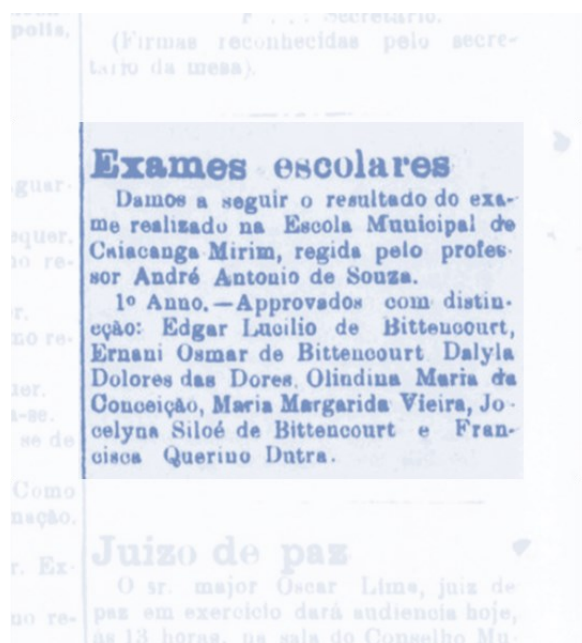
O Título III, Capítulo I da referida lei, previa a criação de escolas para localidades de acordo com o número mínimo de alunos matriculáveis. Sendo os

⁹³ República. Edição 989, publicada em 16 de fevereiro de 1922.

“Grupos Escolares” criados na sede dos municípios e as “Escolas Isoladas” nos perímetros urbanos e suburbanos. O Artigo 50 define que “para a criação de qualquer escola é necessária a estatística escolar, provando a existência de 60 crianças de 6 a 15 anos, meninos ou meninas, conforme a escola a ser criada” (FLORIANÓPOLIS, 1922). Ao tratar da modalidade de “Escola Mista”⁹⁴, “seriam suficientes 30 crianças de cada sexo, de acordo com a lei (FLORIANÓPOLIS, 1922). Paralelo a isso, os “Grupos Escolares”, criados na sede ou em área urbana, deveriam ter “no mínimo 150 alunos matriculáveis de cada sexo” (FLORIANÓPOLIS, 1922). Estes dados nos ajudam a compreender a composição da população da Caiacanga Mirim.

Como forma de acompanhar a rotina escolar, a coluna “Exames Escolares” (ver Figura 40) divulga em 1924 (REPUBLICA, 1924) a lista contendo o nome dos alunos aprovados na Escola Municipal de Caiacanga Mirim, sob regência do professor André Antonio de Souza.

FIGURA 40: NOTAS SOCIAIS - RESULTADO DOS EXAMES ESCOLARES



FONTE: JORNAL REPUBLICA (1924)⁹⁵; BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, ADAPTADO PELO AUTOR, 2021

Deste modo, ainda que os dados específicos sobre a população do distrito do Ribeirão da Ilha englobam todo o território integrante à época, pode-se obter um quantitativo do número de crianças que frequentavam a escola da Caiacanga Mirim, a única instituição pública de ensino na localidade.

⁹⁴ “Escola Mista” era uma modalidade de concentrar na mesma edificação ou sala os estudantes, sem separá-los ao considerar o sexo biológico como critério.

⁹⁵ Republica. Edição 1563, publicada em 31 de janeiro de 1924.

A partir da lista de matriculados publicada em 1929 (ver Figura 41), com referência ao ano de 1927, observa-se que havia 37 crianças matriculadas na escola municipal. De acordo com a legislação do corrente ano, este número estava dentro do determinado para que esta fosse uma escola reconhecida oficialmente pelo poder público.

FIGURA 41: NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS

ANNEXO N. 10

Quadro demonstrativo dos alumnos matriculados nas escolas municipais durante o anno de 1927, contendo a frequencia media annual e o gráo de approvação

| LOCAL | DISTRICTO | N. Matricula | Freq. media | GRÃO DE APPROVAÇÃO | | | TOTAL | Observações |
|------------------------|------------------|--------------|-------------|---------------------|--------------------|-------------------------|-----------|---------------------|
| | | | | Approv. com diploma | Approv. aliteratos | Approv. indisciplinados | | |
| Morro do Tiburcio | Capital | 77 | 418 | 14 | 8 | 4 | 26 | União Trabalhadores |
| Rua Padre Roma | " | 80 | 423 | 13 | 8 | — | 21 | |
| Sacco dos Limões | Sacco dos Limões | 76 | 409 | 12 | 4 | 3 | 19 | |
| Costeira do Pirajubahé | " | 50 | 364 | 1 | 5 | 4 | 10 | |
| Costeira do Ribeirão | Ribeirão | 44 | 355 | 9 | 6 | 5 | 20 | |
| Alto Ribeirão | " | 48 | 346 | 7 | 7 | 5 | 19 | |
| Caicanga Mirim | " | 37 | 325 | 5 | 7 | 3 | 15 | |
| Caieira do Sul | " | 55 | 382 | 5 | 8 | 6 | 19 | |
| Ponta das Cannas | Cachoeira | 45 | 358 | — | — | 10 | 10 | |
| Varzea de Bom Jesus | " | 44 | 342 | 6 | 3 | 2 | 11 | |
| Varzea Pequena | Caruarueira | 30 | 271 | — | 2 | 3 | 5 | |
| Ponta Grossa | " | 30 | 368 | 1 | 2 | 3 | 6 | |
| Corrego Grande | Trindade | 46 | 361 | 2 | 5 | 8 | 15 | |
| Tres Pontes | " | 29 | 265 | 10 | 6 | 3 | 19 | |
| Retiro | Lagoa | 46 | 352 | 1 | 3 | 3 | 7 | |
| Matto Dentro | " | 47 | 353 | 4 | 4 | 12 | 20 | |
| Cacupé | Santo Antonio | 40 | 293 | 2 | 6 | 2 | 10 | |
| Praia dos Ingleses | Rio Vermelho | 73 | 362 | 2 | 4 | 3 | 9 | |
| Capivary | " | 35 | 321 | — | — | — | — | |
| | | 932 | 6668 | 94 | 88 | 79 | 261 | |

FONTE: JORNAL REPUBLICA (1929)⁹⁶; BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, ADAPTADO PELO AUTOR

Considerando os dados obtidos, não é possível obter o número exato de crianças moradoras da localidade. Pois, alunos de outras comunidades poderiam fazer parte da escola. A lembrança dos informantes, sobre uma quantidade aproximada de crianças, ainda que se referindo aos anos 1940, contribuiu para localizarmos a escola e a considerarmos existência de uma população consolidada e organizada.

Com relação à localização da escola, os informantes entrevistados relembram que as aulas frequentadas por eles ocorriam numa edificação no Morro da Caicanga Mirim.

O informante de 87 anos, comentando do local da escola, ainda lembra um número aproximado de crianças naquela antiga comunidade:

A nossa escola é aquela prefeitura da Base lá em cima do morro. Não tinha coisa de 40, 50 criança e olhe lá se tivesse isso. Com o decorrer do tempo a gente também vai esquecendo as coisas que passou por aqui e tal, entendeu?!

⁹⁶ Republica. Edição 677, publicada em 01 de janeiro de 1929.

Em meio a um relato das peripécias vivenciadas na escola, a informante de 88 anos reafirma o local das aulas:

*Sim, antiga ahh... A prefeitura que hoje é da Base...Ali!
Oh! Eu era um bichinho! Quase matava a professora, ela muito braba, muito ruim!*

A edificação citada pelos informantes foi demolida (ver Figura 42), substituída por uma pré-moldada no mesmo lugar. Atualmente o local abriga a Divisão de Próprio Nacional Residencial (DPNR) da Base Aérea (ver Figura 43). Os informantes não souberam dizer se a edificação era de uso exclusivo da escola.

FIGURA 42: EM SEGUNDO PLANO, A ANTIGA EDIFICAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DA CAIACANGA MIRIM



FONTE: BLOG GUIEMI, 2010

FIGURA 43: EM SEGUNDO PLANO, A NOVA EDIFICAÇÃO



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

Segundo os vestígios, a escola permaneceu naquela edificação da prefeitura até a década de 1960. Pois, em 23 de outubro de 1963 é inaugurada a Escola de Educação Básica - Tenente Almáchio. Esta nova escola foi construída no topo do morro da Caiacanga Mirim, em frente da Capela São Lucas, espaço frequentado pela comunidade, localizadas na Figura 47 (página101). A capela e a escola da Tapera, formaram o marco divisor entre a Tapera e a Base Aérea (ver Figura 44),o limite do acesso sul dessas duas comunidades.

FIGURA 44: FOTO DA FAMÍLIA NA ESTRADA NO TOPO DO MORRO DA CAIACANGA MIRIM



FONTE: ACERVO DA FAMÍLIA ARNOL (197-)

Na Figura 45 é possível notar esta relação de divisa. Até a década de 2010 o acesso à capela não era restrito à comunidade da Tapera. Obtendo a Figura 46 como referência, tinha-se a guarita de controle de acesso na edificação identificada como Seção de Controle de Acesso ao Público Civil.

FIGURA 45: VISTA DA ESCOLA EDUCAÇÃO BÁSICA TENENTE ALMÁCHIO A PARTIR DA CAPELA SÃO LUCAS



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2021)

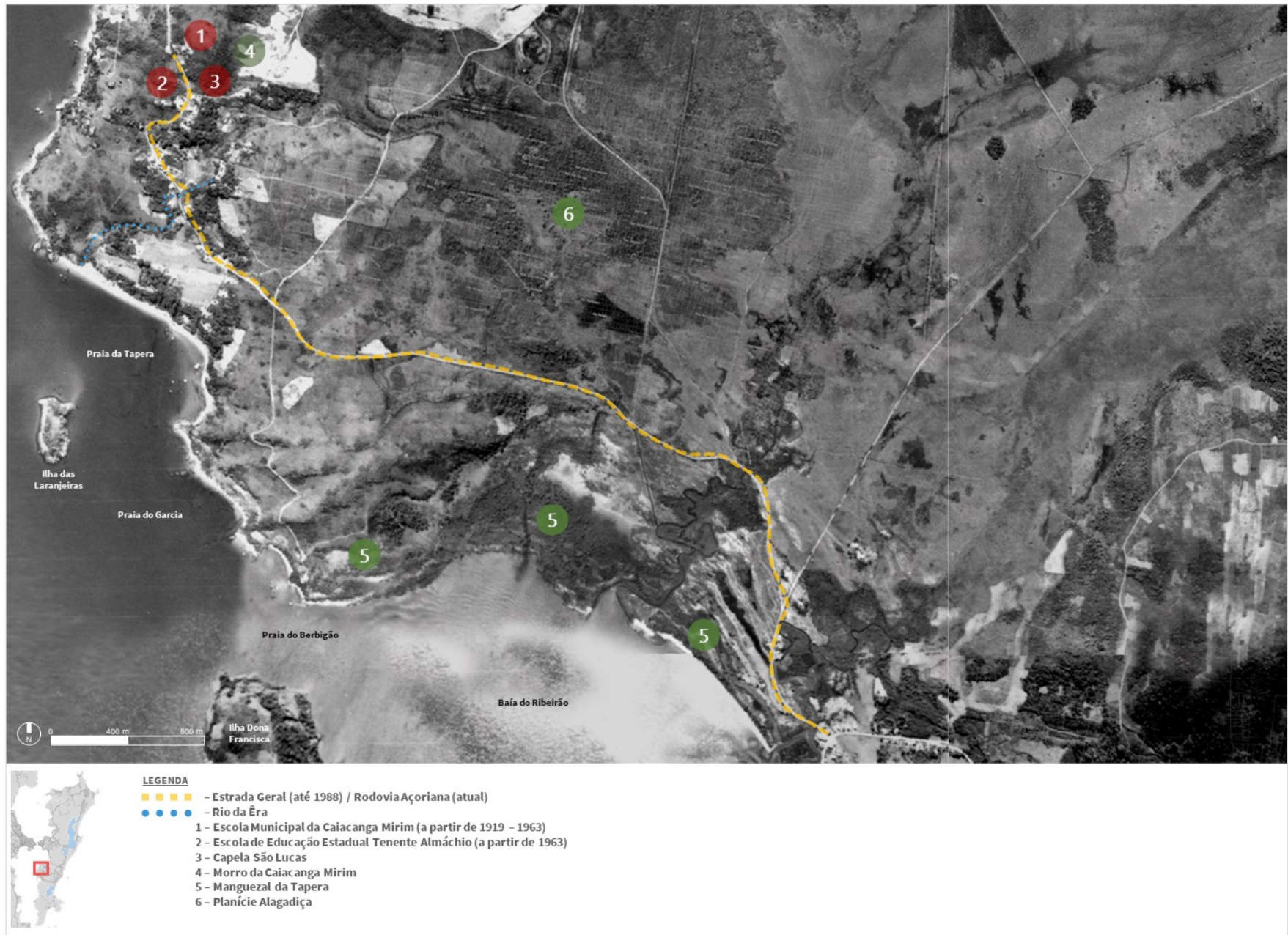
FIGURA 46: VISTA DA CAPELA SÃO LUCAS A PARTIR DE UMA SALA DE AULA DA ESCOLA TENENTE ALMÁCHIO



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2021)

Quando a população da Caiacanga Mirim foi removida, eles iniciaram uma nova ocupação. Neste núcleo, próximo ao Rio da Éra, construíram uma igreja maior, um espaço para servir às atividades do Centro Comunitário com quadra esportiva de areia e uma lanchonete.

FIGURA 47: LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA DA CAIACANGA MIRIM



FONTE: FLORIANÓPOLIS (1938), ADAPTADO PELO AUTOR

5.4 Rio da Èra: nascente de convívio

Este é um pequeno curso de água doce chamado pelos moradores de “Rio da Èra” (ROHR, 1966). É na sua foz que foi encontrado um sítio arqueológico, revelando um dos primeiros assentamentos humanos da Tapera e de Florianópolis.

Com cerca de 500m de extensão, da sua nascente até desaguar na praia, acompanhou o desenvolvimento do bairro por décadas, servindo como fonte de água para lavar roupas e utensílios, no abastecimento das casas e pesca.

No entanto, seu destino não seria diferente das maiorias dos rios urbanos em Florianópolis. Devido ao crescimento da comunidade, o rio foi canalizado. Este processo veio acompanhado do despejo de efluentes em suas águas (ver Figura 48).

Nas adjacências do rio da Èra que a comunidade se reunia para celebrações religiosas, sociais, partidas de futebol e onde foi instalado o primeiro centro de saúde, creche e centro comunitário. Ou seja, originando o primeiro núcleo do bairro. A área que agrega estes serviços, ainda em atividade, está destacada na Figura 49.

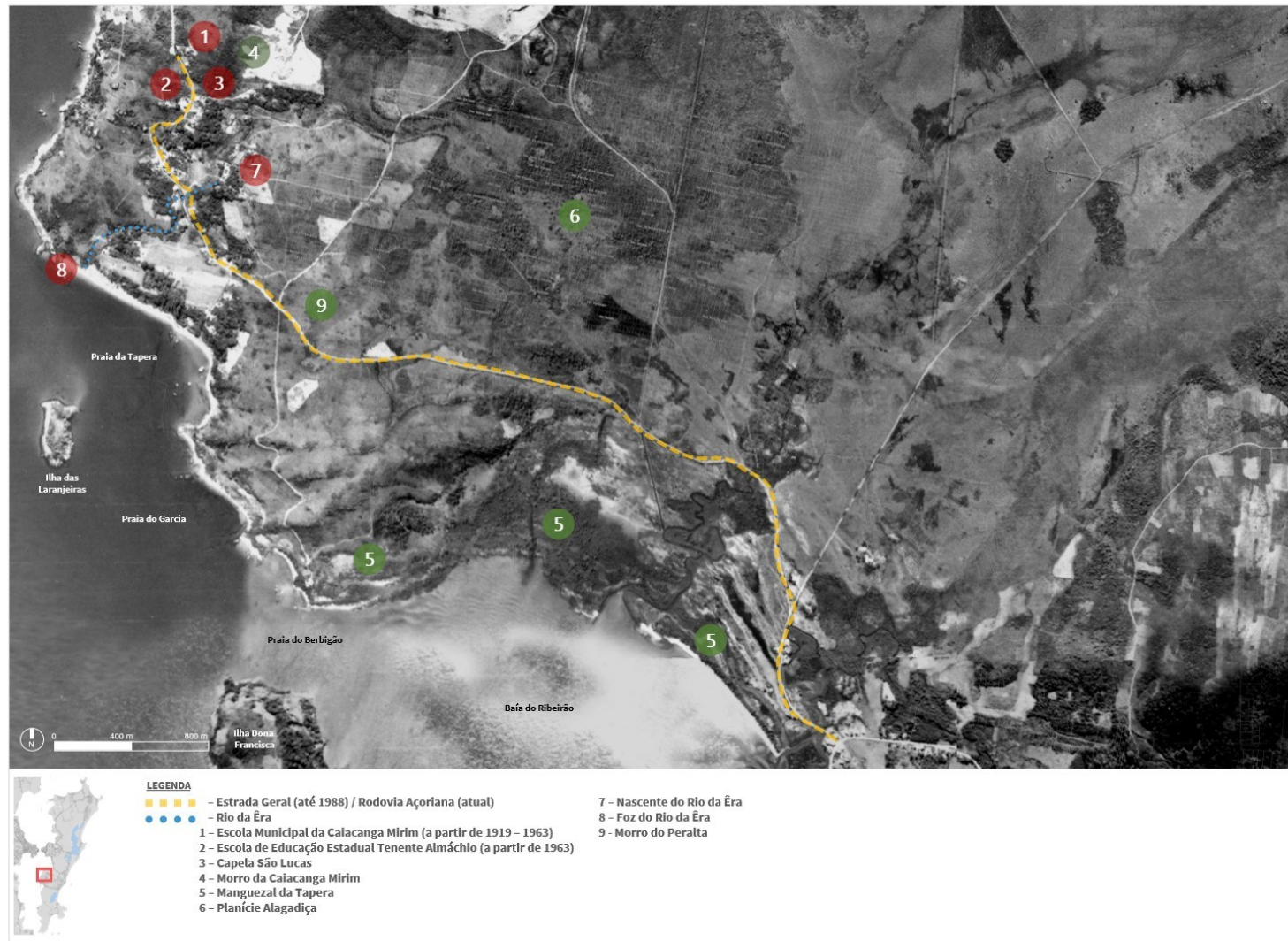
As primeiras famílias removidas da então Caiacanga Mirim, vieram ocupar este espaço. É nas proximidades dele que parte da população mais antiga do bairro se concentra.

FIGURA 48: RIO DA ÈRA DESCOBERTO



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

FIGURA 49: LOCALIZAÇÃO DO RIO DA ÈRA E SUA COMUNIDADE



FONTE: FLORIANÓPOLIS (1957), ADAPTADO PELO AUTOR

O informante de 63 anos, ao contar os aprendizados, ainda quando criança, sobre a confecção artesanal de uma rede de pesca, cita o rio:

Nós pegamos rede dos pais né, porque eles consertavam rede aí tiravam aqueles pedaço porque não iam utilizar e a gente fazia redinha, aí botava dois pauzinho né, um no lado outro no outro e esticava, ia lá no rio e fincava.

Aí no outro dia ia lá, peixinho tava lá malhado.

O mar não subia até aqui, não subia a água salgada...a força era da água doce...ela tá descendo!

É nós passava por ali, pra ir pro outro lado...dava peixe!

Ele relembra que não havia casas na extensão do rio, pois as margens eram alagadiças. As casas ficavam cerca de 30 metros de distância. Continua:

Na realidade na extensão do rio não tinha casa nenhuma, tinha assim ó, pra parte de cima né, tinha espaço do rio até as casas né.

Vamos dizer, como se fosse daqui no começo da casa do meu pai ali. A distância de uma né...da casa pro rio.

Aquilo ali era um banhado, passava um rio cara, o rio começa aqui!

Passava ali por trás da padaria da Rafaela e saía lá no clube dos sargentos.

Aonde tem aquela vala cheia de esgoto!

O Clube dos Sargentos, atualmente chamada de Clube dos Oficiais, é uma edificação pertencente à Base Aérea nas proximidades da foz do Rio da Êra.

Atualmente as construções ocupam as margens do rio, desfigurando o local citado como uma área verde. Antes da sua canalização, o rio passava nas adjacências da atual Rua do Conselho (ver Figura 50 e 51).

FIGURA 50: RUA DO CONSELHO



FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019

FIGURA 51: ANTIGA EDIFICAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE, NA RUA DO CONSELHO



FONTE: ACERVO DO AUTOR, 2019

Quando perguntado sobre o nome do rio, o informante de 63 anos não sabe informar. Porém, relata alguns dos peixes e atividades que o rio proporcionava à comunidade:

Todo mundo sente saudade desse rio!

Tinha época que ele enchia bem, porque era época que chovia muito, né!

E a época que não chovia, era água natural.

A gente pescava dentro do rio, a gente pegava rede e botava no lado né e ia puxando: traíra, jundiá, cará...tudo a gente pegava ali, hoje cadê o rio?

Eu não sei como é que se falava o nome desse rio, eu sei que ele começava ali, que era até uma fonte onde as mulher lavavam roupa!

Ainda que este rio tenha sofrido por intervenções até a sua canalização, ele não está apenas na memória dos moradores. Em 1962 o Rio da Era é descrito pelo arqueólogo Padre Rohr como um “arroio rico em peixes de água doce, jundiás, acarás, traíras etc. E nos seus barrancos aninham-se lontras, cuicas e gambás.” (ROHR, 1966). Talvez este seja o primeiro relato publicado sobre este rio. A Figura 52, disponibilizada pela escola, é uma foto datada de julho de 2000 que mostra o rio em curso natural. As Figuras 53, 54 e 55 representam a foz e seu contexto de inserção.

FIGURA 52: FRAGMENTO DO RIO DA ÊRA NOS ANOS 2000



FONTE: ACERVO DA ESCOLA ENSINO BÁSICO TENENTE ALMÁCHIO (2000)

A informante de 85 anos mora nas proximidades da Praia da Tapera. Ao lembrar como era a praia antes das casas, reafirma a existência do Rio da Êra:

*A praia da Tapera, só tinha mato e bastante piteira!
Mas era uma praia muito bonita, linda, tinha um riozinho que passa aqui perto da
minha casa. Ali a gente matava até peixe de água doce, tinha traíra!
Hoje em dia, agora, não tem mais nada! Pois o povo começou a fazer casa botando
esgoto pra praia! Acabou com a nossa praia!
Tu visse como é que tá a praia agora? É uma pena!*

O Rio da Êra é um importante elemento natural que contribuiu na permanência daquela população. Pois, na Tapera relatada por estes informantes, não havia água encanada nem sistema de coleta e tratamento de esgoto e nem energia elétrica. Este era o espaço de convívio da população recém chegada.

FIGURA 53: FÓZ DO RIO DA ÊRA, AO FUNDO MORRO CAMBIRELA EM PALHOÇA (SC)



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

FIGURA 54: Foz DO RIO DA ÊRA, AO FUNDO RANCHOS DE PESCADORES



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

FIGURA 55: VISTA PANORÂMICA DA PRAIA DA TAPERA COM O RIO DA ÊRA



FONTE: TAPERA (2018)⁹⁷, ADAPTADO PELO AUTOR

É interessante notar que a Tapera relatada pelos moradores informantes era uma comunidade rural mais isolada. Ainda hoje há comentários que abordam a Tapera como um bairro distante no sul da ilha. Esta relação de distância se deve ao fato de não haver acessos alternativos para entrar no bairro.

⁹⁷ Quadro de vídeo (frame) oriundo de material audiovisual disponível na internet no canal de Edson Tapera. Ver fonte nas referências.

Deste modo, a população nos anos 1960 usufruía daquilo que o local oferecia. Dos rios para obter água, das árvores para fazer lenha, das áreas alagadiças para cultivo, do manguezal e da praia para coleta de frutos do mar.

Havia, também, a necessidade de coletar material nas proximidades para a construção das casas e aterramento dos lotes. Os moradores utilizavam da argila (barro) disponível no local, para compor a argamassa durante o processo de construção. Com o crescimento do bairro, ao escavar a praia para coletar areia, um grupo de moradores descobre um conjunto de ossadas próximos ao Rio da Êra. Fato que ajudaria a incluir a Tapera nas linhas da história.

5.5 Sítio Arqueológico: os caneludos da praia

Existe um mistério na Tapera em torno da existência desse sítio. Como um boato, esta história do sítio arqueológico permeia por entre os moradores mais recentes. Pois, uma vez explorado e seu material catalogado, nunca foram expostos de forma pública e acessível na comunidade. Atualmente todos os achados fazem parte do Museu do Homem do Sambaqui, nas dependências do Colégio Catarinense, em Florianópolis (SC).

O informante de 87 anos, quando questionado sobre a Tapera e estes achados, responde:

O que que existia na Tapera?!

Na Tapera não existia nada!

Tapera não tinha nada...Tapera era um bairro abandonado.

Isso aqui tinha muito era índio, naquela época.

Então tinha índio, o padre lá tirou muito osso lá na praia!

Tal, isso aqui era uma terra indígena!

Eu vi tá tirando lá, óia tiraram tudo devagarinho. Com pincel, assim, né. Por causa dos ossos...cada nego com canela desse tamanho assim! (risos)

O sítio arqueológico da Praia da Tapera foi descoberto em decorrência do aparecimento de um esqueleto humano encontrado por moradores durante a retirada de areia para construções (ROHR, 1966). Posteriormente, escavado oficialmente pelo Arqueólogo Padre João Alfredo Rohr, a partir de 20 de agosto de 1962. Cabe ressaltar que os primeiros achados da região da Tapera ocorreram em 1958, na Ponta da Caiacanga Mirim (Base Aérea de Florianópolis) (ROHR, 1966) durante a construção das vias internas na Base. Na Base, além das ossadas, consta um importante conjunto de oficinas líticas (ver Figura 56 e 57) catalogado por Rohr em 1958.

FIGURA 56: PRIMEIRO CONTATO PESSOAL DO AUTOR COM AS OFICINAS LÍTICAS DA PONTA DA CAIACANGA MIRIM, EM TERRAS DA BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS



FONTE: RITA DE CÁSSIA (2019); ACERVO DO AUTOR

FIGURA 57: OFICINAS LÍTICAS DA PONTA DA CAIACANGA MIRIM, EM TERRAS DA BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

No caso da Tapera, na foz do Rio da Èra (ver Figura 58) foram encontrados 172 sepultamentos concentrados em 608 m² de um total de 2.000 m² da área escavada (SILVA, SCHMITZ et al, 1990). Entre os muitos materiais escavados, destacam-se, de acordo com os relatos de Rohr (1966): 8 toneladas de conchas, 2 m³ de ossadas de aves e mamíferos, artefatos de pedras, 700 pontas de flechas, 350 objetos de adorno, 24 mil fragmentos de cerâmica indígena e 150 machados de pedra inteiros.

FIGURA 58: LOCALIZAÇÃO DO RIO DA ÈRA, AO FUNDO A PONTA E O MORRO DA CAIACANGA MIRIM



FONTE: AGUIAR (2021)⁹⁸, ADAPTADO PELO AUTOR

Esta importante escavação foi noticiada pelos jornais (ver Figura 59 e 60 para ler matéria na íntegra) do Brasil e despertou o interesse de arqueólogos do Museu Nacional dos Estados Unidos, responsáveis por realizar as análises de Carbono 14 e determinarem a idade do sítio (ROHR, 1966).

FIGURA 59: PUBLICAÇÃO SOBRE OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NA TAPERA EM 1964



FONTE: O CRUZEIRO (1964)⁹⁹; BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, ADAPTADO PELO AUTOR

⁹⁸ Quadro de vídeo (frame) oriundo de material audiovisual disponível na internet no canal de Renato Aguiar. Ver fonte nas referências.

⁹⁹O Cruzeiro. Edição 24, publicada em 21 de março de 1964.

FIGURA 60: PUBLICAÇÃO SOBRE OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NA TAPERA EM 1964, CONTINUAÇÃO.

A FACE OCULTA DO ÍNDIO

continuação da página 21



OS CRANIOS encontrados pelo Padre Rohr são colecionados segundo a procedência. Na foto, estão os que ele chamou de Homens da Tapera.

UM padre gaúcho, nascido em Lageado, tendo chegado a Florianópolis no ano de 1946 para ser professor de Física e Química do melhor colégio de Santa Catarina ao início das férias, arma-se de um velho jipe, barraca e ferramentas e muda-se para as cercanias da Ilha, em busca dos sambaquis. É ele o Padre João Alfredo Rohr S. J., autoridade mundial em Arqueologia, membro de várias associações culturais e correspondente dos principais arqueologistas do Mundo.

Em vários trabalhos publicados assimila o Padre Rohr que o homem primitivo não somente deixou na Ilha marcas indelévels da sua passagem, mas é mesmo se apresenta ainda hoje, como que em pessoa, nos seus esqueletos. O aparecimento destes esqueletos, nos campos, roças e praias da Ilha, é ocorrência tão corriqueira, que o morador atual, do extremo sul ao extremo norte da Ilha, a eles se refere com a maior naturalidade.

Interessante acompanhar o processo de trabalho que desenvolve o Padre Rohr em suas explorações através do relatório que trata da exploração da jazida Arqueológica da Tapera, cuja abertura se deu a 20 de agosto de 1962 e se encerrou a 21 de dezembro de 1963.

A área perturbada pelos exploradores de areia abrange uns 40 m². O material rolado desta área já foi quase todo peneirado, através de malha com tela suficientemente estreita para reter qualquer dente humano. Verificamos, logo de início, com grande satisfação, que o material se presta ótimamente ao pensamento. A peneira, até a presente data (3 out. 62), trouxe à luz o seguinte material, procedente da área perturbada:

Material ósseo: restos de esqueleto humano adulto, mandíbula completa, em três fragmentos, mas sem dentes. A mandíbula apresenta uma regressão acentuada, provocada pelo desgaste e começo da rejeição dos dentes. Os dois molares extremos esquerdos, já em vida do indivíduo, haviam caído, pois os alvéolos se acham cicatrizados. Os dois ramos ascendentes, largos e altos, revelam, ainda, o primitivo vigor da mandíbula do homem pré-histórico; 12 dentes humanos com a abrasão característica em elevado grau; 55 fragmentos de caveira; 355 fragmentos do esqueleto do tronco e dos membros; 5 pontas de flecha, sendo duas de osso de pássaro e uma de procedência duvida.

Material lítico: um pequeno machado (raspador) de 6,5 cm de comprimento e 4 cm de largura, de corte alisado. Amolador. Batedor com depressão (quebra coquinhos). Cerâmica. Dois fragmentos de cerâmica gravada, de origem guarani.

Pela idade estimada chega-se à conclusão, com absoluta certeza, de que os esqueletos encontrados pertenceram a povos de cultura pré-colombiana. Dentro da camada não foram encontrados objetos da cultura atual. Até 15 cm encontraram (o que é natural). Após 15 cm, não. Admite-se que sejam da mesma idade dos sambaquis. Foram expulsos ou extintos pelos guaranis. Segundo todas as aparências, os esqueletos encontrados (em número de 99) pertencem à idade dos sambaquis, isto é, têm mais de 1.000 anos.

Fácil é comprovar pela análise radioativa — somente realizada na América ou Europa — através do processo conhecido como determinação do Carbono 14, encontrado no carvão de madeira. Do governo do Estado o Padre Rohr recebe toda a gasolina necessária e operários para as escavações. Quando puder pagar a análise radioativa, esta determinará a idade das árvores que existiam e em conseqüência está determinada a idade dos homens que habitavam a região. Enquanto não consegue a ajuda suficiente para esta determinação, prosseguirá o padre a buscar sambaquis, desenterrar esqueletos milenários, juntá-los em seu pequeno museu (onde já se encontram centenas de esqueletos e milhares de utensílios utilizados pelos povos pré-colombianos) constituindo seu trabalho, executado durante as férias escolares uma contribuição da cultura catarinense para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina e do Brasil.

O CRUZEIRO, 21 - 3 - 1964

SORRISO NOS LÁBIOS...



CAFIASPIRINA NO BOLSO

PREVINA - SEI À primeira pontada de uma DOR de CABEÇA tome 1 ou 2 comprimidos de CAFIASPIRINA

SEJA PRUDENTE! Para que depois de uma festa a RESSACA não lhe estrague o dia, tome antes de dormir 2 comprimidos de CAFIASPIRINA

E VIVA FELIZ sem DORES de CABEÇA, RESFRIADO e GRIPE com CAFIASPIRINA um produto BAYER

se é BAYER é bom

FONTE: O CRUZEIRO (1964)¹⁰⁰; BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, ADAPTADO PELO AUTOR

Com a chegada dos escavadores e pesquisadores em busca de mais achados, a movimentação incomum despertou a curiosidade dos sitiante que logo apareceram para conferir os trabalhos, conforme registro fotográfico (ver Figura 61 e 62).

¹⁰⁰O Cruzeiro. Edição 24, publicada em 21 de março de 1964.

A informante de 70 anos, hesitando comentar sobre o fato, relata:

Ah, isso aí a gente não sabe muita coisa. Porque aqui, lá na praia, era sambaqui! Eles acharam muitos ossos de pessoas, até canelas mesmo. Do osso da canela! A universidade veio e tiraram. Tiraram bastante ossos.

A gente foi lá vê o buraco, tudo...eu não me lembro muito, mas acho que a gente viu até os ossos.

Mas a gente não se interessava muito, entendeu?!

Ahh, eu não vou lá ver ossos de morto! Era assim né. Desulivre, a gente tinha até medo. E ficou assim, aquele pedaço ali, tem casa e tudo ali.

A informante de 88 anos, lembra com carinho daquele momento. E ainda comenta da sua interação com o padre que escavava:

Ainda vou te contar uma história: lembro ó...tava eu e muitas amigas e tinha um amigo, que esse eu conheço.

Nós chegemo na praia! Vamo vê, vamo vê, que que esse padre tá fazendo!

Era um padre, tava cavando... perguntei: “O que que o senhor tá fazendo?”

Aí ele assim: “To procurando esqueletos de índio!”

Aí ele disse: “ó aqui tem um ossinho ó!”

E fazia assim com o pincel (demonstrando)

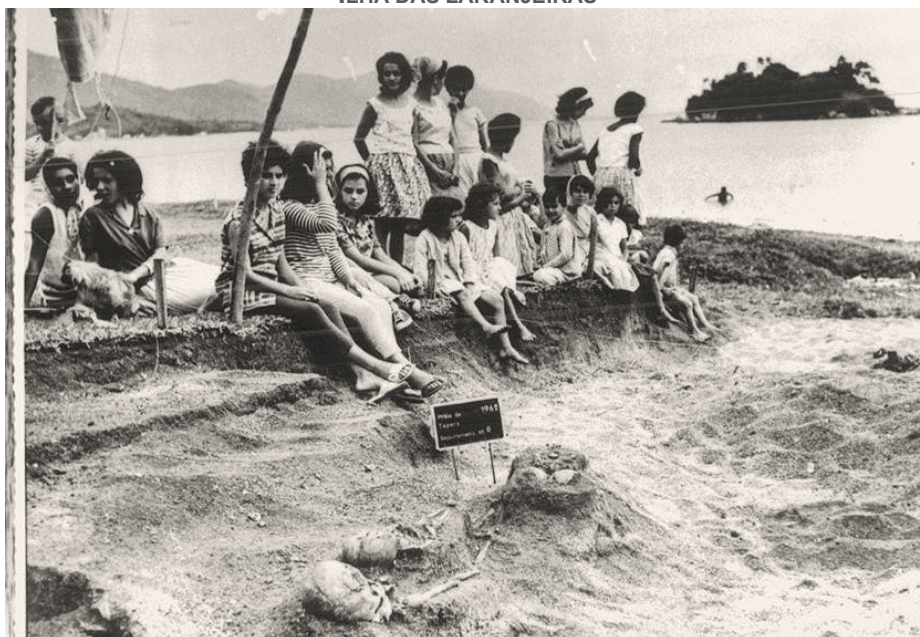
Aí, esse meu amigo, e primo, disse assim pra ele: “oh padre, hoje é uma sexta-feira santa, se come carne?”

O padre só olhou pra ele e disse: “faz o que eu mando, mas não faz o que eu faço”.

Aí olhei pra ele, pro Darci, começemo a ri, saímos tudo de farra brincar na praia! Nós era tudo jovem. A história do índio taí! Taí, a cavação.

Vi com esses olhos que a terra há de comer um dia!

FIGURA 61: CRIANÇAS OBSERVAM AS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA PRAIA DA TAPERA, AO FUNDO A ILHA DAS LARANJEIRAS



FONTE: CASA DA MEMÓRIA (1962)¹⁰¹

¹⁰¹ Fotografia integrante do acervo da Casa da Memória, instituição pública vinculada à Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes.

FIGURA 62: REGISTRO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO



FONTE: CASA DA MEMÓRIA (1962)¹⁰²

Além desses achados, muitas são as histórias a serem explorados. É interessante notar a memória vívida destes moradores com relação ao processo da construção do bairro, sua ocupação inicial e desenvolvimento.

5.6 A Tapera cresceu!

A percepção dos moradores sobre o crescimento do bairro é algo que tem sido comentado entre a população ocupante antes dos anos 1980. A observação coletada é com relação ao aumento de construções de residências e na consolidação de vias e serviços públicos.

Considerando o último censo realizado pelo IBGE(2010), a Tapera era composta por 3.321 domicílios particulares e uma população de 9.715 pessoas¹⁰³

¹⁰² Fotografia integrante do acervo da Casa da Memória, instituição pública vinculada à Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes.

¹⁰³ Segundo conversa informal com um profissional de saúde na Unidade Básica de Saúde da Tapera, eles realizam cerca de 15 mil atendimentos por ano e têm aproximadamente 25 mil pessoas registradas no sistema. Ainda de acordo com o informante, este é um dado impreciso, pois podem ocorrer registros duplicados e considerar ex-moradores que não foram removidos do cadastro.

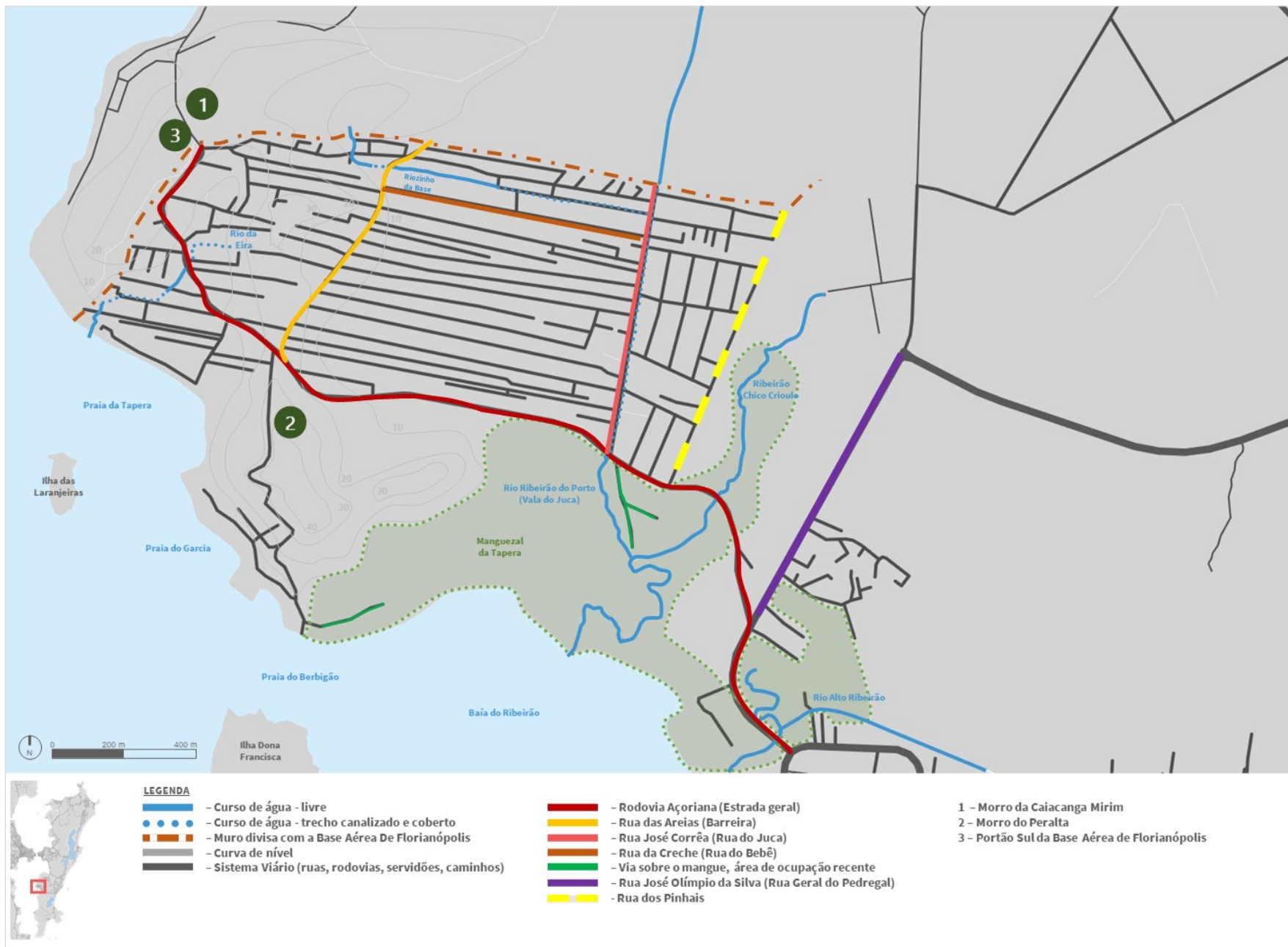
(IBGE, 2019). Comparado aos dados do censo de 2000, conclui-se que entre 1990 e 2000 a população aumentou em cerca de 250% (D'AGOSTINI, BONATTI E COL., 2011).

O crescimento populacional da Tapera foi potencializado a partir da ocupação da área plana do bairro, das planícies alagadiças. Deste modo, como as ocupações ocorreram em momentos distintos, nem todos os moradores se identificam com a demarcação territorial reconhecida pela prefeitura. Esta relação de pertencimento com uma parte do bairro, foi estabelecida a partir das ocupações iniciais. Sendo assim, há a possibilidade de definirmos 3 momentos distintos do processo de ocupação territorial. São eles: a ocupação do Morro da Caiacanga Mirim e Praia da Tapera, o parcelamento das terras que formaram a região do Morro do Peralta, Rua das Areias (Barreira) e da Rua do Juca (Rua José Corrêa) e ocupações das adjacências da Rua dos Pinhais e do Pedregal (ver Figura 63).

Ressalta-se que estas ocupações não serão analisadas como fatos ocorridos de forma isolada. As ocupações ocorreram concomitantemente em diferentes pontos do território, ainda que menos expressivas a depender da localidade.

Mediante o conjunto de leis que denominaram as ruas já existentes como via pública, à época que estas ainda eram caminhos por entre as casas e careciam de serviços públicos essenciais, como água encanada e energia elétrica. Atualmente a Tapera é formada por 108 vias e logradouros públicos reconhecidos por lei e uma via (Servidão Beira Rio) sem regulamentação, por ser uma ocupação sobre parte do mangue, cujo zoneamento delimita como Área de Preservação Permanente (APP). Nesta servidão constam 22 residências, na qual seus proprietários estão sob ação administrativa na Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) desde 2009 (GONÇALVES, 2016).

FIGURA 63: LOCALIZAÇÃO DAS REGIÕES E SUAS OCUPAÇÕES



FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR

O topo do Morro da Caiacanga Mirim (ver Figura 62) é ocupado pelas edificações administrativas e residenciais dos oficiais da Base Aérea de Florianópolis, Capela São Lucas e Escola de Ensino Básico Tenente Almáchio. Parte do seu acesso é de uso controlado, pois pertence à Base (ver Figura 63).

FIGURA 64: VISTA PARCIAL DA BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS E DA TAPERA



FONTE: AMAB (2017), ADAPTADO PELO AUTOR

A Rua das Areias, popularmente conhecida como “Barreira” é uma via localizada na base do morro. Com um suave declive, esta rua é uma das primeiras aberturas que contribuíram para a ocupação do interior do bairro. Ela foi oficializada pela lei municipal nº 3027 de 1988, em 11 de outubro de 1988¹⁰⁴. Esta via subcoletora se conecta com outras 26 ruas e servidões e com a Rodovia Açoriana, principal coletora do bairro. Inicialmente a Rua das Areias era apenas um caminho percorrido por entre as plantações, até a sua consolidação como estrada de chão, e sendo pavimentada pela primeira vez cerca de 15 anos após a sua abertura.

A região da Rua das Areias (Barreira) tinha como referência uma jazida de argila explorada para realizar os aterramentos na comunidade. Esta jazida é parte da cadeia de morros que compõe o bairro e a Base Aérea de Florianópolis. Cujas argilas já foram objeto de escavação e aproveitamento (INFRAERO, 2011) no

¹⁰⁴ Florianópolis, 1988

aterramento como reforço do sub-leito do pavimento aeroviário (BRASIL, 2008) e da pista de aterrissagem do aeroporto.

Com relação ao núcleo do Morro da Caiacanga Mirim, o informante de 63 anos, morador nas proximidades do portão sul da Base há 33 anos, ressalta:

Nessa frente aqui, do morro pra cá. A Tapera se concentrou aqui. Nós morador antigo daqui, consideramos a Tapera do Morro do Peralta pra cá. Do Morro do Peralta pra lá nós não consideramos Tapera. O morro do Peralta é onde tem a farmácia. Ali onde entra pra Barreira. Entendeu? Então, dessa rua pra cá a gente considera Tapera. E aí botaram a Tapera até o Pedregal, que pra nós não tem nada a ver. Entendeu? Pedregal fazia parte do Ribeirão e não da Tapera.

Ele comenta que a parte baixa do bairro era considerada inabitável, pois suas terras são alagadiças¹⁰⁵, com acúmulo superficial de água em dias de chuva e lençol freático aflorado. O rio existente na Rua do Juca é retificado originando a vala de drenagem, um dos remanescentes dessa adaptação do território às necessidades de se habitar a região. Pois, por serem alagadiças, estas áreas não eram acessadas pelos moradores ocupantes das chamadas “partes altas” do bairro, nos morros.

Com relação à ocupação da Rua das Areias (Barreira), o informante relata que durante um período de estadia fora do município, observou um aumento da ocupação do bairro ao observar o bairro da Rua da Ilha, próximo ao Morro do Peralta. Ele comenta:

Isso aqui foi...né...vamos dizer, praticamente de uns 25 anos pra cá! Nós saímos daqui pra Santa Maria! Eu saí daqui em 83! Cinco anos ficamos morando lá. Quando eu voltei, eu saí daqui e fui na ilha, lá do berbigão. Olhei pra cá, eu disse “meu deus eu vou em casa”. Voltei em casa, chamei a esposa: “nega, vem cá que eu quero te mostrar uma coisa”. Saímos, fomos lá em cima do morro, aí eu disse: “agora tu olha pra trás”. “Meu deus nego, o que que é isso?” (a esposa falou) “A Tapera inchou!” A Tapera era mato! Cinco anos fora! Isso foi de 83 a 88! Em 88 que aconteceu isso. Quando saímos não tava com aquilo! Ali não tinha nada! Não tinha...era bem pouquinha.

¹⁰⁵ De acordo com Cesa (2008), quase metade do território da Tapera está situada sobre depósitos marinhos holocênicos entre 1 e 3 metros de altitude. Esta condição topográfica e os tipos de depósitos arenosos, argilo-arenosos e argilosos, com o nível do lençol freático muito próximo à superfície, não facilitam o escoamento das águas de qualquer natureza. Isto também significa que os esgotamentos sanitários que vão direto para o solo ou para os pequenos rios, contaminam o lençol freático, os rios e as águas costeiras onde deságuam.

Este é um importante testemunho sobre a percepção do aumento no número de residências construídas no bairro. O local comentado pelo informante tem a visão semelhante à da Figura 65. Este é um dos pontos mais altos do bairro, com vista panorâmica para toda a sua extensão.

FIGURA 65: DO MORRO DO PERALTA, VISTA DA PARTE BAIXA DO BAIRRO, AO FUNDO O AEROPORTO E MORRO DA COSTEIRA DO PIRAJUBÁÉ



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

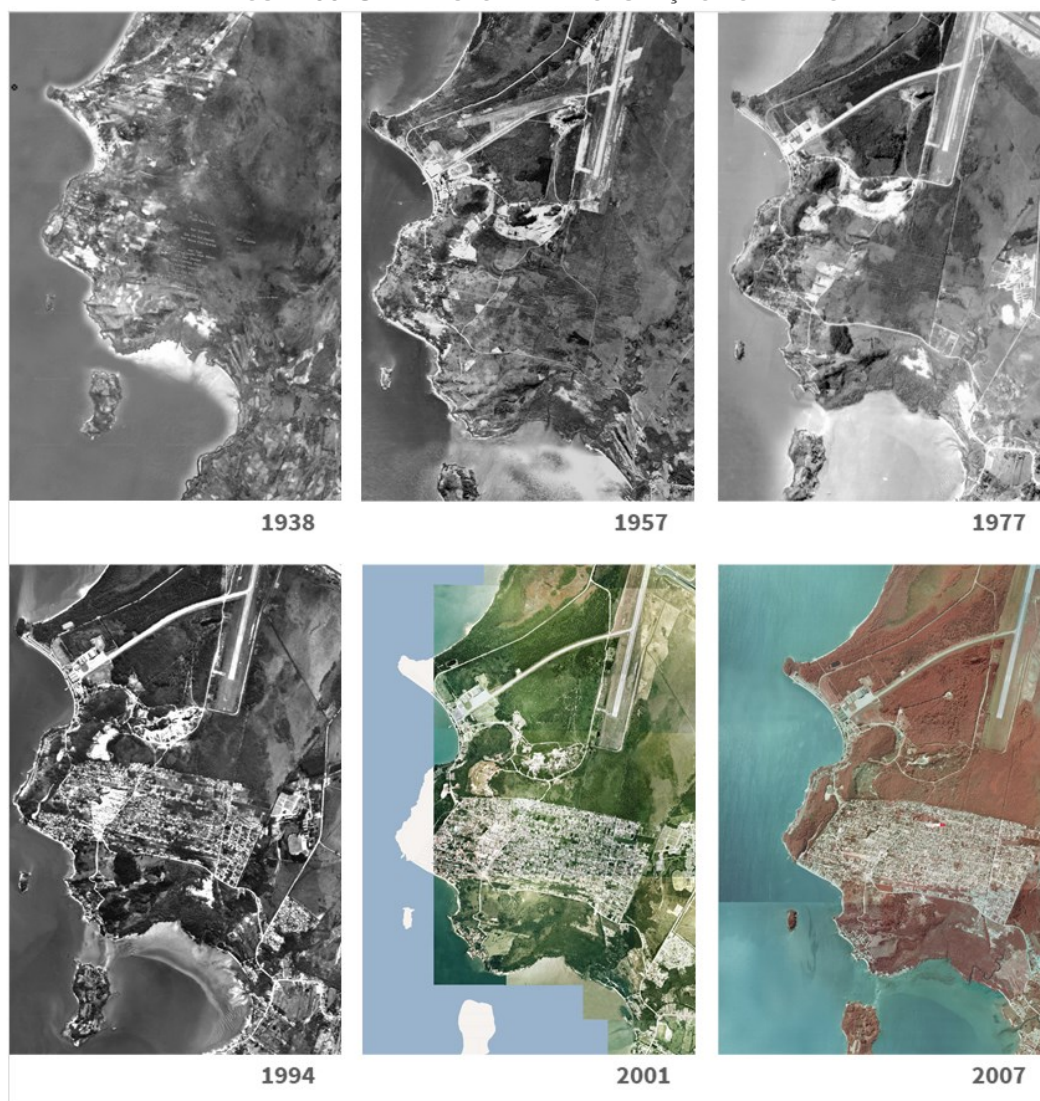
A informante de 80 anos, ex-proprietária de lotes na comunidade, também relata que devido a invasões ocorridas nestas áreas alagadiças dos lotes, a partir de 1985 seu marido havia iniciado a demarcação da sua propriedade a fim de evitar as ocupações e possibilitar o desmembramento da terra. Deste modo:

*Eu acho que quando nós chegamos, que o meu marido mediu tudo, lá da praia até aqui o nosso pra ver direitinho a coisa!
Aí, o pessoal se alinhou e começou a vender. Sabe?
Que o pessoal se perdia né...”onde é que era a divisa”, “onde é que era isso ou aquilo?”*

Então ele, pra tirar o nosso, começou a vir desde a praia até o terreno, daí o pessoal...ficou mais fácil de fazer, juntos, né?! Ele via o de cada um! Resolveu despedaçar e aí todo mundo vendeu. Aí foi quando ela começou a ser mais habitada, né. Aí depois ela foi se desenvolvendo!

Na busca sobre este processo de crescimento, a partir da análise das leis municipais, observou-se que entre os anos 1988 e 1989 foram criadas regulamentações que denominaram 46 vias públicas¹⁰⁶. Na Figura 66, é possível observar o aumento da ocupação territorial relatada pelo informante, principalmente entre os anos 1977 e 1994.

FIGURA 66: SÉRIE HISTÓRICA DA OCUPAÇÃO DO BAIRRO



FONTE: FLORIANÓPOLIS (1938;1957;1977;1994;2001;2007), ADAPTADO PELO AUTOR

¹⁰⁶ Dados oriundos a partir da sistematização de leis aprovadas entre as décadas de 1980 e 2010. Neste período, foram aprovadas leis denominando e reconhecendo 99 vias e logradouros de um total de 108 vias existentes no bairro. Deste montante, 4 vias não estão previstas em lei, 1 consta como irregular e 2 surgiram a partir da subdivisão de lotes consolidados.

A figura em série histórica, revela aberturas de vias em meio a vegetação em forma de loteamento. Estas vias hoje são em sua maioria servidões. Ao observar as imagens, depreende-se a consolidação das ocupações e os limites do bairro com as áreas adjacentes. Tais ocupações não recebiam investimentos públicos em serviços urbanos gerando transtornos à comunidade ali assentada.

Como até o ano de 1998 não havia pavimentação nem sistema de drenagem, em dias de chuva, por exemplo, era inviável transcorrer pela Rua das Areias (Barreira) (ver Figura 67), aquela formada a partir de um recorte em jazida de argila, obrigando os moradores a saírem com o calçado protegido por sacola plástica.

FIGURA 67: RUA DAS AREIAS (BARREIRA), AO FUNDO MORRO DA COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2021)

A informante de 88 anos, moradora próximo ao Rio da Êra, reafirma a condição do bairro como apenas uma parte do território:

Lá não tinha nada!

Barreira, ali, não tinha nada! Era só a Tapera!

Lá, a rua do Juca só passava de pé e bicicleta, só!

Muita aquela Rua do Juca eu atravessei pra trazer molho de lenha, do lado de lá, pra cá!

Muito boi a gente escutou...corre agora com molho de lenha nas costas...muito eu corri com aqueles molho de lenha!

A Rua das Areias (Barreira) é conectada com a Rua do Juca por várias servidões e ruas. A principal delas é a Rua da Creche (popularmente conhecida como Rua do Bebê).

A informante de 80 anos, relembra:

*Não tinha a barreira. Era só mato. Só mato.
Tinha, assim, umas servidõezinhas assim, uns atalhos, né!
E lááá embaixo, na rua do Juca, tinha uma casinha, que era de um funcionário do colégio aqui de cima.*

Com relação à Rua do Juca (Rua José Corrêa), esta é uma via que surgiu da necessidade de acessar facilmente a Base. Na lateral dela existe o Rio Ribeirão do Porto, atualmente canalizado e coberto, conhecido popularmente como a “Vala do Juca”.

Sobre a relação da comunidade com este rio, o informante de 63 anos comenta:

*Muitos diziam que era vala né, como era lote do seu Juca: vala do Seu Juca!
Aquela vala dava peixe também! Vem lá da pista da base, que a gente pegava peixe ali também, pegava de caniço.*

Já o informante de 87 anos conheceu o Seu Juca e relata a origem da rua:

*Ah! Aquela vala lá né...é lá era onde ele morava ali!
Ele morava lá na torre, lá no avião, entendeu, tiraram ele de lá!
Desmancharam aquilo tudo de lá e botaram ele ali, no lado da vala.
Lá por dentro tinha uma vala que a gente passava de bicicleta, pela beiradinha.
O pessoal do Ribeirão da Ilha, que trabalhava lá pra Base, passavam por ali.
Não era Rua do Juca, era um trilho. Hoje é a Rua do Juca!
Juca foi morar ali. Dali ele construiu uma casa pra ele! Quem fez a casa dele foi eu mais dois funcionário da aeronáutica!
Entendeu! E era estradinha de bicicleta, de carroça, tal.*

Segundo o militar aposentado, informante de 63 anos quando perguntado sobre a rua comenta que, além de surgido como um caminho, ainda relembra sobre os acesso aos lotes:

*Sempre existiu como uma vala
Era uma estradinha de bicicleta. Que era o Seu Plácido, Seu João, tinha outro, que trabalhavam na caldeira da Base.
Então eles tinham que tá lá na Base quatro da manhã.*

Então eles passavam pela aquela ali, tinha uma estradinha e tinha uma ponte, entendeu.

Dali eles pegavam a Base, porque atrás tinha uma estrada mais larga né, e iam pra Base trabalhar e voltavam, então! O pessoal passava ali.

Ali que depois o Seu Juca, que abriu a estrada.

Aí, o pessoal começou a construir nos dois lados e começaram a fazer tipo umas ponte.

Umas pontezinha pra ir pra casa.

Foi quando a prefeitura foi lá e canalizou aquilo tudo e fez tipo um calçadão né, tipo um calçadão. Aquilo é tudo banhado.

As pontes citadas pelo informante (ver Figura 68 e 69) eram feitas pelo próprio morador, comumente construídas em madeira. E as que faziam conexões com as ruas e servidões tinham estrutura reforçada em concreto. Além das enchentes, por conta do rio poluído, a população convivia com ratos, mosquitos e cheiro de esgoto¹⁰⁷.

FIGURA 68: PONTES NA RUA DO JUCA, 2006



FONTE: CESA (2008)

¹⁰⁷ Silva, 2006.

FIGURA 69: ENCHENTE NA SERVIDÃO VERDE, 2006



FONTE: CESA (2008)

A Tapera transcorreu por inúmeras transformações, físicas e sociais nesses períodos de expansão. A percepção de quem é morador do bairro pode variar de acordo com a localidade e a década que chegou ao bairro. O núcleo inicial expandiu-se e teve suas atividades descentralizadas. Há novas opções de lazer, como praças e campos, novas escolas e serviços públicos de saúde. A dinâmica populacional é percebida nos sotaques distintos ao caminhar pelas ruas e comércios. Ainda que tardias, as qualificações urbanas estimularam a população a percorrer por suas ruas e vielas.

5.7 Flanando pela Tapera de 2019 a 2021: em primeira pessoa

Para quem chega na Tapera pela Base Aérea, logo na subida do Morro da Caiacanga Mirim, encontrará a Capelinha de São Lucas e a Escola Tenente Almáchio. Estas duas edificações fazem parte do limite entre a Base a Tapera. Ao olhar em direção à comunidade, o morro com as casas destaca-se pelo Morro do Ribeirão da Ilha ao fundo (ver Figura 70). O portão da Base controla a entrada pelo acesso sul do bairro (ver Figura 71).

FIGURA 70: ENTRADA DA TAPERA, PORTÃO SUL DA BASE, AO FUNDO MORRO DO RIBEIRÃO DA ILHA



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2021)

FIGURA 71: PORTÃO DE ACESSO SUL DA BASE, AO FUNDO ESCOLA TENENTE ALMÁCHIO



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2021)

O início de uma das extremidades da Rodovia Açoriana é neste ponto. Percorrendo pela rodovia, é possível acessar diferentes locais do bairro.

Caminhar pela Tapera é um ato comum entre os moradores. Desde criança costumava andar pelo bairro. Passeios de bicicleta pelas ruas de barro, aventuras de verão na praia, competição de nadar mais rápido até a Ilha das Laranjeiras, tirar berbigão.

Ainda que na Tapera tenha apenas duas edificações consideradas de valor histórico, sempre me interessei em observar a relação que as residências antigas mantinham com a rua (ver Figura 72). Esta característica se revela nas alturas dos muros, nas janelas e portas abertas de frente aos portões e na grande circulação de pedestres pelas ruas, calçadas e cantinhos disputados por automóveis e ciclistas

FIGURA 72: CONJUNTO DE CASAS, NO LOCAL DO ARMAZÉM DO ATAÍDE



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2021)

Ao caminhar pelo bairro é possível prestigiar as casas térreas, a população na rua conversando sentada nas calçadas e apoiadas nos muros. O dia é agitado. Por ser um bairro com apenas uma entrada e saída, este limitador contribuiu para o fortalecimento do comércio local que se distribui pela Rua das Areais (Barreira), Rua do Juca, Pedregal e mais recentemente em partes da Rodovia Açoriana.

Por estarem conectas ao acesso principal, fazem a distribuição no interior do bairro. Ao conectar as grandes glebas de terras, possibilitou o parcelamento em lotes menores, consolidando as extensas servidões (ver Figura 73 e 74).

FIGURA 73: VISTA DA RUA DO SOL NASCENTE (NO ALTO DO MORRO), EM DIREÇÃO À RUA DAS AREIAS



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2021)

FIGURA 74: VISTA DA RUA DAS AREIAS (BARREIRA) À RUA DAS PÉROLAS EM DIREÇÃO À RUA DO JUCA, PARTE BAIXA DO BAIRRO.



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

O transporte coletivo percorre pelas principais ruas. No fim de tarde pode ser percebido a multidão que desce dos ônibus em direção às suas casas. Ao longo do caminho a troca de cumprimentos fortalecem a relação de vizinhança.

Chegando próximo da Rua da Praia, encontra-se a bifurcação do morro que originou a Rua das Areias (Barreira) e a Praia da Tapera. Neste local ocorre a “Feira de Quarta”, na qual comerciantes vendem diferentes tipos de produtos (ver Figura 75).

FIGURA 75: FEIRA DE QUARTA



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

No topo do Morro do Peralta, subindo pela Rua da Ilha, é possível observar a parte mais plana do bairro e com maior ocupação (ver Figura 76). Era naquela baixada que serpenteavam os rios. Popularmente conhecida como Barreira, por conta do grande morro de barro que existia ali, desmanchado para servir aos

aterramentos e construções das primeiras residências, a Rua das Areias com 690 metros de extensão conecta de norte a sul as 26 ruas e servidões perpendiculares.

FIGURA 76: TOPO DA RUA DA ILHA, AO FUNDO A PLANÍCIE DA TAPERA



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

Descendo a Rua das Areias (Barreira) é possível encontrar o trevo com a Rua do Bebê (atual Rua da Creche), naquele local (ver Figura 77) está a edificação que abrigou a primeira padaria do bairro. De propriedade do Senhor Bebê, como era popularmente conhecido, a rua foi loteada sendo ocupada por residências e áreas de pastagem para animais até o início dos anos 2000. Esta rua foi pavimentada com lajotas em 2002 e asfaltada em 2019.

FIGURA 77: EDIFICAÇÃO DA PADARIA DO BEBÊ, AO LADO DIREITO A RUA DA CRECHE



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

A música “Beco da Maldade”, escrita e cantada pelo grupo de rap “Atrito Constante”, formado por jovens moradores da comunidade nos anos 2001, cita a padaria e traz um pouco da convivência no bairro. Ao relatar a vida no bairro, a canção começa citando a violência:

Beco da maldade veia, conhecido assim
Submundo pros outros, melhor lugar pra mim!
Ibope na mídia a violência sempre tá em alta! [...]
(KANIGIA et al, 2001)

Os anos 1990 foram marcados por mudanças sociais e conflitos na comunidade. Os moradores já percebiam a transição ao qual o bairro estava transcorrendo. Além dos casos de violência, a música revela a rua sendo os lugares de lazer daquela juventude:

“Chegando, então, na barreira agora.
Tamo descendo, vamo cair fora!
É só olhar pai, mãe e filha. O sofrimento na cara da família!
Cabeçada reunida pra bater uma bola.
Pode ser no mangue ou na quadra da escola.”

“A noite chega e ninguém vai se esquecer: roda de break na padaria do Bebê

Geral dos cana ali, nunca tem flagrante
Só ideia venenosa, atrito constante.
O tráfico e a bandidagem nunca vai ter fim.
Na Tapera pode se dizer que é assim.
Molecada crescendo, violência ao redor
Coragem, sorte ou fé: decida o que é melhor
Melhor se cuidar, na noite não vacilar
Beco é o lugar, perigo a circular [...]

“Relato só o que eu vivo
Você não percebe?! [...]
(KANIGIA et al, 2001)

A música relembra a Padaria do Bebê como um ponto de encontro aos moradores. Fica registrada também, a vivência de jovens que cresceram num bairro, cuja transição do rural para o urbano ocorria rapidamente e, sem quaisquer infraestruturas de qualificação à comunidade. Ao mesmo tempo, a canção reconhece que a onda de violência não era algo exclusivo da comunidade e sim um problema social enfrentado em outros bairros da região. Em outro trecho da música, Kanigia et al (2001), prossegue:

O comentário no bairro é sobre a onda de crime
O medo que já existia chega ao seu limite.
Moradores antigos relatam com sofrimento, se tivesse algum jeito de

voltar no tempo.
Pois alguns anos atrás, aqui era conforto.
Tranquilidade e beleza daqui já foram sinônimos
Hoje é bem diferente do que se vê ao redor
Alguns trocam a escola pela grama do pó!
Molecada instruída para ter medo dos homens.
A viatura chegando, saí fora, corre, se esconde!
Droga, drogados, violência e criminalidade.
Mesmo surgem em grande quantidade.
Eu sei que em outras quebras também é assim
Apenas trago o relato que é duro assistir
Você tá viajando na reportagem do gueto.
Aqui dentro sangue bom, já não basta ter medo!

Tanto a padaria, como a violência já não são fatores que se destacam entre os moradores. Com a instalação de novas escolas e áreas de lazer este panorama tem significativas mudanças.

Seguindo pela Rodovia Açoriana, há uma ocupação mais ordenada ao lado esquerdo e um grande vazio urbano de aproximadamente 170 mil m². É nesta porção territorial que foi inaugurada a Escola Básica Escritor Salim Miguel, a maior escola municipal de Florianópolis, segundo a Secretaria Municipal de Educação-SME (2018), com aproximadamente 8 mil m² (ver Figura 78).

FIGURA 78: NO CENTRO DA IMAGEM, A ESCOLA BÁSICA ESCRITOR SALIM MIGUEL



FONTE: SOUZA (2021)

Na intersecção, entre a Rodovia Açoriana (Geral) e a Rua José Corrêa (Rua do Juca), está a Creche Municipal Anna Spyros Dimatos ao lado esquerdo e o

tradicional Sacolão de Frutas e Verduras do Direito do Campo (ver Figura 79).

FIGURA 79: CRECHE MUNICIPAL ANNA SPYROS DIMATOS (D) E FEIRA DE FRUTAS E VERDURAS(E), 2019. AO FUNDO O MORRO DO RIBEIRÃO DA ILHA.



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

É neste ponto que se encontra o único trecho descoberto do Rio Ribeirão do Porto (Vala do Juca). Atualmente ele percorrer pela lateral esquerda da edificação do “Sacolão” (ver Figura 80).

FIGURA 80: RIO RIBEIRÃO DO PORTO (VALA DO JUCA)



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

Ao chegar no Pedregal (ver Figura 81), o Trevo da Tapera é o único acesso para o bairro. Há um grande fluxo de circulação de veículos de diferentes lugares. A partir dele pode-se seguir em direção ao Ribeirão da Ilha (à direita) e para o Aeroporto e Centro (à esquerda).

FIGURA 81: TREVO DA TAPERA



FONTE: ACERVO DO AUTOR (2019)

Ao andar atento pela Tapera é possível observar uma comunidade sobre remanescente de glebas comunais e áreas rurais. Ainda permanecem em seu território outros remanescentes que ajudam a revelar parte desse processo de ocupação, como os rios, morros desmanchados, ocupação regular com lotes maiores nas áreas mais altas e as ruas tortuosas contornando a planície alagadiça.

6 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história recente da Tapera confunde-se com a da Base Aérea. Muitos acreditam que a área militar tenha impulsionado o crescimento do bairro. Este ensaio não pretende concluir sobre tais considerações, mas sim observar a partir dos relatos alguns dos rumos que a comunidade trilhou.

Ao estruturar os primeiros estudos para esta pesquisa surgiram questionamentos quanto a falta de documentos e materiais escritos sobre a comunidade. Diante disto, optou-se por aplicar os métodos de análise da memória e da história oral como condutores da narrativa proposta, elencados pelo objetivo de **(A) dissertar sobre a relação da memória com o espaço construído.**

Para **(B) compreender a urbanização do município de Florianópolis,** foram analisados os relatos e cartografias dos viajantes como modo de assemelhar-se à análise da história oral, proposta a partir do Capítulo 3, a fim de potencializar a aplicação da metodologia. No entanto, ficou reconhecido as dificuldades em utilizar destes documentos, considerando o etnocentrismo bastante incorporado em seus discursos.

Reconhecendo o acúmulo de histórias potenciais que permeiam a memória da comunidade da Tapera, ao iniciar as entrevistas com os informantes, foi possível reunir informações oriundas da oralidade que contribuíram na sucessão de achados pontuais.

Carecendo de um ponto de partida específico, uma referência sobre os acontecimentos relatados neste ensaio, a aplicação da entrevista semiestruturada viabilizou localizar os fragmentos históricos da Tapera e da Caiacanga Mirim, pela análise das memórias e histórias de vida dos informantes - tratadas aqui como fontes primárias. Considerando que o ato de contar histórias pressupõe ouvintes (HELLER, 1993), foi importante ir à campo atento aos detalhes, e disposto a presenciar distintos relatos sobre os possíveis fatos, respeitando o ponto de vista de cada informante.

Os achados posteriores pela compreensão de bibliografias, periódicos e documentos em geral foram classificados como fontes secundárias, de suporte à narrativa proposta. Ambas as fontes, primárias e secundárias, atendendo aos objetivos para **(C) identificar os aspectos do processo de formação**

socioespacial do bairro da Tapera e (D) realizar uma leitura do sítio físico do bairro Tapera, mediada pela história oral.

As metodologias potencializaram a participação da comunidade na construção do ensaio, pela oportunidade em serem agentes ativos – como o são – mas também em registrar estas vivências e suas convergências com a história da cidade.

É desafiador reunir e dissertar sobre a Tapera, com o propósito de incluí-la como parte da memória e história escrita que conhecemos sobre o município de Florianópolis. Porém, ele não termina aqui.

Este ensaio é um agrupamento de narrativas históricas de parte do processo de ocupação do atual bairro Tapera, principalmente dos ocorridos entre o século XX e início dos anos 2000. Portanto, ainda há muito para ser investigado, tornando esta pesquisa apenas uma provocação para futuros trabalhos que utilizem a história oral como mediador da história das cidades. Neste caso, sobre Florianópolis e, principalmente, a comunidade da Tapera e da Caiacanga Mirim.

Pois, tendo em vista o atual processo de especulação imobiliária das áreas periféricas de Florianópolis, e o processo de gentrificação torna-se um obstáculo ao registro da história destes lugares, cujas memórias são testemunhos de antigos moradores e frequentadores das comunidades.

Ainda que este trabalho tenha sido resultado de inúmeros fatores, principalmente relacionados à minha vivência como morador.

6.1 Potencialidades da dissertação

Escutar e reunir as histórias de diferentes atores foi de suma importância para esta realização. O método aplicado possibilitou o mapeamento e cruzamento das informações obtidas. Potencializando a observação do cotidiano neste ensaio.

A partir da oralidade, observou-se que, mutuamente, a história de vida carrega a história da cidade. No entanto, a memória pode confundir-se com a imaginação. E, é neste encontro, entre o real e o imaginário, que foram identificadas muitas das informações aqui reunidas.

Ainda que haja divagações no decorrer das entrevistas, estas também têm de ser consideradas como eixos conectores, momentos de pausa e

caminhos da lembrança: a lembrança do brincar (associada ao sítio arqueológico), das expulsões (com o crescimento da Base de Aviação), os anos na escola (localização inicial da comunidade), por exemplo, foram pontos de partida que nortearam o Capítulo 3 e 4 a partir da dimensão afetiva destes moradores com bairro, em comunidade.

A potencialidade deste ensaio, cujas histórias estão em construção contínua, é evidenciar as relações socioespaciais estabelecidas pela comunidade da Tapera.

6.2 Desafios enfrentados

O desafio deste ensaio foi encontrar material sobre a comunidade. Deste modo, optou-se por localizar nos fragmentos históricos, a partir da oralidade, vestígios que possibilitassem a construção de uma narrativa sobre os fatos.

Com relação às entrevistas, em função da Pandemia da COVID-19 ao qual estamos vivenciando, não foi possível convidar mais entrevistados. E desconsiderou-se a possibilidade de realizar entrevista via telefone por ser exaustiva e não possibilitar a real troca interpessoal, condição que só uma entrevista presencial potencializa.

Do ponto de vista da análise documental, outro fator que poderia ter contribuído para a ampliação do debate, seria o acesso às fotografias e documentos históricos sob a posse da Base Aérea de Florianópolis, que estão em processo de catalogação e arquivamento. No entanto, foi autorizado acesso ao espaço físico da base para visitar a Ponta da Caiacanga Mirim.

6.3 Singelas recomendações para trabalhos futuros

Este ensaio teve como foco a pesquisa em documentos e nas memórias pessoais dos habitantes a fim de localizá-las no contexto da história da cidade.

Devido a idade avançada que alguns moradores, testemunhas do processo de urbanização do bairro, é importante priorizá-los quando forem iniciadas as pesquisas.

Ao estar atento às entrevistas, surgirão palavras-chave que contribuirão na busca de mais informações. Contudo, considerando que os fatos históricos são modificados e sucessivamente reorganizados ao decorrer do tempo, pode ser que alguns eventos estejam camuflados em contextos distintos. Como por

exemplo, as diferentes denominações para o baixio da Caiacanga Mirim: que passa à condição de Campo de Aterrissagem na década de 1919, Base de Aviação Naval em meados de 1930 e Base Aérea de Florianópolis a partir de 1960. Quando utilizada a denominação certa na busca, poderão surgir novos caminhos a serem trilhados a partir de diferentes contextos históricos, ampliando a gama de possibilidades das análises.

As fotografias, principalmente àquelas oriundas do acervo pessoal dos informantes, são documentos que podem ser explorados para ilustrar e identificar os momentos distintos que o bairro transcorreu. É evidente que as câmeras fotográficas não eram objetos muito populares à época em que esta população ocupava o bairro. Porém, quanto maior a rede de contatos dentro da comunidade, maior as chances de obter achados deste tipo. Utiliza-se das fotografias como suporte na construção da memória, ainda que estas imagens sejam de ângulos e situações particulares de cada informante.

Além das memórias e fotografias dos habitantes, é pode-se obter variados registros e documentos nos equipamentos públicos inseridos dentro da comunidade. As escolas, creches, posto de saúde, centro comunitário, igrejas, Base Aérea, Fazenda Experimental da Ressacada etc. são instituições com acervo próprio e dados que, muitas vezes, estão apenas dentro de suas dependências físicas. Deste modo, merecendo serem explorados e sistematizados a fim de contribuir na produção do conhecimento pretendido.

Por fim, recomendo a análise dos arquivos da Biblioteca Nacional Digital, os quais foram amplamente utilizados neste ensaio. A plataforma da biblioteca dispõe de um significativo acervo da história do Brasil e do Mundo, devendo o seu conteúdo ser explorado e divulgado abundantemente. Nela é possível fazer cruzamentos entre palavras-chave, tipo de material a ser consultado, local e ano de publicação, de forma que auxiliarão na consulta de diferentes materiais de importância histórica.

REFERENCIAIS DE PESQUISA

A

ACERVO ARQUIVÍSTICO DA MARINHA. **Imagens históricas do Centro de Aviação Naval de Santa Catarina. 1932.**

Disponível em: <<http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/index.php/vista-do-centro-de-aviacao-naval-de-santa-catarina-com-a-esquadilha-na-praia>>.

Acesso em: 09 de janeiro de 2020

A GAZETA. **A aviação naval em Santa Catarina: rápido desenvolvimento da base de Caiacanga-mirim.** Edição 995. P.06. 23 de outubro de 1937.

Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/agazeta/1937/GAZ1937995.pdf>>.

Acesso em: 12 de julho de 2019.

_____. **Serviço de expansão agrícola e pastoril: posto de monta da Ressacada.**

Edição 1140. P. 04. 01 de maio de 1938.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=883123&pesq=%22%20monta%20ressacada%22&pasta=ano%201938\edicao%2001140&pagfis=6340>>.

Acesso em: 14 de julho de 2019.

_____. **Religião: São Lucas Evangelista – doação de imagem ao povo do Caiacanga mirim.** Edição 75. P.06. 14 de novembro de 1934.

Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=883123&pagfis=430>>

Acesso em: 12 de julho de 2019.

AGUIAR, Renato. **Ilha das Laranjeiras - Florianópolis/SC.** 2021. (5m36s).

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O6SWcX4vXLE>>.

Acesso em: 22 de julho de 2021

AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Os Tupinismos na linguagem rural paranaense.**

Revista Línguas e Letras: Estudos Linguísticos. Cascavel, n. 12, p. 99-125, 2006.

Disponível em: <[http://e-](http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/viewFile/893/758)

[revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/viewFile/893/758](http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/viewFile/893/758)>.

Acesso em 11 de maio de 2019.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado - Ensaios de teoria da história.** Bauru: EDUSC, 2007.

AMAB, Associação e Memória da Aéropostale no Brasil. **Patrimônio Material: Vestígios.** 2017

Disponível em: <<https://amab-zepferri.com/a-aeropostale/florianopolis-sc/patrimonio-material/>>.

Acesso em: 22 de junho de 2021.

ANCAB, Associação Nacional de Concessionárias de Aeroportos Brasileiros. **A história do Aeroporto Internacional de Florianópolis: Hercílio Luz retrata os primórdios da aviação na América do Sul. 2021.**

Disponível em: < <https://ancab.com.br/aeroportos/aeroporto-internacional-de-florianopolis-hercilio-luz/> >.

Acesso em: 10 de julho de 2021.

ANDERMANN, Adriane Schroeder. **A gente comia farinha do engenho: o engenho como espaço de memória - Tradição, folclore, imagens.** Ágora – Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - AAASC. Florianópolis, n. 25, p.24-55, 1997.

Disponível em: < <https://agora.emnuvens.com.br/ra/issue/view/24> >.

Acesso em: 01 de agosto de 2021.

APARICIO, Luz Fdez Valderrama. **La construcción de la mirada: Tres Distancias.** Sevilla, 2004.

ATUALIDADES (SC). **Morador na Fazenda da Tapera na Barra do Sul.**

Edição 7. P. 31. julho de 1948.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884294&Pesq=%22tapera%22&pagfis=806>>.

B

BATISTA, Karina Romariz. **Sertão do Peri: um olhar etnográfico.** PerCursos, Florianópolis, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em:

<<https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1432>>.

Acesso em: 02 agosto de 2021.

BAFL, Base Aérea de Florianópolis. **BAFL celebra 96 anos do Centro de Aviação Naval de Santa Catarina.** Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, 2019.

Disponível em: <<http://www2.fab.mil.br/bafl/index.php/2014-12-11-17-51-57/548-bafl-celebra-96-anos-do-centro-de-aviacao-naval-de-santa-catarina>>.

Acesso em: 06 de agosto de 2019

_____. **Histórico da Base Aérea de Florianópolis.** Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, 2019.

Disponível em: <<https://www2.fab.mil.br/bafl/index.php/historico>>.

Acesso em: 06 de agosto de 2019.

BENJAMIN, Walter. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. **Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura.** 3ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BLOG GUIEMI. **Foto da Prefeitura da Base Aérea de Florianópolis. 2010.**

Disponível em: <<http://guiemi.blogspot.com/2010/10/base-aerea-de-florianopolis.html>>.

Acesso em: 06 de agosto de 2019.

BND, Biblioteca Nacional Digital. **Sobre a BNDIGITAL, 2019.**

Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/missao/>>.

Acesso em: 12 de julho de 2019.

_____. **Mapa da ilha e porto de Santa Catarina, localizado na costa do Brasil e nas possessões portuguesas: com a indicação dos principais Fortes, Entrincheiramentos e Baterias que a defendiam, com a chegada da esquadra espanhola que a apreendeu em 23 de fevereiro de 1777.** 1777.

Disponível em: <

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart512350/cart512350.html>.

Acesso em: 05 de junho de 2019.

BNF Gallica Digital, Biblioteca Nacional da França. **Mapa da Ilha e porto de Santa Catarina.** Junho de 1777.

Disponível em: <<https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb442674352>>.

Acesso em: 05 de junho de 2019.

BOTO, Carlota. **O Brasil que Portugal escreveu: pedagogia e política sem comemorações.** Revista Brasileira de Educação. Editora Autores Associados, n. 15, p. 16-40, 2000.

Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/6364>>.

Acesso em: 04 de abril de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 353 , de 12 de julho de 1845, Designa os casos em que terá lugar a desapropriação por utilidade publica geral, ou municipal da Côrte - Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1845,** vol. 001, p. 29.

Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/594730/publicacao/15632580>>.

Acesso em: 21 de agosto de 2020.

_____. Capacidades. Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Definição da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).**

Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/dicionario/index/letra/z>>.

Acesso em: 24 de setembro de 2020.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria realizado pela Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União - Secob no objeto do Programa de Trabalho (PT) nº 26.781.0631.1F56.0042 – Melhoramentos no Aeroporto de Florianópolis/SC –, no âmbito do Fiscalis Execução 2008.**

Acórdão nº 331/2009. Processo nº TC-007.178/2008-6, V. 1, 2008

Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/tcu/..%5Ctcu%5CPDFs%5CAcordao3312009-TCU-Plen%C3%A1rio.pdf>>.

Acesso em: 12 de julho de 2019.

_____. Ministério da Educação; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **As Freguesias Luso-Brasileiras na Região da Grande Florianópolis.** Janeiro de 2015.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Freguesias%20-%20Resumo%20Dossi%C3%AA%20de%20Tombamento.pdf>>.

Acesso em: 05 de junho de 2019.

_____. Câmara dos Deputados. **A história da Câmara dos Deputados: 1ª República (15.11.1889 - 16.07.1934).** 2021

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/republica1.html>.

Acesso em: 29 de julho de 2021.

BRIGHENTI, Clovis. **Povos Indígenas em Santa Catarina**. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. ROSA, Helena; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs). Etnohistória, História Indígenas e 301 Educação: Contribuições ao debate. Porto Alegre: Editora Palotti, 2012.

Disponível em: <<https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>>.

Acesso em: 11 de maio de 2019

BURKE, Peter. Tradução de Magda Lopes. **A Escrita da História**. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

C

CARNEIRO, Glauco. **Florianópolis: Roteiro da Ilha Encantada**. Florianópolis: Expressão, 1987.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do reino do Brazil**. Tomo I. Rio de Janeiro: 1817.

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Aires%20de%20Casal-1.pdf>>.

Acesso em: 10 de junho de 2019.

CANUTO, Luiz Cláudio. Rádio Câmara. **Em 1763 a capital do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro**. Câmara dos Deputados, 2021.

Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/394447-em-1763-a-capital-do-brasil-foi-transferida-de-salvador-para-o-rio-de-janeiro/>>.

Acesso em: 22 de maio de 2021.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Pedro da. **Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2007.

CESA, Márcia de Vicente. **As condições hídricas e sócio-ambientais e os reflexos na saúde da população do Ribeirão da Ilha - Florianópolis/SC**. Dissertação (Mestrado em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008

Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91297>>.

Acesso em: 22 de julho de 2019

CONCEIÇÃO, Milton Luz da. **Evangelizar para Conquistar Almas, Urbanizar para Conquistar Territórios**. Projectare: revista de arquitetura e urbanismo. Pelotas, n.8, p.221-233, 2016.

CONSERVADOR: ÓRGÃO DO PARTIDO (SC). **Annuncios de Terras: Vende-se no lugar denominado Tapera, na barra do Sul**.

Edição 218. P. 03. 30 de outubro de 1889.

Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767069&Pesq=%22tapera%22&pagfis=4535>>.

Acesso em: 12 de julho de 2019.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi**. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

CORONEL, José Custódio de Sá e Faria. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021.

Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa552421/coronel-jose-custodio-de-sa-e-faria>>.

Acesso em: 12 de agosto de 2021.

D

DALCIN, Christiano Rigo. **Base Aérea de Florianópolis vai descadastrar passes livres existentes a partir de outubro.** ND Mais, 2019.

Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/base-aerea-d-florianopolis-vai-descadastrar-passes-livres-existent-a-partir-de-outubro/>>.

Acesso em: 06 de agosto de 2019.

D'AGOSTINI, Luiz Renato; BONATTI, Michelle; HOMEM, Larissa Hery Ito R.; RANGEL, Paulo Martins Rangel. **Relatório Técnico 5: Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil. Construindo capacidades - Subprojeto populações: Santa Catarina.** CERESAN/ UFRRJ - Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, Rio de Janeiro, v. 2, 2011.

Disponível em: <<https://fazenda.paginas.ufsc.br/files/2013/07/Tapera-relat%C3%B3rio-mudan%C3%A7as-climaticas-pag-560-a-606-de-Michelle-Bonatti.pdf>>.

Acesso em: 12 de julho de 2019.

DINIZ, Mônica. **Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira.** Histórica: Arquivos do estado de São Paulo, 2005.

Disponível em:

<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/>>.

Acesso em: 06 de agosto de 2019.

DUFNER, Emilio. O Apóstolo: Órgão do Postolado da Oração de Santa Catarina. **Conhecer para amar: Caiacanga-mirim era então um deserto.** Edição 370. P. 10. 15 de novembro de 1945a.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=307041&pasta=ano%20193&pesq=%22CAIACANGA-MIRIM%22&pagfis=1479>>.

Acesso em: 12 de julho de 2019.

_____. O Apóstolo: Órgão do Postolado da Oração de Santa Catarina **Conhecer para amar: relato de passeio à Caiacanga-mirim.** Edição 371. P.01. 01 de dezembro de 1945b.

Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=307041&pagfis=1483>>.

Acesso em: 12 de julho de 2019.

E

ESTADO DE SANTA CATARINA: DIÁRIO DA ASSEMBLEIA. **Lei nº 16.720, 8 de outubro de 2015 - Consolida as Leis que dispõe sobre a denominação de bens Públicos do Estado de Santa Catarina.** 9 de outubro de 2015, número 6.902. Florianópolis, 2015.

Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/diarios/pdf/6902dia.pdf>>.

Acesso em: 19 de agosto de 2019

E

FARACO, Mariana. **Após mais de 30 anos, bar do Armazém Vieira deixa de funcionar: Imóvel vai funcionar como espaço de eventos e fábrica de cachaças. Entrepósito erguido em 1840 foi declarado de valor histórico em 1984.** G1 - Portal de notícias da Globo Santa Catarina, 2017.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2017/02/apos-mais-de-30-anos-bar-do-armazem-vieira-deixa-de-funcionar.html>>.

Acesso em: 28 de julho de 2021.

FCC, Fundação Catarinense de Cultura. **Hemeroteca Digital Catarinense terá coleção completa do jornal O Correio do Povo.** Secretaria da Educação, 2017.

Disponível em: <<http://www.cultura.sc.gov.br/noticias/19803-19803-hemeroteca-digital-catarinense-tera-colecao-completa-do-jornal-o-correio-do-povo>>.

Acesso em: 06 de agosto de 2019.

FERNANDES, Antonio Carlos S.; FARIA, Felipe; ANTUNES, Miguel Teller. **Manuel Aires de Casal, o beemote de Jó e o registro das ocorrências fossilíferas brasileiras no início do século XIX.** Associação Brasileira de Filosofia e História da Biologia. Encontro de Filosofia e História da Biologia, v. 8, n. 2, p. 133-150, 2013.

FLORIANÓPOLIS. **Plano de Ação: Florianópolis Sustentável - Estudo Base de Crescimento Urbano - Estudo 3.** Relatório Final. Florianópolis: IBAM, 2015

_____. **Lei n° 2929, de 22 de julho de 1988. Denomina via pública de Rua José Olímpio da Silva,** 1988a.

Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1988/293/2929/lei-ordinaria-n-2929-1988-denomina-via-publica-de-rua-jose-olimpio-da-silva?q=tapera>>.

Acesso em: 12 setembro de 2019.

_____. **Lei n° 2925, de 22 de julho de 1988. Denomina via pública de Rodovia Açoriana,** 1988.

Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1988/293/2925/lei-ordinaria-n-2925-1988-denomina-via-publica-de-rodovia-acoriana?q=tapera>>.

Acesso em: 12 de setembro de 2019.

_____. **Revista de Ensino Primário: fundada em 1922, para comemorar o primeiro centenario da independencia nacional e publicada pela directoria da instruccão publica do estado de Santa Catarina.** Ano 1, nº1. Florianópolis: Typ. Da Livraria Moderna, 1922.

_____. **Lei nº 6919, de 26 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a criação do bairro Tapera da Base, no distrito do Ribeirão da Ilha.** Florianópolis: Câmara Municipal, 2005.

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2005/691/6919/lei-ordinaria-n-6919-2005-dispoe-sobre-a-criacao-do-bairro-tapera-da-base-no-distrito-do-ribeirao-da-ilha-2005-12-26>.

Acesso em: 12 de novembro de 2018.

_____. **Lei n. 4805, de 21 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a atualização das descrições de limites dos distritos de município de Florianópolis e a criação do distrito Campeche, 1995.**

_____. **Lei Complementar nº 01, de 03 de outubro de 1997. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo no distrito sede de Florianópolis, e dá outras providências, 1997.**

_____. **Lei Complementar nº 40, de 02 de julho de 1999. Altera os limites das zonas urbanas dos distritos de Florianópolis, 1999.**

_____. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Inserção Regional e Características do Município, 2009.**

Disponível em: <

http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fb c9c40c97b79dde1fd77.pdf> Acessado em 20 de junho de 2021>.

Acesso em: 10 de julho de 2021.

_____. **Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis, instrumento legal dispondendo sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão. 2014.**

Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2014/48/482/lei-complementar-n-482-2014-institui-o-plano-diretor-de-urbanismo-do-municipio-de-florianopolis-que-dispoe-sobre-a-politica-de-desenvolvimento-urbano-o-plano-de-uso-e-ocupacao-os-instrumentos-urbanisticos-e-o-sistema-de-gestao>>.

Acesso em: 11 de novembro de 2018.

_____. **Relação de logradouros e identificação das unidades residenciais, 2017.**

Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_02_2017_11.11.02.2f1586042b26c7ed24b7d08cf8319fb7.pdf>.

Acesso em: 10 de julho de 2021.

_____. **Lei n. 3027 de 11 de outubro de 1988. Denomina via pública de Rua das Areias, 1988.**

_____. **Geoprocessamento Corporativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2021.**

Disponível em: <<http://geo.pmf.sc.gov.br/>>.

Acesso em 24 de julho de 2021.

_____. **Geoprocessamento Corporativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Ortofoto da Base Aérea de Florianópolis e adjacências. (S 27° 40' 32.47", O 48° 32' 9.89"). Mosaico 1938, Escala: 1:35.000. Preto/branco, 29x21cm. 1957.**

Disponível em: <<http://geo.pmf.sc.gov.br/>>.

Acesso em 24 de julho de 2021.

G

G1, Portal de notícias da Globo Santa Catarina. **Trânsito no elevado do Rio Tavares, em Florianópolis, é liberado: Obra iniciada em junho de 2015 deveria ter ficado pronta em dezembro de 2016. Custo foi de quase R\$ 29 milhões.** 23 de março de 2019.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/03/23/transito-no-elevado-do-rio-tavares-em-florianopolis-e-liberado.ghtml>>.

Acesso em: 10 de julho de 2021.

GONÇALVES, Michael. **Servidão na Tapera em área de APP é irregular, mas tem serviços públicos oficiais: Aberta APP (Área de Preservação Permanente) há mais de uma década, a servidão Beira Rio tem CEP, iluminação pública e os moradores têm luz da Celesc e água da Casan.** ND Mais, 13 de outubro de 2016.

Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/servidao-irregular-na-tapera-tem-todos-os-servicos-publicos/>>.

Acesso em: 20 de agosto de 2021

GONÇALVES, Claudinê. Sucursal da Sociedade Suíça de Radiodifusão - SRG SSR. **Suíços vão administrar sozinhos o aeroporto de Florianópolis: O aeroporto de Zurique ganhou a concessão para administra o aeroporto internacional Hercílio Luz até 2047, o contrato será assinado em julho.** 09 de maio de 2017.

Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/su%C3%AD%C3%A7a-brasil_su%C3%AD%C3%A7os-v%C3%A3o-administrar-sozinhos-o-aeroporto-de-florian%C3%B3polis/43167544>.

Acesso em: 10 de julho de 2021.

H

HALBWACHS, Maurice. Tradução de Laurent Léon Schaffter. **A memória coletiva.** 2ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HELLER, Agnes. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. **O cotidiano e a história.** 4ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

_____. **Uma teoria da história.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.

I

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados censitários publicados em 2010.**

Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>.

Acesso em: 10 de maio de 2019.

_____. **Dados censitários publicados em 2020.**

Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>.

Acessado em 04 de março de 2021.

INFRAERO, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. **Relatório Técnico: estudo das jazidas - FL.01/103.73/01580/01.** P. 31. Florianópolis: GEPLAN, 2010

Disponível em: <

https://licitacao.infraero.gov.br/arquivos_licitacao/2011/SEDE/012_DALC_SBFL_2011_CC/FL_19_103_73_3829_00%20Dossie%20das%20Jazidas.pdf>.

J

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.
Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>>.
Acesso em: 12 de novembro de 2018

JESUÍTAS BRASIL. **A Presença dos Jesuítas na Ilha de Santa Catarina**. Colégio Catarinense, 2021.

Disponível em: <<https://www.colegiocatarinense.g12.br/historia/>>.

Acesso em: 06 de maio de 2021.

JORNAL DO CAMPECHE. **Leoni conquista o Sul da Ilha com bons preços e rapidez na entrega**. 10 de março de 2021.

Disponível em: <<https://www.jornaldocampeche.com.br/2021/03/leoni-conquista-o-sul-com-variedade-bons-precos-e-agilidade-na-entrega/>>.

Acesso em: 22 de julho de 2021

JOVCHELOVITCH, Sandra.; BAUER, Martin W. **Entrevista narrativa**. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

K

KANIGIA (Cristian Delosantos); SONIC PAZES; RATO REVERSO; THIAGO BOUVIER; DJ NAOMI; THIAGO BOUVIER. **Beco da Maldade**. Florianópolis: Sonic Pazes, 2001.

L

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Modos de vida e identidade: Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Sociologia geral**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEIS ESTADUAIS. **Lei nº 3305, de 9 de setembro de 1963 - Declara de Utilidade Pública o Serviço Particular de Beneficência de Tapera**.

Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-3305-1963-santa-catarina-declara-de-utilidade-publica>>.

Acesso em: 04 de março de 2021.

LÖFGREN, Alberto. **Viagem ao Brasil: Versão do Texto de Marpurgo, de 1577**. Oficina Industrial Graphica. Rio de Janeiro, 1930.

LOUZADO, Vitor Hugo. Governo do Estado de Santa Catarina: **Vice-governador autoriza prolongamento da terceira pista da SC-405, em Florianópolis.** Assessoria de Comunicação do Gabinete do Vice-governador, 15 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/noticias/temas/transportes-e-estradas/vice-governador-autoriza-prolongamento-da-terceira-pista-da-sc-405>>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

M

MAXAR TECHNOLOGIES. Google Earth Pro. **Imagem de satélite do sul da ilha de Santa Catarina** (S 27° 43' 54.09", O 48° 34' 3.63"). TerraMetrics: Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO. Colorida, 29x21cm. 2021.

MITTMANN, Michel Andrado. **Uma cidade na areia: diretrizes urbano-ambientais para a planície do Campeche.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, p.147. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91105>>.

N

NOTÍCIAS DO DIA. **Pista de aterrisagem em 1933.** Publicado em 28 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/florianopolis-reforca-vocacao-turistica-com-novo-aeroporto/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2019.

O

O APÓSTOLO: Órgão do Postolado da Oração de Santa Catarina. **Na base aérea de Floianópolis: Relato de oração.** Edição 365. P. 04. 01 de setembro de 1945. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=307041&pasta=ano%20193&pesq=%22S%C3%83O%20LUCAS%22&pagfis=1466>>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

O CORREIO CATHARINENSE: JORNAL COMERCIAL, NOTICIOSO E LITTERARIO (SC). **Huma viagem ao sul.** Edição 82. P. 1-2. 07 de junho de 1854. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=767549&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=309>>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

O CRUZEIRO, Revista (RJ). **O Mistério nos Sambaquis - A face oculta do índio.** Edição 24. P. 81 e 83. 21 de março de 1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=sambaqui&pagfis=154166>>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

O ESTADO DE FLORIANÓPOLIS (SC). **Vida Municipal: Ribeirão – Homem espancado.** Edição 524. P. 02. 18 de janeiro de 1917a.

Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&pesq=caiacanga&pasta=ano%20191&pagfis=1513> >.

Acesso em: 12 de julho de 2019.

_____. **A Construção de um aeródromo em Florianópolis.** Edição 1272. P. 02. 01 de agosto de 1919.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/656309340174/I0003993-20Alt=001918Lar=001482LargOri=002550AltOri=003300.JPG>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Contrato com a Empresa Handley.** Edição 1375. P. 08. 03 de dezembro de 1919.

Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&pesq=Handley%20Page&pagfis=4610> >.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **O Raid Aéreo do Rio a Porto Alegre.** Edição 1424. P. 08. 28 de janeiro de 1920 .

Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=ressacada&pagfis=5166>>.

Acesso em: 20 de junho de 2021.

_____. **Vendo o local para a base de aviação naval.** Edição 2631. P. 03. 02 de abril de 1923.

Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=base%20de%20avia%c3%a7%c3%a3o%20naval&pagfis=11128>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Linha Telephonica do serviço de aviação naval.** Edição 2772. P. 02. 08 de abril de 1923.

Disponível em:<<http://memoria.bn.br/DocReader/cache/1938405356562/I0011763-20Alt=001721Lar=001330LargOri=002550AltOri=003300.JPG>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Churrascada na Base de Aviação Naval.** Edição 5134. P. 04. 10 de novembro de 1930.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=base%20de%20avia%c3%a7%c3%a3o%20naval&pagfis=23937>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Notícias da Prefeitura: Pontilhões na Tapera e Ressacada.** Edição 15156, P. 08, 30 de abril de 1965.

Disponível em:<

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=tapera&pagfis=94104> >.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

O Estado. **A nossa base de aviação precisa ser impulsionada.** Edição 4114. P. 01. 08 de fevereiro de 1928.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=884120&pagfis=18884>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Qual será a população insulana.** Edição 4824. P. 06. 24 de outubro de 1929.

Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/cache/949509509394/I0021910-20Alt=002683Lar=002097LargOri=002539AltOri=003248.JPG>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Vida Religiosa: Construção da capela São Lucas.** Edição 6980. P.06. 18 de janeiro de 1937.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_03&Pesq=capela%20s.%20lucas&pagfis=12306>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Seção Eleitoral na Tapera.** Edição 15256. P. 04. 03 de outubro de 1965.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=884120&pagfis=94922>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

P

PANDINI, Diórgenes. **Acesso ao aeroporto de Florianópolis será liberado em 1º de outubro, diz secretário: "Parem com essa balela", reagiu Carlos Hassler ao ser questionado, em entrevista à CBN Diário, sobre o cumprimento do prazo.** NSC Total, 23 de julho de 2019.

Disponível em:

<<https://www.nsctotal.com.br/noticias/acesso-ao-aeroporto-de-florianopolis-sera-liberado-em-1o-de-outubro-diz-secretario>>.

Acesso em: 10 de julho de 2021.

PEREIRA, Nereu do Vale; PEREIRA, Francisco do Vale; NETO, Waldemar Joaquim da Silva. **Ribeirão da Ilha - Vida e retratos: Um distrito em destaque.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

R

REPUBLICA. **Superintendência Municipal de Florianópolis: Circulares – Suprime a escola da Caiacanga Mrim.** Edição 110. P. 03. 09 de fevereiro de 1919.

Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=13606> >.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **O Aviador Cobhan visita o Campo da Ressacada.** Edição 281. P. 02. 11 de setemvro de 1919.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&Pesq=ressacada&pagfis=14310>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Mensagem: Apresentada ao Conselho Municipal em sessão ordinária de Abril de 1922 pelo Superintendente Municipal Capitão João Pedro de Oliveira - Fundação do Posto de Monta.** Edição 762. P. 02. 28 de abril de 1921.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=892319&pesq=%22%20monta%20ressacada%22&pagfis=16551>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Superintendencia Municipal da Prefeitura de Florianópolis: resolução n. 248 que cria a escola da Caicanga mirim.** Edição 989. P. 02. 16 de fevereiro de 1922.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=892319&pagfis=17525>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Editaes: desapropriação de um terreno.** Edição 1551. P. 04. 17 de janeiro de 1924b.

Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=19645> >.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Campo de aviação: declara área de utilidade pública.** Edição 1550. P. 01. 16 de janeiro de 1924a.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=19638>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Superintendencia Municipal da Prefeitura de Florianópolis: Exames escolares.** Edição 1563. P. 02. 31 de janeiro de 1924.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=19691>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Superintendencia: seccos e molhados e engenho de café na Caiacanga-mirim.** Edição 88. p. 08. 14 de janeiro de 1927.

Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&pagfis=22151>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Serviço adio-telegraphico: instalação de uma linha telephonica na base naval.** Edição 457. P. 01. 8 de abril de 1928.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&Pesq=base%20avia%c3%a7%c3%a3o%20naval&pagfis=24784>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Annexo n. 10: Quadro demonstrativo dos alumnos matriculados nas escolas municipais durante o anno de 1927, contendo a frequencia annual e o gráo de aprovação.**

Edição 67. P. 09. 01 de janeiro de 1929.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=711497x&PagFis=26287>>.

Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Diretoria de terras e colonização: medição e demarcação da base naval.** Edição 482. P. 07. 24 de maio de 1932.
Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=892319&pagfis=35249>>.

_____. **Autorizada a doação dos terrenos do campo da resacada: no lugar caiacanga mirim.** Edição 1069. P. 08. 07 de novembro de 1937a.
Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=892319&Pesq=caiacanga%20mirim&pagfis=45644>>.
Acesso em: 13 de julho de 2019.

_____. **Semana da Asa.** Edição 1058. P. 08. 23 de outubro de 1937b.
Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=892319&Pesq=caiacanga%20mirim&pagfis=45556>>.
Acesso em: 13 de julho de 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

RIBAS, Ana Claudia. **A “boa imprensa” e a “sagrada família”: Sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis - 1929/1959.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, p. 250. 2009.
Disponível em: <
http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/478/ana_claudia_ribas.pdf>.
Acesso em: 22 de julho de 2021.

ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire. **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Cidades Brasileiras: Trajetória Recente de Implementação de um Instrumento de Política Fundiária.** Lincoln Institute of Land Policy, Massachusetts, 2014.
Disponível em: <<https://www.lincolninst.edu/publications/working-papers/zonas-especiais-interesse-social-zeis-em-cidades-brasileiras/>>.
Acesso em: 09 de julho de 2021.

ROHR, Alfredo S. J. **Antropologia - Pesquisas arqueológicas em Santa Catarina: 1. Exploração sistemática do sítio da Praia da Tapera, 2. Os sítios arqueológicos do Município de Itapiranga.** N. 15. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1966.

ROSA, Edson. **Maior via urbana de Florianópolis, Baldicero Filomeno não tem manutenção ou projetos de mobilidade: Falta de acostamento, calçadas e ciclovia aumenta perigo para pedestres e ciclistas, mas Ministério das Cidades não aprova liberação de recursos para obras.** Notícias do Dia, 11 de julho de 2014.
Disponível em:
<<https://ndmais.com.br/transito/maior-via-urbana-de-florianopolis-baldicero-filomeno-nao-tem-manutencao-ou-projetos-de-mobilidade/>>.
Acesso em: 10 de julho de 2021.

_____. **Corredores ecológicos são alternativas para proteger Planície Entre Mares do Campeche, Sul da Ilha.** Notícias do Dia, Florianópolis, 02 de março de 2016.

Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/corredores-ecologicos-sao-alternativas-para-proteger-planicie-entre-mares-do-campeche-sul-da-ilha/#:~:text=Bola%20da%20vez%20no%20concorrido,primeiro%20corredor%20ecol%C3%B3gico%20de%20Florian%C3%B3polis.>>

Acesso em: 06 de maio de 2021.

ROSSI, Aldo. Tradução de Eduardo Brandão. **A arquitetura da cidade**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

S

SABOYA, Renato Tibiriça de. **Florianópolis e área conurbada, Florianópolis**, 2016.

Disponível em: <

<http://urbanidades.arq.br/mapasconfiguracionais/2016/05/18/florianopolis-e-area-conurbada/>>.

Acesso em: 07 de junho de 2020.

SAÍNT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil**. Paris: J. P. Aillaud, 1845.

Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/28232>>.

Acesso em: 10 de junho de 2019.

SANTOS, César Floriano dos; SERRAGLIO, João Paulo. **Os engenhos do Sertão do Peri na Ilha de Santa Catarina**. Seminário de Patrimônio Agroindustrial: Lugares de Memória II. São Carlos. Artigo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

Disponível em: <<https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01522.pdf> >.

Acesso em: 10 de julho de 2021.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **A ocupação pré-histórica do estado de Santa Catarina**.

Revista Tempos Acadêmicos: Dossiê Arqueologia Pré-Histórica. Criciúma, nº 11, p. 6-23, 2013.

Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/historia/article/download/1122/1085>>.

Acesso em: 10 de maio de 2019.

SCHMITZ, Paulo Clóvis. Notícias do Dia. **Memória: Da pista de pouso de grama ao novo aeroporto de Florianópolis - Neste sábado (28), a Capital terá um novo terminal aéreo, mas os pequenos monomotores já pousavam na cidade em 1920, no Campeche**. 28 de setembro de 2019.

Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/a-historia-do-aeroporto-de-florianopolis-desde-a-pista-de-grama/>>.

Acesso em: 10 de julho de 2021.

SEEMANN, Jörn. **A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará**. Vivência: Revista de Antropologia. Natal, n. 29, p. 207-224, 2005.

SEIDLER, Carl. Tradução do General Bertoldo Klinger. **Dez Anos no Brasil**. São Paulo: Biblioteca Histórica Brasileira, 1835.
Disponível em: <<https://ia802609.us.archive.org/11/items/dezanosnobrasil00seiduoft/dezanosnobrasil00seiduoft.pdf>>.
Acesso em 25 de julho de 2019.

SIE, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo de Santa Catarina. **História da Ponte: Projeto, construção e inauguração**. 1924.
Disponível em: <<https://www.sie.sc.gov.br/hercilioluz#>>.
Acesso em: 14 de setembro de 2019.

SILVA, Sérgio Baptista da; SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Henrique Jairo; DE MASI, Marco Aurélio Nadal; JACOBUS, André Luiz. **Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J.: O sítio arqueológico da Tapera – Um Assentamento Itararé e Tupiguarani**. n. 45. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1990.

SILVA, Felipe. A Notícia. **Na Tapera, esgoto corre em vala de quase 800 metros**. 27 de setembro de 2006.
Disponível em: <<http://floripamanha.org/2006/09/na-tapera-esgoto-corre-em-vala-de-quase-800-metros/>>.
Acesso em: 22 de julho de 2021.

SOUSA, Leonardo. **Propriedades irregulares de famílias carentes terão títulos legalizados em Florianópolis**. ND Mais, 15 de junho de 2021.
Disponível em: <<https://ndmais.com.br/infraestrutura/propriedades-irregulares-de-familias-carentes-terao-titulos-legalizados-em-florianopolis/>>.
Acesso em: 15 de junho de 2021.

SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-ilha**. 1994. Dissertação. Universidade de São Paulo.

I

TAPERA, Edson. **Prainha da Tapera - Florianópolis SC**. 2018. (10m51s).
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_5SIwq8oHRU>.
Acesso em: 22 de julho de 2021.

U

UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. **Galeria da UFSC: Imagens antigas da Fazenda Experimental da Ressacada**, 1979.
Disponível em: <https://galeria.ufsc.br/fazenda/Antigas/1979+Fazenda+Imagem+a_rea+na+Base+A_rea+008.jpg.html>.
Acesso em: 22 de agosto de 2021.

V

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a ilha**. 2ª Edição. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1985.

VEIGA, Eliane Vera. **Florianópolis: Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

_____. **Transporte Coletivo em Florianópolis: Origens e destinos de uma cidade à beira-mar**. Florianópolis: Editora Insular, 2004.